

Diário do Legislativo de 28/06/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 52ª Reunião Ordinária

1.2 - Reunião de Debates

1.3 - 8ª Reunião Especial - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "A Outra Economia Possível: A Economia Solidária"

1.4 - 9ª Reunião Especial - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "A Outra Economia Possível: A Economia Solidária"

1.5 - 28ª Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Mesa da Assembléia

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 26/6/2003

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 852 a 854/2003 - Requerimentos nºs 920 a 926/2003 - Requerimentos dos Deputados Célio Moreira (2), Weliton Prado (2) e Dalmo Ribeiro Silva - Comunicações: Comunicações das Comissões de Turismo e de Assuntos Municipais - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Weliton Prado (2) e Célio Moreira (2); deferimento - Requerimento da Deputada Jô Moraes; deferimento; discurso do Deputado Padre João - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel

Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Laudelino Augusto, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Riva, Presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, encaminhando cópia de documento apresentado nessa Casa solicitando a realização de audiência pública para discutir a reforma tributária no País. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Benedito de Lira, Deputado Federal, encaminhando cópia de proposta de emenda à Constituição de sua autoria em que trata da alteração do § 4º do art. 57 da Constituição Federal, o qual dispõe sobre reeleição para a Mesa das Casas congressuais. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Sr. Lúcio Urbano Silva Martins, Secretário de Defesa Social, solicitando a indicação de representantes desta Casa, titular e suplente, para participarem da Coordenação Geral do Programa de Controle de Homicídios do Estado.

Do Sr. Marcus Pestana, Secretário da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 696/2003, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Marcus Pestana, Secretário da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 373/2003, da Comissão de Saúde. (- Anexe-se ao Requerimento nº 373/2003.)

Do Sr. José Luiz Alves, Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 535/2003, do Deputado Gil Pereira.

Do Sr. Paulo Tadeu Silva D'Arcadia, Prefeito Municipal de Poços de Caldas, e do Sr. Vicente de Faria Paiva, Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, prestando informações referentes ao requerimento da Comissão Especial dos Convênios com a União, encaminhado pelo Ofício nº 817/2003/SGM. (- Arquivem-se.)

Do Sr. Ambrósio Pereira Almeida, Prefeito Municipal de Icarai de Minas, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão Especial dos Convênios com a União, encaminhado por meio do Ofício nº 817/2003/SGM. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Rômulo Schettini, Presidente da Câmara Municipal de Itapetinga-BA- encaminhando moção de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça.

Do Sr. Ambrósio Pereira Almeida, Prefeito Municipal de Icarai de Minas, prestando informações relativas ao requerimento do Deputado Doutor Ronaldo encaminhado por meio do Ofício nº 818/2003/SGM.

Dos Srs. Sérgio Augusto Pereira Mafalda, Rubem Geraldo de Castro e Luigi d'Ángelo dos Santos, Presidentes das Câmaras Municipais de Inhapim, Barroso e Carmo da Mata, respectivamente, manifestando o apoio dessas Casas às reivindicações dos professores da rede estadual, particularmente à de que sejam rejeitados alguns dispositivos do projeto de reforma administrativa. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Tarcísio Augusto Viana, Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, encaminhando o informativo financeiro dessa Casa referente ao mês de abril de 2003. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Alexandre Aurélio de Oliveira, Diretor do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando cópia do acórdão proferido por essa Corte na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 278.693-7/00.

Do Sr. José Geraldo de Freitas Drumond, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG -, informando, em atenção ao Requerimento nº 681/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que o expediente foi encaminhado ao exame da Diretoria Científica desse órgão.

Do Cel. BM Osmar Duarte Marcelino, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, encaminhando, em atenção a requerimento do Deputado Dinis Pinheiro, esclarecimentos sobre a atuação dessa corporação nos casos de afogamento na lagoa da PETROBRAS. (- Anexe-se ao Requerimento nº 378/2003.)

Do Sr. Felipe Estabile Moraes, Chefe de Gabinete da Secretaria da Educação, encaminhando, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça, informações relativas ao Projeto de Lei nº 447/2003. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 447/2003.)

Do Sr. Ricardo Mendanha Ladeira, Presidente da BHTRANS, designando representante para comparecer a audiência pública no dia 24/6/2003. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Paulo Sérgio de Siqueira, 1º-Secretário da Câmara Municipal de Machado, manifestando seu repúdio à proposta de reforma na área da educação apresentada pelo Governador do Estado. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Valter Bianchini, Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, prestando informações relativas ao Requerimento nº 24/2003, do Deputado Gil Pereira.

Do Sr. Helton de Abreu, Delegado de Polícia Federal do Rio de Janeiro, solicitando da CPI do Narcotráfico informações para subsidiar inquérito policial.

Do Sr. Otto Teixeira Filho, Chefe da Polícia Civil do Estado, solicitando cópia do Convênio nº 2.881/95, firmado entre esta Assembléia e a Associação Benemerita João Pinheiro.

Do Sr. João Batista Begnami, Secretário Executivo da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - AMEFA -, solicitando o apoio desta Casa à aprovação de emenda ao art. 3º do Projeto de Lei nº 14.614. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. Fernando Segismundo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI -, solicitando seja realizado por esta Casa debate sobre a mudança do sistema de governo, tema da Proposta de Emenda à Constituição nº 20/95.

Do Sr. Deusdedit Aquino, Chefe de Gabinete da FIEMG, acusando o recebimento do convite, feito pela Comissão de Saúde, para participar de reunião a ser realizada no dia 25/6/2003, nesta Casa. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Mauro Oliveira Dias, Diretor-Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA -, pontuando as iniciativas tomadas por essa empresa para minimizar os problemas causados pelo acidente ocorrido no Município de Uberaba e informando que o abastecimento de água desse município encontra-se normalizado desde o dia 18/6/2003. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 852/2003

Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - a assumir a estrada que menciona.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - autorizado a assumir o controle e a manutenção da estrada que liga o Município de Jaíba ao Município de Montes Claros, passando por outros municípios, distritos e localidades, tais como: Serraria, Brejo do Mutambal, Varzelândia, Olímpio Campos, São João da Ponte, Patis, Aparecida do Mundo Novo, Bom Jardim, São Pedro da Garça e Cedro.

Parágrafo único - A autorização contida no "caput" deste artigo compreende todos os atos administrativos necessários à efetivação do controle e da manutenção da referida estrada.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 26 de junho de 2003.

Ana Maria

Justificação: É de suma importância para a região a estadualização da estrada que liga o Município de Jaíba ao Município de Montes Claros, a qual passa por outros municípios, distritos e localidades, melhorando o escoamento de diversos produtos.

As referidas cidades são carentes de recursos financeiros para arcar com a conservação e a manutenção do trecho mencionado, pois suas Prefeituras precisam atender a outras demandas prioritárias da população.

A administração pública em qualquer nível tem como meta e base o bem público. Entre os órgãos do Governo do Estado, o DER-MG tem capacidade e estrutura para desempenhar a contento a conservação e a manutenção das estradas.

Assim sendo, espero contar com o apoio dos colegas à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 853/2003

Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - a assumir as estradas que menciona.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – autorizado a assumir o controle e a manutenção das estradas que são ligação única entre municípios.

Parágrafo único - A autorização contida no "caput" deste artigo compreende todos os atos administrativos necessários à efetivação do controle e da manutenção das estradas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 26 de junho de 2003.

Ana Maria

Justificação: Esta proposição pretende estadualizar as estradas municipais que são ligação única entre municípios, bem como dar condições ao DER-MG para assumir a sua conservação e manutenção, o que é de suma importância para incrementar o escoamento anual de diversos produtos hortifrutigranjeiros e agropecuários produzidos por esses municípios.

A escassez de recursos municipais tem sido a causa do péssimo estado em que tais estradas se encontram.

A administração pública, em qualquer nível, tem como meta e base o bem público. Entre os órgãos do Governo do Estado, o DER-MG tem a capacidade e a estrutura para desempenhar a contento a conservação e a manutenção das estradas referidas.

Neste sentido, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 854/2003

Dispõe sobre a inclusão de cláusula contendo a obrigatoriedade da reserva de espaço para publicidade no interior dos ônibus intermunicipais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os contratos de concessão dos serviços de transportes intermunicipais passam a conter cláusula contendo a obrigatoriedade da reserva de espaço, no interior dos ônibus intermunicipais, para afixação de cartazes sobre pessoas desaparecidas.

Parágrafo único - O espaço a ser reservado ficará em local visível para os passageiros.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de noventa dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 24 de junho de 2003.

Doutor Ronaldo

Justificação: As estatísticas registram um grande número de pessoas desaparecidas em nosso Estado. As famílias dessas pessoas encontram sérias dificuldades para tentar localizá-las, por falta de recursos e acesso aos meios de comunicação. Os ônibus das diversas linhas intermunicipais transportam diariamente milhares de passageiros, que, ao verem os cartazes com as fotos e os nomes dos desaparecidos, poderiam identificar alguns deles, ajudando na localização.

Cumprе acrescentar que, em vários casos, alguns desses desaparecidos poderiam estar até mesmo viajando nesses coletivos.

A obrigação instituída no presente projeto não acarretará nenhuma despesa para as empresas nem para o poder público estadual, que, por meio do DER-MG já fiscaliza rotineiramente as concessionárias do transporte intermunicipal.

A aprovação deste projeto permitirá a abertura de importante espaço para as famílias de pessoas desaparecidas e a prestação de um serviço de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 920/2003, da Deputada Ana Maria, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da CEMIG com vistas à elaboração de novo programa de eletrificação rural, nos moldes dos programas Lumiar, Luz de Minas e Minas Luz, para atender as pequenas localidades e propriedades rurais. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 921/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Conselho da Mulher Empreendedora da Associação Comercial de Minas pela realização do 3º Encontro Mineiro da Mulher Empreendedora. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 922/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com a nova Diretoria do Lions Clube Pouso Alegre pela sua posse, que ocorrerá dia 27/6/2003. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 923/2003, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Centro de Recuperação e Reabilitação Vida Plena, no Município de Vespasiano, pelos 23 anos de fundação. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 924/2003, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Fundação Associação Comercial de Minas Gerais pelo lançamento do Movimento Pró-Memorial Hilton Rocha. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 925/2003, do Deputado Pinduca Ferreira, solicitando seja formulada manifestação de aplauso ao Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Esportes, ambos de Betim, pela conclusão do Ginásio Poliesportivo Divino Braga, nesse município. (- À Comissão de Educação.)

Nº 926/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que seja regulamentada a Lei nº 13.722, de 2000, que dispõe sobre o pagamento de militares, servidores públicos e pensionistas do Estado. (- À Comissão de Administração Pública.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Célio Moreira (2), Weliton Prado (2) e Dalmo Ribeiro Silva.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Turismo e de Assuntos Municipais.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Assuntos Municipais - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 843 a 845/2003, da Deputada Ana Maria; e de Turismo - aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 884/2003, do Deputado Weliton Prado (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, a Presidência defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 114/2003; Weliton Prado (2), solicitando a retirada de tramitação dos Projetos de Lei nºs 181 e 182/2003; e Célio Moreira, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 628/2003 (Arquivem-se os projetos.), e, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Célio Moreira, solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei Complementar nº 2/2003.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento da Deputada Jô Moraes, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Padre João. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Padre João.

- O Deputado Padre João profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião o Projeto de Lei nº 119/2003, apreciado na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, bem como os Projetos de Lei nºs 9, 17 e 166/2003, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 60 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 27, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 27/6/2003

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Rêmoló Aloise - Ana Maria - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Jayro Lessa - Maria Olívia - Pinduca Ferreira.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 30, às 17h30min, nos termos do edital de convocação, e para a reunião de debates também de segunda-feira, às 20 horas.

ATA DA 8ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 13/6/2003

Presidência da Deputada Jô Moraes

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras da Sra. Presidente - Palavras da Sra. Shirlei Aparecida Almeida Silva - Palavras do Sr. Dione Manetti - Palavras do Sr. Leomar Luiz Prezotto - Palavras do Sr. João Luiz Homem de Carvalho - Palavras do Sr. Leonardo Coelho - Palavras do Sr. Edmar Gadelha - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Rêmoló Aloise - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Jô Moraes - José Henrique - Olinto Godinho.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Jô Moraes) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Olinto Godinho, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Dione Manetti, Diretor da Secretaria Nacional de Economia Solidária; Shirlei Aparecida Almeida Silva, representante do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária; João Luiz Homem de Carvalho, Secretário Extraordinário de Erradicação do Analfabetismo; Leonardo Coelho, representante do Fórum de Cooperativas Populares do Rio de Janeiro; Edmar Gadelha, Diretor Executivo do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais; Leomar Luiz Prezotto, Consultor de Legislação Sanitária de Santa Catarina, e Carlos Calazans, Delegado Regional do Trabalho.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença dos seguintes participantes: Sra. Ernardina Sousa Rodrigues, Diretora do Trabalho da Prefeitura Municipal de Pirapora; Srs. Ednir Medeiros Barbosa, da Divisão de Programas Comunitários da Prefeitura Municipal de Pirapora; José Eustáquio, Secretário Municipal de Pirapora; Idalvo Toscano, consultor em microfinanças; nossa querida companheira, Vereadora do PT, Neila Batista, de Belo Horizonte; Rosa Maria Medeiros, representante da Universidade Federal de Lavras; Marcelo de Paula Pereira, Secretário Municipal de Agricultura de Pedro Leopoldo; Amauri dos Santos, Assessor Técnico-Pedagógico da Juventude Operária Católica; Ricardo Dutra, consultor da Prefeitura de Belo Horizonte; Luiz Sérgio Soares, do ECPAZ, do Ministério da Fazenda; Simeão Leão, articulador comunitário da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Em nome deles, agradecemos a todos os que fizeram um esforço grande para compartilhar conosco desta plural, diversa e rica iniciativa; os professores históricos da economia solidária, que são os integrantes da tribo pataxós, do Município de Carmésia; o Sr. Suricato, da Associação de Trabalho e Produção Solidária dos Portadores de Sofrimento Mental, e os integrantes do Fórum Mineiro de Saúde Mental, de Belo Horizonte, e da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte; e o Sr. Walter Barbosa, Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, representando o Sr. Ademir Lucas, Prefeito Municipal de Contagem.

Registramos também a mensagem do Deputado Federal Ivo José, que cumprimenta os organizadores deste evento por meio da representação da Região Metropolitana do Vale do Aço.

Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates A Outra Economia Possível: A Economia Solidária, com o tema "Legislação e Políticas Públicas de Economia Popular Solidária".

Palavras da Sra. Presidente

Os meios de comunicação nos fazem lembrar - diariamente, inevitavelmente - que vivemos num mundo em conflito. Ações militares e atos de terrorismo, envolvendo países ou regiões, revelam profundas divergências políticas, étnicas ou religiosas e resultam no sacrifício de milhares e milhares de pessoas, a maioria das quais vítimas inocentes da intolerância, da busca pela hegemonia e pelo poder.

Muitos dos conflitos que têm afligido a humanidade carregam também razões econômicas, disputas por produtos e mercados, acarretando, de um lado, a concentração de riqueza em poucas mãos e, de outro, a perpetuação das desigualdades e das precárias condições de vida de um contingente que é quase sempre maioria.

Tais conflitos e desigualdades, milenares e presentes em quase todos os lugares do mundo, encontram, porém, resistência e antídoto em um dos valores fundamentais do ser humano: a solidariedade. Paralelamente às ações de dominação, de abuso econômico e de injustiça, desenvolvem-se atitudes de cooperação, de ajuda mútua, de compartilhamento das dificuldades.

Foi com base nesses princípios que nasceu, por exemplo, o cooperativismo, assim como outras formas de associação de pessoas ou de grupos com a finalidade de defender interesses coletivos, unindo esforços e sentimentos em torno de um projeto comunitário. Foi assim também que surgiu a economia popular solidária, alternativa de organização econômica que tem se ampliado e se fortalecido no Brasil, nas últimas décadas.

Ela se fundamenta, como se sabe, na valorização do trabalho, da cultura e da criação, no combate às diversas formas de exploração, tendo em vista o objetivo de promover o bem-estar individual e coletivo, a harmonia nas relações interpessoais e a melhoria da qualidade de vida. Funda-se também no respeito e na utilização adequada dos recursos naturais, vistos como patrimônio de todos e garantia de sobrevivência para as futuras gerações.

Num contexto em que os efeitos perversos da globalização, da concentração de capitais e do jogo financeiro se evidenciam na crise do emprego, na manutenção dos desequilíbrios e dos baixos índices de desenvolvimento humano, a economia popular solidária constitui um caminho que deve ganhar apoio e atenção, tanto nos movimentos da sociedade civil quanto na formulação das políticas públicas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em seu papel de estimular a discussão das questões de relevância para a população do Estado, promove este ciclo de debates, juntamente com o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, na expectativa de que ele gere subsídios importantes para o crescimento desse novo modelo de organização das atividades econômicas.

Queremos agradecer a participação do Fórum Mineiro, das demais instituições e pessoas que contribuíram para a realização deste evento, assim como a presença do público e dos ilustres expositores, que, com sua experiência e conhecimento do tema, irão trazer relatos e pontos de vista enriquecedores para a compreensão da economia popular solidária e de sua estruturação em nosso Estado. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Shirlei Aparecida Almeida Silva

Bom dia, companheiras e companheiros. É com muita alegria que estou aqui hoje. Agradeço a nossa companheira, que não pôde vir por problemas de saúde. Conversamos ontem no Fórum, e vou ler a saudação da Patrícia. Para nós é muito importante estar aqui em Belo Horizonte com companheiras e companheiros de todo o Estado, para discutirmos os nossos anseios, os nossos desejos e os nossos sonhos. Acreditamos que sonhar é possível. Viver é necessário, e viver com qualidade de vida. Nós, mulheres e homens, habitantes deste planeta, temos o direito e o dever de construir uma sociedade mais justa, igualitária e prazerosa, com o som da viola, com o canto dos pássaros e o abraço e a alegria de cada um.

Gostaria, em primeiro lugar, de contextualizar este evento.

A nossa história não se iniciou agora, mas em 1995, quando um grupo de entidades e de organizações decidiu formar um fórum de geração de trabalho e de renda. Naquela época, não falávamos em economia solidária, pois não havia ainda esse conceito. Éramos movidos por algumas angústias, alguns desejos de fazer algo diferente, principalmente porque não dava para continuarmos daquela forma.

Trabalhávamos com grupos de mulheres e com grupos de homens que queriam gerar renda e qualidade de vida, mas não tinham emprego nem outra forma para fazer isso. Depois, a essa caminhada somaram-se alguns parlamentares, entidades religiosas e sindicais. Hoje está confirmada a formação do movimento de economia popular solidária. Não podemos esquecer que esse movimento começou em Belo Horizonte. Ficávamos angustiados porque falávamos de um fórum mineiro, mas, nos limites de Belo Horizonte, ficávamos restritos, porque o nosso Estado é muito grande.

No ano passado, procuramos a interiorização do fórum, um grande desafio que abraçamos e que resolvemos buscar. Como faríamos isso? A primeira questão levantada era que precisávamos discutir as metodologias utilizadas. Fizemos um pequeno primeiro encontro para discutir esse assunto. Depois, movidas pela alteração no Código Civil, fizemos o segundo encontro sobre legislação com companheiros e companheiras do Estado.

Finalmente, em dezembro do ano passado, fizemos um encontro para 40 pessoas, lotando a Casa do Grau com 90 pessoas, que tiveram que ficar de pé e do lado de fora da casa. Houve um debate muito bom, e um dos encaminhamentos surgidos foi a realização de uma feira estadual de economia solidária e um ciclo de debates. Queríamos discutir esse assunto e também fazer um mapeamento do que somos, onde estamos, o que produzimos e quais são esses grupos, pessoas, homens e mulheres dispersos pelo Estado. Para isso era necessário fazer encontros regionais, porque não queríamos simplesmente montar uma ficha, um cadastro que não tivesse vida. Mais importante que ter dados nas mãos era que as pessoas se encontrassem. Com isso, fizemos, se não me engano, 14 encontros em todo o Estado. As pessoas se encontraram e trocaram experiências. Não estive em todos, mas cada companheiro ou companheira que participou trouxe uma riqueza muito grande. Houve uma surpresa porque, antes de tudo, não conseguíamos dimensionar o que estávamos fazendo. Se no início do ano achávamos que éramos poucos e poucas, hoje temos a certeza de que somos milhares de pessoas que estão fazendo a economia solidária no Estado. Somos milhares de homens e mulheres que querem um Brasil diferente, que sabem que isso é possível e que também é um desejo seu e de outros companheiros dispersos pelo Estado.

Percebemos também, nessa caminhada, que precisamos fazer alterações significativas no nosso modo de lidar, no nosso modo de ver o mundo e, principalmente, na construção de políticas públicas, pois as atuais não atendem aos nossos desejos. O modelo de cooperativismo que temos

está um pouco caduco, mesmo com as alterações do Código. Não há ainda um modelo específico para economia popular solidária. Temos desafios na legislação sanitária e na comercialização. Vivenciamos isso para a realização deste evento. As pessoas que deveriam trazer os produtos para cá falavam: "E agora? Como vamos tirar a nota fiscal? Como passaremos pelas barreiras?". Isso foi um desafio enorme. As formas para resolver isso foram as mais criativas possíveis. Cada pessoa que telefonava dizia que estava fazendo de uma forma. Creio que há algumas organizações com encomendas enormes. São caminhões inteiros de mercadorias, porque a nota fiscal foi emitida em nome de uma organização não governamental, a alternativa do momento. Não queremos viver na ilegalidade, mas ser legais, porque somos brasileiros e brasileiras e temos o direito de ir, de vir e de comercializar os nossos produtos. Então, esses são os desafios colocados.

O sonho da economia solidária é o da construção de uma nova sociedade. Esse sonho não é novo. Desde a antiga União Soviética, Rochadali e outros, fizeram-se propostas nesse sentido. A economia solidária nos coloca princípios, talvez seja esse o grande diferencial em relação à outra economia que acreditamos ser possível. Ela se volta para os valores humanos da vida, centrados na dimensão do humano e na geração da vida. O lucro, se houver, será aquilo que sobrou depois de uma transação, mas o maior ganho em que temos que pensar é o que está sendo gerado com o que estou fazendo com a minha vida, com a minha produção. Qual é minha responsabilidade quando consumo uma laranja, uma camisa? O que está sendo feito disso? Qual é a minha responsabilidade e o impacto do meu viver?

Somos seres políticos. Como tais, temos o direito e o dever de mudar nossas relações e, principalmente, de mudar nossa economia, que está centrada na acumulação de capital e riqueza e que está gerando mortes. Estamos morrendo seres e rios, nosso planeta está agonizando, pedindo socorro. A economia solidária - vou usar um termo - "se mete a besta" ao dizer que é possível fazer diferente. Ainda há tempo de salvar nossa própria casa, esse planeta azul maravilhoso, cheio de riquezas e potencialidades, que tem um limite, o da própria sustentação.

O evento que estamos realizando nesta semana é muito diverso. As pessoas perguntam: "Como vocês fizeram uma feira que tem debate, música, dança e oficina?" Respondemos que foi porque diversa é a vida, que não pode se limitar somente a um aspecto. Creio que devem ter faltado uns cinco ou seis aspectos, e espero que, no próximo ano, façamos um evento que abarque todos eles e que, a cada vez que nos encontrarmos, quer seja em Belo Horizonte, em Muriaé, em Pirapora ou em São Gonçalo, consigamos encontrar os companheiros e companheiras na diversidade; que, a cada vez que nos propusermos a realizar uma ação, que seja de inclusão, que as pessoas sintam-se felizes e solidárias, que nossos corações pulsem, os olhos se encham de lágrimas de alegria e felicidade por estarmos nos encontrando no companheiro e na companheira. Se conseguirmos fazer isso no nosso bairro, casa e cidade, com certeza estaremos mudando o mundo e construindo uma possibilidade de realização dos nossos anseios.

Esta Mesa tem um desafio enorme de discutir a legislação, pensar propostas. Sabemos que esta Casa tem esse compromisso, não é à toa que estamos aqui. Agradeço imensamente a todos os companheiros e companheiras da Mesa, principalmente à Jô, que preside a Mesa, e espero que consigamos construir políticas públicas com a participação de cada um. Obrigada.

Palavras do Sr. Dione Manetti

Meu bom-dia a todos. Cumprimento a Deputada Jô Moraes, aqui representando o Presidente da Assembléia, e os componentes da Mesa; cumprimento os Vereadores que participam de nossas atividades, os representantes de Governo das esferas municipais, estaduais e federal, os representantes de ONGs, os líderes sindicais, os companheiros do MST, os representantes de universidades, os representantes de fóruns, trabalhadores e trabalhadoras e demais presentes. Aqui represento o Prof. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, que se viu impossibilitado de comparecer a esta atividade. Dele trago uma saudação a todos, pela importante atividade que aqui está sendo desenvolvida.

Vivemos um momento novo e importante na história do nosso País. O esgotamento do padrão das políticas desenvolvidas ao longo das últimas duas décadas e o esgotamento da paciência do povo brasileiro com esse padrão de relação com o erário público trouxeram-nos a possibilidade da construção de um novo Governo, de um Governo diferenciado, que marca nossa história, quando se elege Presidente da República um trabalhador nordestino metalúrgico, o Presidente Lula. O Presidente da República, desde sua campanha, manifestava a necessidade de construirmos uma política diferenciada, uma história diferente para nosso País. Quando o Governo Federal manifesta, por meio do Presidente da República, a prioridade da erradicação da fome no Brasil, ele o faz porque compreende que esse é um elemento fundamental para que os trabalhadores e trabalhadoras recuperem sua cidadania. Quando o Presidente da República manifesta a prioridade dada ao tema das cooperativas, à questão do microcrédito, tomando a decisão, a partir de uma demanda do movimento social, de constituir uma Secretaria Nacional de economia solidária, ele o faz como uma sinalização que traduz o compromisso do Governo com o País. A Secretaria Nacional de Economia Solidária surge como uma demanda do movimento social, como uma demanda da sociedade civil. Em novembro, em Porto Alegre, várias entidades, que se organizavam no GT Brasileiro de Economia Solidária, debatiam qual seria o espaço, o tamanho e a importância que a economia solidária teria no Governo Lula.

Naquele momento, essas organizações lançaram o desafio de se construir uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, que não fosse proposta apenas por essas entidades, mas pelos diferentes setores envolvidos com o tema. E durante a 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária, ocorrida em dezembro no Estado de São Paulo, percebemos que estávamos falando de algo importante, que tinha dimensões que poucos compreendiam. E foram a convicção de que o tema teria importância no novo Governo e a confiança na capacidade da sociedade civil que estava envolvida com o assunto que levaram o GT brasileiro de economia solidária a propor ao Presidente da República a criação dessa Secretaria.

A Secretaria surgiu, então, não só por uma demanda da sociedade civil, mas também pela necessidade de resposta do Governo a uma nova realidade do mundo do trabalho: hoje, boa parte da população economicamente ativa do País - mais de 50% dos trabalhadores - gera sua renda sob outras formas de organização do trabalho, que não a relação tradicional capital-trabalho, da carteira assinada. Esse é um aspecto importante, que precisamos compreender. Portanto, essa Secretaria surge também como uma das repostas à necessidade de atendimento a esses trabalhadores. Mas é preciso dizer que essa realidade não é exclusiva do Brasil. Mesmo países do Primeiro Mundo enfrentam o problema do desemprego, como observamos ultimamente na Alemanha, demonstrando que o modelo atual dá sinais de esgotamento e que, para responder a essa nova realidade, são necessárias a criatividade, a força e a convicção de que é possível recuperar o verdadeiro sentido do trabalho, ou seja, algo enobrecedor do homem e da mulher, e não um compromisso transformado em fardo.

A economia solidária recupera conceitos que fundaram o cooperativismo, mas compreende que, atualmente, embora ainda haja organizações cooperativas que têm identidade com os conceitos de autogestão, solidariedade e democracia, o cooperativismo tem em seu seio organização que se utiliza dessa legislação para flexibilizar e precarizar as relações de trabalho em nosso País. Portanto, é necessário que tenhamos clareza de que precisamos de um novo marco legal para responder a essa nova realidade, o que também debatido será nesta manhã.

Quero registrar que, paralelamente à construção da Secretaria Nacional de Economia Solidária, constitui-se o importante movimento de construção do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O que temos visto nos encontros de economia popular solidária e de cooperativismo popular que têm acontecido nos diferentes Estados da Federação não é pouca coisa. Não é pouca coisa ver, no Rio Grande do Sul, um encontro estadual que reúne mais de 450 pessoas. Não é pouca coisa ver que no Rio de Janeiro reuniram-se mais de 400 pessoas.

Não é pouca coisa ver os Estados da Paraíba, de Alagoas, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Norte, do Piauí e outros mobilizando diferentes atores do movimento social em torno de um mesmo tema, em torno da construção de um mesmo processo, recuperando relações, identidades de diferentes setores que no último período vinham construindo suas lutas de forma descolada porque a conjuntura impunha isso.

Na nossa opinião, esse processo de construção do Fórum Brasileiro de Economia Solidária representa o surgimento de um novo sujeito social no País, que vem com a força da sua capacidade de mobilização, mas que compreende a necessidade de fazer a disputa do poder econômico. É assim que a economia popular solidária vem se apresentando nas suas diferentes faces.

Em meio a esse processo, já na última década, percebemos a sensibilidade de alguns setores importantes do movimento social e da produção intelectual do País com relação a esse movimento.

Não é pouca coisa perceber a importância que os mundos acadêmico e sindical passam a dar ao tema da economia popular solidária. Cito o importante envolvimento da UNITRABALHO e da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, além da criação da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG -, da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, da UNISOL e de outras organizações oriundas do movimento sindical.

Não é pouca coisa perceber, já na década de 1980, a importância desse tema na organização da intervenção da Cáritas brasileira. Não é pouca coisa perceber que os diferentes atores e sujeitos sociais do País começam a compreender o papel do setor da economia popular solidária na construção de uma nova economia, de um novo referencial de sociedade.

Na nossa opinião, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que ocorrerá dos dias 27 ao 29 em Brasília, marcará um novo momento no País. Esse é um processo que deve ser reforçado. Dezoito Estados já confirmaram sua participação, e com certeza muitos outros irão fazê-lo. A participação dos companheiros e companheiras de Minas Gerais também é fundamental. Este é um momento histórico que deve ser fortalecido pelos diferentes setores da sociedade das diferentes regiões do País.

Segundo o Prof. Paul Singer, este ano ficará marcado na história da economia solidária do País e não só pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que é um marco histórico importante.

É a primeira vez que teremos políticas públicas voltadas para esse setor em âmbito federal. Vou utilizar o tempo da minha fala à tarde para comentar isso.

A história da economia solidária ficará marcada este ano em nosso País por conta da construção do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da capacidade de mobilização que esse processo vem demonstrando e pela força de diferentes setores da sociedade que se unifica e que, em nossa opinião, constitui um novo sujeito social. Acho que é com essa força que nosso setor se apresenta e é com ela que se constitui um novo interlocutor na sociedade. No que depender das ações da nossa Secretaria, sairá a todo momento fortalecido. Desejo a todos um bom encontro, um bom seminário e que possamos sair daqui mais fortes do que quando entramos. Obrigado.

Embora não constem aqui os nomes dos representantes de todas as entidades e instituições, registramos com muita satisfação as presenças de algumas do interior, cujas delegações passamos a cumprimentar: Ernalina Sousa Rodrigues, Diretora do Trabalho da Prefeitura Municipal de Pirapora; Ednir Medeiros Barbosa, da Divisão de Programas Comunitários da Prefeitura Municipal de Pirapora; José Eustáquio, Secretário Municipal de Pirapora; Idalvo Toscano, consultor em microfinanças; nossa querida companheira Neila Batista, Vereadora do PT de Belo Horizonte; Rosa Maria Medeiros, representante da Universidade Federal de Lavras; Marcelo de Paula Pereira, Secretário Municipal de Agricultura de Pedro Leopoldo; Amauri dos Santos, Assessor Técnico-Pedagógico da Juventude Operária Católica; Ricardo Dutra, Consultor da Prefeitura de Belo Horizonte; Luiz Sérgio Soares, do ECPAZ, do Ministério da Fazenda; Simeão Leão, articulador comunitário da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Em nome deles, agradecemos todos os que fizeram um esforço grande para compartilhar conosco desta plural, diversa e rica iniciativa.

Palavras do Sr. Leomar Luiz Prezotto

Bom dia a todos os participantes deste ciclo de debates. Quero agradecer à Assembléia e ao Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária pelo convite. No pouco tempo de que dispomos, vou procurar ser o mais incisivo possível. Embora o tema pareça simples e possa, até certo ponto, ser entendido assim, ele é muito complexo naquilo que nos propomos a debater e a construir. É por isso que ele se torna complexo. Vou usar o outro microfone para utilizar o apoio das transparências.

Em primeiro lugar, quero dizer que nunca gostei de me apresentar dessa forma, como consultor de legislação sanitária, mas sim como um cidadão inquieto com a situação de exclusão existente neste País, graças às várias formas e diversas coisas que acontecem, principalmente nesse caso, pelos instrumentos legais que foram pensados e construídos longe dos olhares e interesses da população brasileira.

Com esse intuito, falarei algumas coisas para vocês.

Já começo com um título diferente do tema proposto, justamente porque não quero falar sobre legislação sanitária sem trabalhar e construir esse tema sob a visão do desenvolvimento, que vai ao encontro do que o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária está discutindo e fazendo, pelo menos pelo que ouvi da Shirlei, em sua exposição. Esse desenvolvimento pode ser chamado de economia popular solidária, desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento com inclusão. O mais importante é que por trás disso estejam de fato a inclusão das pessoas, a promoção e a construção da cidadania. Essa é a virada que nos propomos a construir.

Nesse caso, a legislação sanitária serve para ajudar no controle da qualidade dos alimentos, que tem ligação direta com a agroindústria rural de pequeno porte, ou com os pequenos empreendimentos, das agroindústrias familiares, dos agricultores familiares assentados e, na visão não mais de crescimento e acúmulo econômico na mão de meia dúzia de pessoas, mas sim de crescimento da economia com caráter de inclusão social, trabalhar o respeito às diferenças culturais, que são muito salutares à cidadania e à democracia, também compreendendo e trabalhando o ambiente de outra forma. Se não agirmos assim, daqui a pouco será difícil continuarmos discutindo sobre economia, ainda que seja em caráter solidário.

Nessa visão, procuraremos entender e trabalhar a pequena agroindústria, com enfoque na legislação sanitária.

Trabalharei algumas características do que entendo como agroindústria rural de pequeno porte. Como estamos falando de pequena agroindústria, da agricultura familiar, de economia popular solidária, ela se diferencia de uma grande agroindústria em suas características e sua lógica de funcionamento. Não quero aqui polemizar sobre se a grande agroindústria é melhor ou pior que a pequena, mas sim frisar características que a diferenciam dos demais empreendimentos, porque também há diferenças quando pensamos em ter uma legislação sanitária.

Antes de abordar propriamente a legislação, gostaria de marcar um outro ponto muito importante. Em nossa caminhada por este País afora, em especial por meu Estado, Santa Catarina. - O companheiro João Luis é testemunha -, temos percebido que quem é contra ou a favor de uma mudança na legislação sanitária sempre se utiliza de uma coisa chamada qualidade. Confesso que fiquei inquieto com isso, afinal de que qualidade estão falando? Qual o entendimento? Qual a concepção? Qual o conceito de qualidade que essas pessoas têm como referencial? Foi

delimitando alguns aspectos que, de alguma forma, eram compreendidos por quem defende a legislação sanitária excludente.

E procurei mostrar outra visão de qualidade que pode ser resgatada e reconstruída do ponto de vista da inclusão social.

O primeiro aspecto é o sanitário. Nos últimos 50 anos, o aspecto sanitário no Brasil tem sido observado e controlado com a preocupação de não causar prejuízo comercial e econômico aos grandes grupos interessados em comercializar os alimentos. Nunca se deu ênfase à saúde que o alimento deve promover.

A primeira mudança que se propõe é o enfoque do aspecto sanitário. O alimento só poderá ser comercializado e consumido se estiver em condição de promover saúde.

Outro ponto é o nutricional. Muitos produtos que estão nas estantes dos supermercados nada têm de nutritivo. São mais enchimento que alimento. Aliás, o cidadão confunde muito os conceitos de produto e alimento. Produto é um objeto qualquer; alimento tem substância, nutre. Por outro lado, os produtos comerciais promovem giro de economia e possibilitam que alguns atores sociais - poucos, meia dúzia, talvez - acumulem cada vez mais em torno de si mesmos.

Há também o aspecto organoléptico. Diz respeito às propriedades do alimento: bom cheiro, bom sabor, boa textura e boa coloração, o que é fácil de observar quando manipulamos ou consumimos um alimento. No açougue, por exemplo, logo se percebe se a carne é suspeita, apenas observando-se sua cor, textura e cheiro.

Esse aspecto pode estar ligado tanto à qualidade do alimento quanto ao prazer de consumir algo saboroso. Isso também compõe a cidadania.

Outro item é a facilidade de uso. Pessoas têm me procurado para compreender isso. Facilitar o uso não é promover a lógica capitalista do desenvolvimento que se acumula nas mãos de poucos. As pessoas procuram, cada vez mais, alimentos prontos, simples de operar, fáceis de transportar e de armazenar - bom exemplo é o leite longa vida -, mas que, por outro lado, podem não representar a mudança que estamos propondo.

Na verdade, há dualidade nesse aspecto, mas é no mundo em que estamos que temos de construir o novo. Atualmente, as pessoas não têm mais tempo para viver, para ficar com a família, para se sentar à mesa ao meio-dia e à noite para almoçar e jantar. Come-se apressadamente. Nos grandes centros urbanos, se der tempo, almoça-se, e, assim, vai-se levando a vida.

O outro aspecto é o regulamentar. Companheiros, esse ponto também é bastante interessante. O interesse econômico-comercial debruça-se completamente sobre o aspecto regulamentar. O alimento é clandestino ou legalizado? O que é mais clandestino: o alimento produzido em pequena escala por agricultores que, muitas vezes, não conseguem nem ter acesso às informações sobre a legislação construída longe do olhar e dos interesses desses agricultores e da população ou a lei? O que me parece uma caixa-preta é a legislação sanitária que vigora há 50 anos neste País. Isso é clandestino, porque está longe do olhar e do acesso da população. Muitas vezes, aquele alimento é feito com muito carinho, com muito amor e cuidado, mas, por conta desse instrumento perverso, o agricultor tem de comercializar seu produto às escondidas. Vamos nos dar conta de que vivemos em uma sociedade. Logo, precisamos de leis que regulamentem nossa convivência. Mas essas leis têm de ser construídas com o interesse das pessoas, e não de dois ou três interessados apenas em acumular dinheiro.

Outro aspecto é o ecológico. Logo no início falei sobre a questão ambiental. O debate sobre a economia popular também trabalha fortemente esse aspecto. A ecologia e o meio ambiente têm de ser pensados em toda a cadeia produtiva, no processo e no produto. Se o processo for mal conduzido, o ambiente pode ser poluído - águas, solos, ar, etc. E, por outro lado, o produto tem de estar livre de contaminações. São os famosos "...antes" adicionados aos alimentos, tanto no processo de produção primária quanto na industrialização. São os conservantes, os corantes, os aditivos em geral, que integram uma lista muito grande.

Não dá para falar em economia popular solidária sem abordar o social. Talvez nosso desejo de que as pessoas passem a ser o principal, não um objeto, seja apenas um sonho; mas, se não sonharmos, não haverá mudança. É o sonho que promove a mudança. Temos de construir esse ideal na reflexão, na discussão, em nossas propostas, em nossos projetos, para que possam ser implementados no dia-a-dia. Nesse aspecto social, faz-se necessária a inclusão das pessoas, tanto das que produzem quanto das que consomem. Tanto um ator quanto o outro têm de estar incluídos nesse processo produtivo e de consumo. Não basta produzir um alimento bom. O alimento tem de chegar às mãos das pessoas, e não às mãos de 10% apenas da população, que têm mais dinheiro para pagar um preço diferenciado por aquele produto. Debate-se que os alimentos ecológicos e orgânicos têm de ser mais caros. Será? Têm de ser tão caros quanto custe seu processo de produção, além de dar retorno à família que o produziu, a fim de que viva com qualidade. Mas têm de ser tão baratos, que todas as pessoas possam consumi-los. Obviamente, isso está ligado não só à legislação sanitária, ao preço do produto, à agroindústria; está ligado também a uma lógica diferente do funcionamento da sociedade como um todo; por isso, o grande desafio do Governo Lula de promover mudanças neste País.

No aspecto cultural, fez-se uma varredura no meio rural brasileiro no que tange às características culturais das pessoas, às diferenças, à diversidade cultural, que se expressa em danças, em festas. Quando criança, lembro-me de que isso existia em nossa comunidade. E está cada vez mais distante. Mas, por outro lado, há um movimento em busca disso de novo. Existem casos de resistência e novos projetos que estão sendo construídos para recriar e recultivar toda essa riqueza cultural em nossa sociedade. Isso tem de estar presente também nos alimentos.

Por fim, a apresentação dos alimentos, não só pela beleza e pela aparência mas também pela segurança, tanto da embalagem quanto do produto.

Há duas divisões na legislação sanitária e no serviço de inspeção sanitária. Uma das divisões é referente ao aspecto dos produtos de origem animal. São os órgãos de agricultura que fazem a inspeção. Há algumas exceções.

No âmbito federal, a inspeção é feita pelo Ministério da Agricultura, por meio de Serviço de Inspeção Federal - SIF. Quem tem o SIF pode comercializar seus produtos em qualquer lugar do País e do mundo. No âmbito estadual, o Serviço de Inspeção Estadual - SIE -, com o qual se podem comercializar os produtos no Estado. No âmbito municipal, o Serviço de Inspeção Municipal - SIM -, com o qual os produtos são comercializados no município.

Outro órgão responsável pela fiscalização dos produtos é a Vigilância Sanitária, que regulamenta e fiscaliza a produção. Ela fiscaliza também qualquer tipo de produto, seja de origem vegetal, seja de origem animal, quanto à comercialização e ao consumo.

Conforme o tipo de produto, há um órgão diferente para fiscalizar. Nessa divisão, há grande conflito, que se arrasta há muitos anos.

A legislação sanitária convencional impõe algumas exigências para regularizar um empreendimento junto ao serviço de inspeção. Essa exigência de estrutura física, tanto em construção como em equipamentos já impõe grandes restrições. Isso se dá em dois momentos, porque

condiciona a qualidade do alimento produzido à estrutura física. Quem tem uma grande construção, um equipamento de última geração, que custa caro e é de grande escala, parece que tem qualidade. O pequeno, adaptado à realidade local, não tem qualidade.

A associação de qualidade com estrutura física é o primeiro equívoco profundo de concepção da nossa legislação. A consequência imediata é a exigência de grande volume de recursos para implantar uma agroindústria e regularizá-la junto ao serviço de inspeção. Essa é uma forma de exclusão social.

Infelizmente, não dá para falar em 25 minutos. Então, nesse aspecto da legislação, o importante é entender que não podemos pensar só na legislação pura e simples. A legislação tem que ser pensada dentro desse novo enfoque do desenvolvimento, nesse tom de economia solidária que está sendo dado a neste debate. Ela tem que ser promotora de inclusão social, de cidadania, das pessoas que produzem e que consomem. Já não é possível ficar preso a essa legislação. Há uma burocracia tremenda, e a exclusão se dá pela desinformação. Tem SIF, tem SIM, tem Vigilância Sanitária. É uma confusão tremenda na hora em que o agricultor quer acessar o serviço. Um sistema diferente, que possa promover essa inclusão social tem que passar por um sistema único de inspeção, construído nacionalmente. É no município que vivem as pessoas, é lá que são produzidos os alimentos, é lá que deve ser feita a inspeção, que deve ter validade nacional. Os profissionais que fazem esse trabalho têm direito de exercê-lo em todo o território nacional. Além do mais, o alimento inspecionado em qualquer lugar que seja, tem qualidade para ser consumido, não interessa onde estão residindo os consumidores. É uma questão óbvia, lógica, e o absurdo da exclusão social chega a esse ponto. Se o alimento foi inspecionado no município, ele não tem qualidade para ser consumido fora do município. Se esse produto não tiver qualidade, as pessoas que moram no município e o consumirem podem morrer. Isso não está na Constituição brasileira, que diz que saúde é um direito de todos. Mas também não vamos esquecer que em muitos municípios já existe o serviço de inspeção implantado, funcionando melhor que o serviço estadual e o federal. Essa divergência municipal, estadual e federal deve acabar na medida em que se constrói um novo serviço de inspeção, um sistema nacionalizado unificado.

Finalizando, esse novo serviço de inspeção deve ser gerido não só pelo Governo, mas por um conselho de gestão social. E esse conselho tem o papel de garantir que a cidadania e a inclusão social sejam o centro de todo esse trabalho de controle de qualidade de alimentos, e não mais o interesse econômico comercial. Isso é sonho, mas já temos experiências engatinhando no País. Então, o sonho é possível, e nos propomos a contribuir para a construção. Muito obrigado.

Palavras do Sr. João Luiz Homem de Carvalho

Agradeço o convite feito e cumprimento a todos na pessoa da Deputada Jô Moraes.

Para falar em outra economia possível, a economia solidária, temos que, em primeiro lugar, deixar de lado muita conversa e partir para a prática.

Há quatro anos estive neste Plenário, que até estava mais cheio que hoje, para implantar um programa de economia solidária. Todos aplaudiram, o Governador aceitou, e o que aconteceu de lá para cá? Nada. Falamos uma coisa, e, na surdina, outra é feita. Comem o mingau quente pelas beiradas aqueles que têm a cabeça de exclusão social. Vamos um pouco para a prática. A primeira coisa é a seguinte: todos queremos ser modernos. Como disse a Shirlei, todos querem uma vida legal, agradável, ser modernos. Mas que modernidade é essa? Devemos falar de uma modernidade ética, que coloque os valores éticos da sociedade como determinante dos objetivos sociais. Esses são definidores da racionalidade econômica, para termos uma opção técnica mais eficiente. É ético convivermos com essa pobreza, sobretudo em um País que tem um PIB de R\$1.500.000.000.000,00? É ético viver neste País com 20 milhões de analfabetos, 20 milhões de pessoas que não conseguem distinguir a sua bandeira, porque não sabem ler? Essa, talvez, seja a única bandeira que tem escrito "Ordem e Progresso". Ou seja, o País que tem uma bandeira com escritos conserva 20 milhões de analfabetos. Isso não é ético.

Então, devemos partir de uma situação de assistencialismo nessas questões éticas para uma questão de abolicionismo. Por exemplo, não pode existir pobreza no Brasil. Devemos definir as coisas para atuarmos, como disse, na prática. Uma das coisas que devemos definir é pobreza. Não considero pobre só aquela pessoa que ganha pouco. Considero pobre a pessoa que não tem garantia de alimentação, acesso à educação, atenção à saúde, casa com higiene, transporte urbano com eficiência, proteção, justiça e segurança. Os economistas, aqueles que pensam que devemos fazer o bolo crescer para dividi-lo, deitam e rolam. Eles dizem assim: "Não há dinheiro." Essa história é uma mentira. Esse negócio de fazer crescer o bolo é assim: imaginem um copo cujo conteúdo, depois de aumentar, entorna. Mas quando ele vai entornar, aumentam o copo, e assim vai. Então, não podemos entrar nessa onda de definir pobre como aquele que ganha pouco, mas sim aquele que não tem acesso a bens e serviços.

Então, temos a pergunta: Onde arrumaremos dinheiro para fazer aquilo tudo? A pergunta não deve ser de onde vêm os recursos para erradicar a pobreza, mas sim de onde vêm os recursos necessários para continuarem os privilégios da riqueza. Devemos, então, partir para uma troca de incentivos, ou seja, em vez dos incentivos para o crescimento econômico, partir para incentivos para o desenvolvimento social. No Brasil, o incentivo econômico foi dado ao longo de séculos. Então, devemos trocar os incentivos econômicos pelos incentivos sociais. Com isso, teremos uma série de vantagens.

Pularei algumas transparências para não tomar o tempo de vocês. Mostrarei algo muito interessante para vocês, para abrirmos um debate. Falamos em economia solidária, e a Shirlei, com o seu belo discurso, diz que temos que observar as políticas públicas aplicadas no País e melhorá-las, para favorecer uma economia solidária. Sim, mas elas devem ter uma finalidade não só para intervir na economia solidária, mas para impedir uma política econômica excludente. Falamos em uma economia solidária, em que a pessoa deve produzir algo e vender.

Por exemplo, se a pessoa, num supermercado, adquire R\$100,00 em produtos agroindustrializados, isso vai remunerar de 30% a 40% as grandes agroindústrias, de 25% a 30% os produtores de insumos, de 20% a 25% a comercialização e de 5% a 10% o produtor. Isso chama-se causa estrutural da pobreza no campo.

Enquanto estamos discutindo sobre economia solidária, a Monsanto está querendo emplacar o transgênico, e, quando fizer isso, aqueles 5% a 10% do produtor irão para ela, porque fornecerá um pacote para o produtor. Então, ficaremos na discussão sobre a questão da produção rural, do pequeno produtor, entre as grandes agroindústrias, os grandes produtores de insumos e os grandes comercializadores. Imaginem que, na transparência, aqueles são pontos de acumulação de renda e aqueles três pontos, que refletem um maior acúmulo de renda, também são pontos políticos de decisão das coisas. Então, se não combatermos isso, nada resolverá. Dizemos que há dificuldades para os Bancos emprestarem para o sistema financeiro. Mas o que acontece com essa matriz tecnológica? Toda essa massa de dinheiro vai para os Bancos, mas para emprestar os Bancos pensam: "Quem oferece condição de investimento e de pagamento? São os grandes produtores de insumos, as grandes agroindústrias e os grandes comercializadores".

O pobre passa a ser pobre, na questão da produção, porque produz. Se ele largar a produção, será menos pobre nessa matriz tecnológica. Essa é a causa estrutural, e temos que discuti-la. De qualquer maneira, a pessoa só avançará num determinado sentido, porque há 40 anos não era assim.

Antigamente, quando alguém ia casar com a filha de um fazendeiro, dizíamos que estava bem demais. Hoje não existe isso, se alguém for casar com a filha de um fazendeiro pensamos: "Está lascado, porque o cara está devendo e não ganha nada". Então, essa coisa acontece de

uma maneira muito interessante. O pior de tudo é que, antigamente, quando esses três grandes complexos do setor agroindustrial fechavam a porta para o produtor, ele o recebia na cidade, empregando. Agora o aumento da produção desses três segmentos não absorve mão-de-obra, aumentam a produção por intermédio da automatização. Essa é uma causa estrutural.

O que adianta falarmos em economia solidária quando se pode emplacar uma questão de transgênicos, que seria reforçar aquela produção de insumos? Nessa discussão, temos que abordar as causas estruturais da pobreza, que impedem a aplicação de políticas públicas. O Prezetto falou sobre a questão da legislação exatamente nesse sentido, pois ninguém quer legislação para pequenos. Trabalhamos com isso há mais de 10 anos; durante toda a minha vida trabalhei com a questão da inclusão social. Essa é uma causa estrutural, e não temos que conversar sobre causa conjuntural, que o produtor não é empreendedor, que não tem capacidade de absorver tecnologia, nada disso. A causa estrutural é essa, não esqueçam dessa imagem.

Temos vários programas que provam isso. Instalamos um programa no Governo do Distrito Federal, de 1996 a 1998, que é o Programa de Agroindústria Familiar - PROF -, que hoje está implantado em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Argentina, Peru e Equador e que luta contra isso. Tenho outras transparências para serem mostradas, mas acho que essas já mostraram o principal.

Em qualquer outra atividade de política pública que o Governo adote, temos que exigir que se considere o compromisso com o êxito da ação da política pública, e não com o "lava mão".

Por exemplo, para se fazer uma agroindustrialização, faz-se necessária uma escada cujo primeiro degrau deve ser a questão institucional, ligada à questão educacional. Hoje, nas universidades - e sou professor universitário há 31 anos -, ensinamos os alunos a cuidar apenas da classe média e dos ricos. As instituições não gostam de trabalhar com pobres. Tem-se de fazer um currículo mais solidário nas universidades e um trabalho em que o público-alvo seja o mais carente. Qualquer atividade, hoje, no Brasil, procura atingir um público menos carente. Não podemos falar em empréstimo, economia solidária, Banco do povo, no Brasil. Banco do povo é o Grinin Bank, de Bangladesh. O Banco do povo de Belo Horizonte só empresta aos que têm um cadastro, carro com seguro. Enquanto o Banco do povo estiver atrelado ao Acordo da Basiléia não será Banco do povo.

Também a legislação tem de ser mudada. Fernando Henrique Cardoso vetou uma proposta, do Deputado Jacques Wagner, que poderia ser novamente apresentada no Governo do Presidente Lula. O principal, em uma legislação, é a escala. Não se pode ter uma legislação para o pequeno igual à que se tem para o grande. Resolver o problema tecnicamente é uma questão de escala, mas o que se encontra por trás do problema é aquela causa estrutural, que mostrei para vocês. Seguindo a escada, apresentada na transparência, constrói-se a agroindústria, capacitam-se as pessoas, são fornecidos os insumos, faz-se o "marketing" do produto, presta-se ajuda na comercialização, fiscaliza-se e faz-se o acompanhamento. As políticas públicas têm de adotar, por princípio, a democratização das oportunidades. E quando as oportunidades são democratizadas, o resto vem naturalmente. São coisas fundamentais que construímos por meio da prática observada no dia-a-dia. É o que ocorre com o capital. O Gerente de Banco trabalha em função do lucro, portanto prefere emprestar para uma pessoa que solicita 1 milhão a outra que solicita 5 mil, porque ganhará mais com o maior empréstimo.

Nas transparências, vocês podem ver algumas das nossas agroindústrias: o balcão da pequena agroindústria, que facilita a compra, a propaganda, o "marketing". Por que o Governo não pode fazer "marketing" para o pequeno produtor?

Voltando ao quadro anterior, algumas pessoas dizem que isso é paternalismo. Ora, para certas pessoas, a democratização de oportunidades é paternalismo, ao passo que dar U\$250.000.000,00 para a fábrica da Ford se instalar na Bahia não o é; para rico, é subsídio.

Por fim, quero dizer que não há nada melhor do que estudar sobre a solidariedade. Há duas semanas, por exemplo, estive na Índia, estudando o Programa de Erradicação do Analfabetismo, pelo qual procedeu-se à alfabetização de 200 milhões de jovens e adultos, em 15 anos, por meio do trabalho voluntário. O que quero dizer com isso é que lá, apesar da pobreza e dos enormes problemas que a população enfrenta, existe uma profunda solidariedade. E são essas políticas que geram a solidariedade que temos de importar, não sei como. O fato é que nossa sociedade é extremamente egoísta. Sempre que fazia alguma exposição sobre a agroindustrialização, costumava dizer que era para inclusão social e para um desenvolvimento sustentável. Hoje, não deixo de dizer que é para inclusão social e um desenvolvimento sustentável e solidário, porque sem solidariedade não se provoca a transformação necessária para que todos tenham uma vida digna e feliz, como disse a Shirlei. Obrigado.

A Sra. Presidente - Agradecemos a importante contribuição do Secretário João Luiz, até pela oportunidade do debate que o País trava hoje, na busca de um modelo econômico solidário e sustentável.

Palavras do Sr. Leonardo Coelho

Bom dia a todos. É um privilégio estar aqui, participando desse processo de construção da economia solidária em Minas Gerais. Gostaria de começar minha exposição exaltando a importância e a relevância da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, uma vez que o Prof. Paul Singer reúne todas as condições de integrar uma política pública que se encontra totalmente desintegrada, que é a do cooperativismo e, de maneira geral, a da economia solidária, reunindo as diferentes tendências que vêm sendo constituídas ao longo de certo tempo, talvez em decorrência do centralismo que a legislação vigente - a Lei nº 5.764 - impõe ao corporativismo.

Embora a economia solidária esteja sendo constituída não como um setor propriamente dito da economia - já que a Secretaria está sendo criada na alçada do Ministério do Trabalho, o que sugere que serão adotadas apenas medidas compensatórias para os enormes desequilíbrios e desajustes nas atuais relações de trabalho -, acho que é um grande avanço a oportunidade de nos depararmos com essa diversidade muito grande que existe na área da economia solidária, especialmente no que se refere ao cooperativismo, que é a principal estrutura, mas não a única, do conjunto de práticas e ações que envolvem a economia solidária.

Dentre essas tendências, que serão objeto do empenho do Prof. Paul Singer para construir essa integração, devemos destacar o cooperativismo oficial - como ele próprio o denomina -, que hoje é comandado pelo Sr. Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, representante histórico da OCB, único brasileiro que presidiu a Aliança Cooperativista Internacional - ACI -, instituição com mais de 50 anos de existência. De certo modo, ele vem definindo, para bem ou para mal, os destinos do nosso cooperativismo.

É importante ressaltar que, dentre essas diversas tendências, represento o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, que procura afirmar outros princípios dentro do cooperativismo, além daqueles reproduzidos pelos pioneiros de Rochdale, que constituem objeto da nossa atual legislação. Um deles é a autodeterminação. Esse princípio não existe em muitas cooperativas, há falta de vontade ou total desconhecimento do cooperado, que ingressa na cooperativa por força de circunstâncias, muitas vezes, alheias à sua vontade. Outro, é o princípio da escala humana, segundo o qual as cooperativas deveriam crescer até o limite da sua capacidade de gestão. Observamos cooperativas com milhares de cooperados, com uma estrutura gerencial totalmente distante do cooperativismo, comprometendo os princípios históricos.

Com relação ao cooperativismo popular, no Rio de Janeiro consideramos não só cooperativas, mas também associações, grupos de produção e outros movimentos, como os que foram citados pelo Dione.

As cooperativas populares foram desenvolvidas pelos projetos das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, que traçaram outro perfil para elas, mas obedeceram à formatação jurídica, conforme a Lei nº 5.764, e trouxeram outros princípios não constantes na lei, como a sua formação. Essas cooperativas são formadas por muitas pessoas excluídas do processo de privatização que assolou o País, especialmente no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, e por pessoas oriundas de uma mesma comunidade em que nenhum cooperado pode ter renda superior a outro. Além da incubadora tecnológica das cooperativas populares, temos a UNITRABALHO, que já foi uma variante desse processo inaugurada pelas universidades; as experiências do MST, representadas aqui pela Confederação das Cooperativas para a Reforma Agrária, que procura trabalhar características bastante peculiares como a propriedade coletiva da cooperativa. Na maioria das cooperativas rurais, cada cooperado é proprietário da sua porção de terra, da sua produção. As cooperativas filiadas à Confederação, tentaram fazer um modelo de propriedade diferenciado.

Então, essas diversas tendências vão poder ser confrontadas, especialmente no dia 27 de junho, no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. É possível que ali se estabeleçam, enfim, condições para o ajuste das políticas públicas e para sair desse obscurantismo nas questões cooperativas. Mas é bom também dizer que a cooperativa não é a única estrutura da economia solidária. Temos também outras ações que nos levam à construção de cadeias produtivas solidárias. São as redes de troca e inúmeras ações de finanças solidárias - que não são propriamente estruturas de cooperativas - e também outros modelos associativos.

Para se falar em marco legal do cooperativismo ou da economia solidária, é muito importante observar uma coisa. É a dificuldade conceitual de vários termos utilizados na economia solidária. A interpretação desses conceitos é bastante diversificada, como "autogestão" ou "incubadoras tecnológicas". Temos uma interpretação para autogestão, mas os sindicatos têm outra. A própria "cooperativa popular" gera interpretações diferentes, bem como a forma como devem ser construídas as cadeias produtivas, as finanças solidárias ou o microcrédito. É muito importante ajustar e respeitar esses conceitos e toda essa diversidade para que possamos avançar na definição de um marco legal.

Sobre essa questão do marco legal, existe um enorme vazio na legislação, em razão de alguns dispositivos constitucionais referentes ao tema. Observamos que a Constituição Federal diz que "o Governo deverá apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo". Mas, apesar dessa norma constar na Constituição Federal, são poucas as iniciativas existentes de uma maneira integrada que favorecem esse princípio. Temos até visto o contrário. Para citar um exemplo, existe a Lei Complementar nº 70, de 1991, que regula a COFINS. Um artigo dessa lei isenta as cooperativas do recolhimento da COFINS. Entretanto, uma medida provisória de 1998 revoga esse artigo da lei complementar que favorece as cooperativas. Como esse, outros exemplos poderiam ser lembrados e observados.

Existe, ainda, outro artigo da Constituição que dá margem a discussão e a questionamentos. Se não estou enganado, trata-se do art. 174, que diz que caberá a lei complementar dar um adequado tratamento tributário ao ato cooperativo. Como se algum tratamento inadequado estivesse sendo dado. De qualquer sorte, isso nos sugere e pressupõe que seja um tratamento facilitador e não dificultador em matéria tributária. É bem verdade que Rui Barbosa já dizia para dar-se tratamento desigual aos desiguais.

A legislação tributária, de maneira geral, não distingue as espécies de cooperativas em relação ao seu faturamento. Talvez esse seja um campo importante de discussão para que tenhamos mais bem caracterizado o que são cooperativas populares ou outros modelos organizativos que mereçam um tratamento mais condizente com o que se espera da economia solidária.

Há também um empecilho relevante que dificulta o processo de crescimento das cooperativas de crédito. A Constituição limita as operações creditícias às instituições financeiras, com uma série de requisitos que muitas organizações populares não possuem. Entretanto, há no Banco Central do Brasil uma resolução que limita as cooperativas de crédito abertas, que só podem ser constituídas por pessoas de uma mesma atividade. A pressão dos Bancos tem inibido o processo de crescimento das cooperativas.

Existem projetos de lei em tramitação no Congresso sobre esse assunto, principalmente três. Recentemente, o Deputado mineiro Francelino Pereira foi relator desses três projetos, do Suplicy, do Osmar Dias e do José Fogaça. De uma maneira geral, eles são reproduções da Lei nº 5.764.

Há também em curso um projeto que define melhor as empresas autogestionárias, em que os trabalhadores participam do capital social das empresas, organizados, ou por meio de uma empresa, como está no projeto, ou mesmo por intermédio de cooperativas, vislumbrando a regulamentação do art. 7º da Constituição, que diz que é direito do trabalhador participar do resultado das empresas e, excepcionalmente, da gestão. O projeto que regulamenta a empresa autogestionária lida com a organização dos trabalhadores participantes do capital social das empresas.

Há um problema muito sério, falei na presença do representante da Delegacia Regional do Trabalho, que é a questão das cooperativas fraudulentas. O Ministério Público do Trabalho tem feito uma verdadeira perseguição contra as cooperativas de trabalho. O parágrafo único do art. 442 da CLT diz que não haverá vínculo empregatício entre o trabalho realizado entre a cooperativa, o cooperado e o tomador dos serviços.

Entretanto, o Ministério Público do Trabalho tem considerado nula essa cláusula em detrimento dos requisitos de vínculo empregatício, que seria a subordinação e o trabalho continuado. Só que o critério para declarar nulo esse artigo da CLT - os Tribunais do Trabalho têm acompanhado muito essa posição do Ministério Público -, ainda é pouco claro e objetivo.

É importante que haja definição melhor de cooperativa fraudulenta. Seria aquela que não realiza as assembléias gerais, ou que não têm um grau de participação dos cooperados estabelecido de maneira mais clara? Agindo dessa forma, quase cega, o Ministério Público do Trabalho poderá inviabilizar um projeto de cooperativismo para o País.

É importante que nesses encontros estaduais estabeleça-se pauta, para que o resultado do fórum seja o que esperamos, em torno das políticas públicas para a economia solidária em construção.

Palavras do Sr. Edmar Gadelha

Minha intenção é abordar conceitos bastante discutidos e mal compreendidos. O primeiro é o da solidariedade. Quem faz é o povo: vizinho com vizinho, comunidade com comunidade, nação com nação. Governo não faz solidariedade com o povo. O Estado arrecada impostos e presta serviço público, que, espera-se, seja de boa qualidade.

No Governo passado, ouvimos coisas do tipo Programa Comunidade Solidária, como se o Governo fizesse solidariedade com o povo. Uma aberração. Há dez dias, também o Ministro Graziano disse que o Governo está criando a maior rede de solidariedade no País. Ora, solidariedade sempre existiu: a ação de cidadania contra a fome e tantas outras iniciativas são provas disso. Aliás, a sociedade civil sempre fez solidariedade com competência e eficiência.

O segundo conceito é o da economia, tudo o que se produz e consome. O problema complica-se quando a produção transforma-se em mercadoria e vai para o mercado, que, por sua vez, passa a controlar a produção e o consumo.

No nosso caso, fala-se em economia de mercado. O mercado virou instituição viva: há dias em que se levanta mal-humorado, nervoso; em outros, calmo. A economia popular solidária mostra a necessidade de discutir essa instituição viva, que ninguém controla.

No passado, chegou-se a propor a abolição do mercado, mas não deu certo.

Faz-se necessário discutir a economia com o mercado, e não a economia de mercado. São duas questões que gostaríamos de trazer para o campo da problematização.

As outras questões que havia enumerado já foram tratadas. Não gastarei tempo com elas. Quero já trazer alguns desafios e estratégias para o fortalecimento dos princípios da economia solidária. A primeira delas é a necessidade de se fazer um investimento na área da educação para o consumo. A manter-se a estratégia da economia de mercado em relação ao consumo sem se alcançar o padrão de consumo dos chamados países desenvolvidos, o planeta quebra. É necessário um investimento forte na questão do consumo. É impossível conviver, por exemplo, com uma estratégia de "marketing" como a das indústrias de alimentos no Brasil, que colocam um campeão olímpico como Gustavo Borges para fazer propaganda de "Danette". Então vou consumir "Danette" e virar um campeão olímpico. Tem de haver ética, o que é fundamental.

A segunda questão, em se tratando de políticas públicas, é a questão da universalização. Um debate que se está fazendo mais recentemente, que foi uma conquista dos movimentos sociais populares na Constituição de 1988, foi a universalização das políticas. Hoje se está discutindo o assunto novamente, e o Banco Mundial defende que tem de focalizar. Discute-se se se universalizam as políticas públicas ou focalizam-se. Temos acompanhado o programa Fome Zero, que está focalizando. Como é que se transforma um programa em política pública? É uma discussão interessante para a economia popular solidária. É uma política pública de fortalecimento da economia popular e solidária, mas do ponto de vista de sua universalização, ou seja, para todos.

Para encerrar, acreditamos que o Fome Zero só acontece com a economia popular solidária. São esses os elementos que gostaria de trazer para o debate. Muito obrigado.

Esclarecimentos Sobre os Debates

A Sra. Presidente - Daremos início à fase de debates. A coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores de forma dirigida. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizarmos o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem. Na medida do possível, sejam objetivos e sucintos, dispensando as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de até três minutos para sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas. A ata deste ciclo de debates, contendo a transcrição completa das discussões e debates, será publicada no jornal "Minas Gerais", "Diário do Legislativo", edição de 28/6/2003.

Debates

O Sr. Rodrigo - Não participamos do debate ocorrido nesta Casa há dois anos, mas, hoje, as pessoas presentes praticam a economia popular solidária na base. A nossa feirinha na praça ao lado tem 72 barracas e 350 empreendimentos. Todos participaram de encontros regionais, em que definimos as políticas da economia solidária. As pessoas querem discutir as legislações que influenciam as políticas públicas.

Gostaria de perguntar ao Sr. Prezetto o que mudou nessas experiências, quais as dificuldades e principais conquistas dos trabalhadores com as novas legislações de Santa Catarina e São Paulo. Sabemos que no Mato Grosso houve avanços nas legislações tributária e sanitária.

A Sra. Presidente - Vou ler algumas perguntas dirigidas ao Sr. João Luiz. Pergunta da Sra. Ernardina Souza Silva Rodrigues, da Prefeitura Municipal de Pirapora: "Como se dá ou se processa a descentralização da agricultura nos programas implantados em outros Estados, citados por V. Sa.?"

Pergunta do Sr. Luiz Sérgio Soares, do Ministério da Fazenda: "Nosso povo é solidário. Isso ficou provado em inúmeras ocasiões. O que falta é organizar o voluntariado e tornar realizáveis as utopias. Você concorda que um bom começo é parar de reforçar a idéia de que somos um povo egoísta?"

Pergunta do Sr. Marco Aurélio, do empreendimento assessorado pela Incubadora de Empreendimentos: "Seria possível constituir uma rede de economia solidária, sem englobar matérias-primas ou produtos da economia popular convencional?"

O Sr. João Luiz Homem de Carvalho - Sou uma pessoa extremamente sensível e impactada pelo que vi na Índia. O grande Deus deles é a vaca, que lhes dá o trabalho, o leite e a bosta. Lá a bosta da vaca serve para adubar e é o gás de cozinha. Eles secam a bosta, que é empilhada para servir de lenha. Por isso adoram a vaca. Fui ver um sujeito que fazia umas bolachas de bosta, deixava secar no sol para fazer a lenha. Ele me perguntou onde eu estava e disse que me levaria ao hotel. Colocou-me numa carrocinha e saiu pedalando. Era o mesmo que me levar nas costas. Há solidariedade.

O Presidente Lula disse que, em quatro anos, vamos acabar com o analfabetismo no Brasil. São 20 milhões de pessoas, mas vamos fazer isso. A diferença é que na Índia, fizeram pelo voluntariado; aqui, será preciso pagar ou não se faz.

É solidário o Congresso Nacional votar orçamento que não prestigia a educação? Que não prestigia as questões sociais? São solidárias certas ações relacionadas ao outro?

Na Índia, perguntei a uma pessoa o que era ser feliz. Ele me disse: "Ser feliz é fazer o meu vizinho feliz".

Temos que colocar essas coisas pelo menos para discussão. Concordo quando dizem que não somos solidários. Existem muitas pessoas menos solidárias que nós, mas precisamos ser mais. É claro que tem quem trabalhe para ser solidário neste País. Estou falando de maneira geral. Se não formos mais solidários, não avançaremos. Não discutir é pior.

"Seria possível construir rede de economia solidária sem a matéria-prima ou o produto de economia popular convencional?" É claro, existem muitas maneiras.

Graças a Deus, perguntaram: "Como se dá o processo de descentralização da acumulação da agricultura nos programas implantados em outros Estados?" Minas Gerais também tem esse processo. Se há grande agroindustrialização, tem que ser feita agregação de valor do produto. O produtor rural precisa entender que valoriza seu trabalho na medida em que agrega valor ao produto. Se não fizer isso, não terá sucesso. Imaginem a comercialização como se fosse uma espiral. É preciso vender o que faz, não interessa o quê. Não pode entregar seu produto para

outros pessoas venderem. O Carrefour tem um orçamento maior do que o do Rio Grande do Sul e exige, cada vez mais, de quem põe o produto lá para vender. Começa a transferência ao contrário.

São duas as questões: a da agroecologia, que faz com que o produtor pare de comprar insumos e, não comprando, descentraliza; e a organização da solidariedade. Toda vez que o produtor se dá bem em um lugar, tem todo o seu salário de consumo produzido lá e tudo que vende é com valor agregado. É assim que lutamos. É na prática que se comprova a verdade na luta pela solidariedade e contra a espoliação.

A Sra. Presidente - Pergunta de Lúcia Aparecida, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: "Tudo o que disse e de que precisamos mais, a que tempo pode acontecer? O trabalhador rural não tem tempo para sobreviver nesse capitalismo e nessa desigualdade social, participando dessa luta pela sobrevivência".

O Sr. Leomar Luiz Prezetto - Quanto às questões do Rodrigo sobre as experiências ocorridas no caso das agroindústrias, dentro desse caráter novo proposto, citarei as unidades implementadas por meio do programa Prove Blumenau, em Santa Catarina, com 22 agroindústrias já funcionando; e a rede UCAF, no Oeste catarinense, com uma experiência de organização dos próprios agricultores familiares, apoiados por ONGs e também pelo projeto Desenvolver, apoiado pelo CNPq. Há 50 agroindústrias interligadas em rede. Há também o Sabor Gaúcho, que resultou em aproximadamente 300 agroindústrias, sendo que a maioria delas também faz parte de uma rede em construção. Já existe uma coordenação estadual do Rio Grande do Sul para as agroindústrias familiares. Há também o Prove, do Distrito Federal, que foi, de fato, um precursor na linha das políticas públicas para a implantação das pequenas agroindústrias, na gestão do Cristovam Buarque. O João Luiz foi o Secretário da Agricultura e o grande mentor desse programa.

No campo da legislação, além da experiência do Governo do Distrito Federal - que, de fato, teve toda uma legislação nova a partir do Prove na década passada - a experiência do Prove, em Enau. Há uma legislação municipal também com uma forma diferente de fazer o processo de inspeção, em que se analisa a cadeia produtiva inteira e não apenas o produto final, que vai para a prateleira. Assim, fica mais fácil, mais transparente, mais barato, mais simples e democrático o processo. Devido a tudo isso, é possível um serviço com menor custo, atendendo muito mais aos agricultores.

Depois de uma longa jornada de vários anos discutindo-se o assunto, em Santa Catarina, foi criada uma nova lei específica para as agroindústrias de pequena escala, a qual trouxe algumas inovações. Porém, elas não ocorreram em todos os pontos que se buscavam, sendo que o que conseguimos não foi implementado. Por quê? Porque, mesmo com um instrumento legal mais adequado à agricultura familiar e à pequena agroindústria, a direção do serviço do Governo de Santa Catarina continua nas mãos daqueles técnicos da gestão passada, que eram contrários à economia popular solidária e à pequena agroindústria. Por isso, eles não implementavam o serviço da forma como a lei apontava.

Em São Paulo, houve também um processo bastante interessante. Durante seis a oito meses, vários atores sociais, movimentos sociais, o sindicalismo e alguns órgãos do Governo do Estado construíram um processo de regulamentação de uma nova lei na área de inspeção sanitária. Na hora de o Governador assinar o decreto regulamentando-a, em vez de acatar a proposta do movimento popular, aprovou e sancionou o regulamento elaborado pelos técnicos da inspeção do Estado de São Paulo, que simplesmente colocava, no final, um artigo dizendo: "No que tange ao processo de inspeção e de instalação da agroindústria, seguem as recomendações e as exigências em estrutura física da lei convencional excludente". Então, dessa forma, o processo não resultou em nada.

As experiências de Santa Catarina e de São Paulo mostram que não basta haver apenas leis. Por isso provoqueei a discussão sobre legislação sanitária dentro de um contexto muito maior, exatamente o contexto do debate de hoje sobre a economia popular solidária. É nele que devemos criar as leis e todos os outros serviços de governo.

Por outro lado, tive oportunidade de participar, durante os últimos meses, da elaboração do Programa de Agroindústria do Governo Lula, na Secretaria da Agricultura Familiar, no Ministério do Desenvolvimento Agrário. O programa, que deverá chamar-se Sabor de Brasil, será lançado brevemente e já está incluído no plano Safra, que será lançado pelo Presidente nas próximas semanas. Quanto à segunda pergunta, sempre é o momento de acontecer, construir e fazer. Essas experiências que citei rapidamente mostram que há formas de as pessoas se organizarem, buscarem seu espaço como cidadãos e, ao mesmo tempo, cobrarem aquelas políticas públicas de todos os espaços do poder público que, de fato, garantirão os instrumentos para materializar esse desenvolvimento. Estamos vivendo um momento histórico, em que temos novo Governo, a direção desse País tem uma nova cara e há a oportunidade real e concreta de materializar isso em políticas públicas.

Penso que essas inquietações colocadas em relação à legislação sanitária serão tratadas dentro desse programa da agroindústria. Estamos na fase de implementação de um grupo de trabalho que elaborará nova proposta de legislação sanitária para o País, nesse novo tom. Infelizmente, a proposta do Jaques Wagner foi engavetada pelo Governo passado. Então, construiremos nova lei, com novo desafio, um novo momento.

Não podemos esperar apenas do Governo aquilo que deve ser feito no País por todos. A lei não será suficiente, assim como o crédito e as políticas públicas, mas tem que ser somada às angústias, às necessidades e ao trabalho organizativo que os movimentos sociais, populares e todas as organizações vêm fazendo. Organização é questão chave, sem ela não se implementa nada, até mesmo porque as leis podem ser criadas, mas podem ficar paradas, porque a própria sociedade não se organiza para ir em busca delas. Nesse sentido, quero colocar que mudança se faz quando Governo e sociedade vão em busca dela. Anteriormente, o Governo conduzia para a exclusão, com todo seu aparato legal dando respaldo. Agora, abre espaço e portas para a construção desse sonho. Mas, se isso não for somado às experiências que estão vigorando nesse País, não adiantará.

O Vereador Wanderli Pinheiro - Acompanhei a administração pública durante quatro anos. Desde 1986, acompanho várias iniciativas no Estado e agora temos a discussão sobre a economia solidária. Com um pouco de experiência política, tendo trabalhado na área social e política, assumimos um Governo em que implementamos políticas. Algumas vezes é fácil implementar, porque vamos criar os mecanismos para colocar em prática aquilo em que acreditamos. Temos o exemplo do PROF, em Brasília, em que acreditávamos no projeto social da agricultura familiar, mas também tínhamos uma máquina nas mãos, que era a administração pública. Estou fazendo referência à pergunta do Rodrigo e à fala do João Luiz.

Acredito nas iniciativas do movimento popular. Temos algo a somar mas não dispomos da peça fundamental. Uma coisa é a organização dos trabalhadores, dos agricultores, a formação de base, a experiência prática; outra, são as leis que nos impedem, pois o maior empecilho à comercialização dos nossos produtos é a burocracia. Queremos saber quais medidas concretas estão sendo tomadas pelo Governo Federal em favor dessas iniciativas que brotam em todos os cantos do País. Todos os Governos falam de medidas e programas, mas, se não tomarem providências, nada avançará. Acredito no Governo Lula, mas nós, agricultores, que nos encontramos lá, nos grotões, necessitamos sentir o efeito das mudanças no dia-a-dia.

A Sra. Lourdes Paiolo Garcia da Silva - Neste País, o que mais se discute são as causas estruturais da pobreza. No entanto, não vemos nossos legisladores, nossos representantes, fazerem algo para que a situação mude. O que vemos, na prática, é a pobreza se aprofundando cada vez mais no País. Nós, que pensamos, discutimos e praticamos a economia solidária, acreditamos que esta é possível e necessita do apoio dos representantes. Como a responsabilidade de criar empregos é do Governo, sugerimos aos legisladores que elaborem leis que favoreçam, e não que obstruam, o nosso trabalho. A legislação atual, principalmente a Vigilância Sanitária, exige azulejos nas cozinhas das pequenas cooperativas, quando o que vendem mal dá para pagar seu aluguel.

O que fazer para que os programas de Governo sejam mais acessíveis, uma vez que a burocracia é tamanha que não sabemos a quem recorrer para disponibilizá-los para os trabalhadores e pequenos produtores?

A Sra. Presidente - Pergunta de Márcio Adriano, da Cáritas Diocesana de Araçuaí: "Prezotto, como se encontra a legalização de produtos orgânicos em Santa Catarina?"

Pergunta da Catarina, do Clube de Mães Riacho III: "Por que um evento desse porte, trazendo esperança aos expositores que vieram de longe, que dedicaram dias e noites para produzir seus trabalhos fazendo, para tanto, dívidas, não foi suficientemente divulgado a fim de atrair os consumidores. Há barraqueiro que não vendeu sequer uma peça. Onde está a solidariedade para com esse povo?"

O Sr. Leomar Luiz Prezotto - Sobre a certificação dos produtos orgânicos em Santa Catarina, sei que o Estado criou uma série de normas e tipos de certificados diferentes para produtos orgânicos, de origem, etc., mas isso ainda não foi implementado.

Sentiria-me mais à vontade falando de uma experiência sobre certificação participativa que acontece no Sul do Brasil, como exemplo de uma forma diferente de praticar a certificação nos moldes da economia solidária. Refiro-me à experiência da Rede Ecovida, que congrega mais de uma centena de grupos de agricultores espalhados pelos três Estados do Sul do Brasil e que faz a certificação participativa e solidária. Além dos próprios agricultores, dos técnicos, das organizações de apoio e das ONGs, estão envolvidas também organizações de consumidores, estabelecendo-se uma nova forma de relação entre produção e consumo, entre quem produz e quem consome. Acreditamos que é dessa forma que se possa implementar, na prática, o que estamos discutindo.

Não gosto de usar a palavra "marketing", pois acho que nela está enraizada essa visão de interesses comerciais e econômicos apenas. Prefiro falar em diálogo educativo, estabelecendo-se novos parâmetros, discussões e uma nova influência no consumidor para a sua tomada de decisão na hora de consumir, na hora de comprar alimentos. Esse diálogo educativo tem de ser baseado em novos parâmetros e conceitos. Por isso, quando fiz minha exposição, falei também numa concepção diferenciada de qualidade de alimentos. É no diálogo educativo que acredito estar a construção dessa economia solidária.

Agradeço a oportunidade, pedindo desculpas por não ficar até o fim. Meu vôo é às 13 horas e terei de me retirar. Coloco à disposição textos que tratam dessa temática, os quais terei o maior prazer em enviar por "e-mail". Os que tiverem interesse podem procurar o Rodrigo.

A Sra. Presidente - Obrigada pela presença e pela contribuição. Com certeza, Minas o convidará outras vezes para estar conosco.

O Sr. João Luiz agrupará a resposta a essa pergunta no próximo bloco de perguntas que lhe foram dirigidas. Passamos às questões dirigidas à Shirlei e ao Leonardo Coelho. De Marisete Carvalho Santos, Irmã Missionária Capuchinha, à Shirlei: "Qual a posição e a contribuição do Presidente Lula no que se refere à economia solidária?". De Virgínia Fontes Simões, do Programa Pólos Reprodutores de Cidadania, da Faculdade de Direito da UMFG à Shirlei: "Com base em sua experiência prática, qual a melhor maneira de se iniciar um programa de economia solidária em comunidades totalmente desprovidas de recursos, como vilas e favelas de Belo Horizonte?". De Carlos Eduardo, do Projeto Escola de Cidadania da UFJF, dirigida ao Leonardo Coelho: "Em sua explanação, foi abordado o fato de que, quando se projeta uma cooperativa, o número de cooperados gradativamente diminui por falta de sentimento solidário, de interesse ou vontade ou de expectativas quanto ao retorno que podem obter. Qual a solução para evitar esse problema, próprio das experiências cooperativas?".

Pergunta de Maura Lúcia, Assessora do Deputado Federal Leonardo Monteiro: "Se a abertura de cooperativas de crédito se der por grupo que não seja afim, não se corre o risco de perder a identidade do grupo, facilitando a fraude? Sou produtora rural, filha do Sr. Du, essa é a minha garantia de identidade?". Pergunta de Valéria, do GRAAL: "Qual a expectativa das pequenas unidades de produção urbanas e rurais, associativas e cooperativadas em relação à legislação generalizada com interlocução dos SENAIs junto às políticas públicas?".

Perguntas dirigidas ao Dione, que sugeriu responder a elas à tarde. Pergunta de Wellington Martins Ramos, do Gabinete do Deputado Célio Moreira: "Falou das mudanças nas relações de trabalho de mais de 50% dos trabalhadores que não têm carteira assinada. Como fica a Previdência Social desses trabalhadores?". Pergunta de Ana Paula, da Universidade Federal de Lavras: "Quais as propostas da Secretaria de Economia Solidária? Minha dúvida é quanto à formalização de um movimento que evolui informalmente. Quais as possíveis implicações disso?".

A Sra. Shirlei Aparecida Almeida Silva - Irmã Marizete, fiquei muito honrada, mas não sei se posso falar em nome do Lula, a quem chamo de companheiro, pois vem lutando conosco na promoção dessa inclusão social. A presença do Dione demonstra que o Lula se está empenhando no apoio e na promoção desse movimento de economia solidária. A criação de uma Secretaria Nacional é prova disso.

Até há bem pouco, discutíamos em Minas Gerais, na Prefeitura, que deveria haver uma secretaria que apoiasse esse movimento. Mas sempre nos diziam que essa não era uma política estrutural, que não estava no Governo central, portanto, muito difícil de ser concretizada. Hoje, não se pode dizer isso, temos uma secretaria nacional. É necessário termos uma secretaria estadual nas Prefeituras de Belo Horizonte e de Ipatinga.

Virgínia pergunta como iniciar um programa de economia solidária em comunidades totalmente carentes. O primeiro movimento é o de escuta. Temos de saber o que aquela comunidade tem. Podemos ser pobres financeiramente, mas temos um potencial humano fantástico. Constatamos isso nas vilas e nas favelas de Belo Horizonte, pelo menos naquelas onde tenho atuado. Há vários movimentos de solidariedade. Por exemplo, muitas donas de casa vão trabalhar e outras ficam cuidando das crianças. Temos de aproveitar o potencial existente. Essa é uma das formas de começar. Existem outras milhares, há que se escutar as pessoas da comunidade para saber o que é melhor.

Sobre a divulgação, volto a dizer, esse é nosso maior desafio. Fizemos mais de 10 mil "folders", que foram distribuídos pela cidade e por todo o Estado. Fizemos campanhas pela televisão, pelas rádios e pelos jornais. Sensibilizar as pessoas não é uma das coisas mais fáceis, nem simples. Mas temos esse desafio, e nem todas as pessoas, assim como nem toda a mídia, acreditam que isso seja possível. Temos também o desafio de sensibilizar a grande mídia.

O Sr. Leonardo Coelho - Vou começar considerando a primeira questão, que fala sobre a debandada gradativa de cooperados. Existem várias razões para isso e a principal é o fato de termos uma legislação extremamente complexa, defasada e que amarra muito a compreensão do cooperado nesse processo associativo, além da própria impressão que essa enorme quantidade de ações na Justiça do Trabalho contra as cooperativas vem causando no momento dos cooperados fazerem sua opção cooperativista. Acredito que a solução para isso seria uma legislação mais simplificada para esse modelo cooperativo. No novo Código Civil, no que tange às associações, percebe-se a nítida intenção do legislador em migrar todas as iniciativas de geração de trabalho e renda para um modelo cooperativo, quando afirma que as associações se destinam a atividades não econômicas. Não se fala aí em não lucrativas, mas em não econômicas. Então, esbarra-se nessa legislação extremamente amarrada e densa da Lei nº 5.764.

Quanto às cooperativas de crédito abertas e à perda da identidade cultural, entendo que poderia haver outros módulos de controle contra a fraude. O mais importante é facilitar o desenvolvimento da base social na adoção desse importante instrumento que são as cooperativas de

crédito.

Para finalizar, acredito que os pequenos grupos de produção devem ter a melhor expectativa possível em relação a esse momento, em razão do que já afirmamos, especialmente da nomeação do Prof. Paul Singer como Secretário Nacional da Economia Solidária, por sua capacidade de integração e de definição dessas tão sonhadas políticas públicas.

A Sra. Presidente - Passamos ao último bloco de perguntas, que serão dirigidas ao Secretário João Luiz. "O senhor falou que o produtor deve agregar valores. Os valores que a economia solidária pretende agregar aos produtos são diferentes dos da economia capitalista. Não será necessária uma nova forma de tributos e de subsídios? Já existe alguma coisa nesse sentido?".

De Edmilso Ramalho, do Diretório Municipal do PT de Belo Horizonte: "Prof. João Luiz, será uma boa mudança para o desenvolvimento de uma melhor distribuição de renda alterar o nome para Economia Popular Socialista?".

Do Sr. Paulo Balmant Motta, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que está representando a Vereadora Sílvia Helena, do PPS: "Secretário, sabendo-se que existem grandes empresas por detrás da política fiscal do Governo Federal e que estas possuem grande importância no cenário econômico, como romper a terceirização dos produtos agroindustriais com essas empresas, diminuindo, assim, o custo pelo corte de impostos sem causar perdas econômicas significativas?".

Da Zelita, da COPATO: "De que alternativa a economia solidária deve lançar mão, se não existe crédito nem apoio bancário?".

De Israel, da Agroindústria Fruta D'Antas de João Pinheiro: "Secretário João Luiz, qual é a sua expectativa de mudança de capital em relação à comercialização da pequena agroindústria?".

De Vilma, do Movimento Fé e Política, Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial: "Você não acha que o povo brasileiro é solidário e que a elite política e empresarial são extremamente egoístas? Que o trabalho voluntário tem sido utilizado para desmontar o trabalho formal e colocar uma cortina de fumaça nos verdadeiros problemas nacionais, como a dívida externa, o acordo do FMI e os problemas da soberania nacional consubstanciados no acordo da ALCA?".

O Sr. João Luiz Homem de Carvalho - Começarei pela pergunta da Vilma. Acho que a elite é cruel neste País. Passarei um dado para vocês que é a coisa mais inacreditável do mundo. Em 19/11/1879, lançaram uma bandeira que deveria ser de todos os brasileiros. Naquela época, havia 70% de analfabetos no Brasil e a elite brasileira lançou uma bandeira que 70% das pessoas não conseguiam ler. Ninguém lembrou disso, fizeram uma bandeira para 30% das pessoas.

Falar que só a elite é cruel é jogar a sujeira para debaixo do tapete. Existe uma proposta do Pe. Roque de cobrar 1% daqueles alunos que saíram de escola pública e que ganharão mais de R\$30.000,00 por ano para a educação, no Imposto de Renda. A classe média deu um chique, não se pode mexer nisso. Tenho três filhos que estudaram em escola pública, dois estão estudando ainda. Essas pessoas vão se formar. Se ganharem mais de R\$30.000,00 por ano, será que não podem tirar um pouco para melhorar a vida de cinco milhões de crianças que estão na rua sem estudar? Não querem nem falar nisso. Isso é solidariedade? Não é só a elite que é cruel.

Mais um exemplo. Nós, da classe média, descontamos Imposto de Renda, referente às despesas com nossos filhos. Se deixássemos de descontar isso, sobriam R\$1.500.000.000,00 para a educação. Vocês já viram algum projeto no Brasil, das universidades, de ônibus popular? Mas, de carro popular, sim. Isso é contra-senso, carro popular não existe, pois será sempre para aquele que tem dinheiro. Podem falar que ônibus já é popular. Não é. Nos ônibus de Belo Horizonte, uma velhinha, baixinha, não sobe, porque os degraus são muito altos.

Nossa elite é cruel, mas não vamos jogar a sujeira para debaixo do tapete. Não vamos idealizar ninguém, pobre, índio, classe média, rico. Há pessoas boas e solidárias em todas as classes, mas também há pessoas ruins e não solidárias. A questão da solidariedade é de foro íntimo. Há pessoas de classe média extremamente solidárias e ricos, raríssimos, que são solidários. Temos de melhorar o que está dentro de cada um de nós.

Volto à pergunta do Sérgio. Não sei se existe o "tributo-subsídio" para a economia solidária. Até deveria existir. Não se exclui, no entanto, na economia solidária, a agregação de valor à produção. Não vejo problema nisso.

O Edmilso Ramalho quer saber se não seria interessante mudar o nome para Economia Popular Socialista. Volto a dizer: antes de mudar qualquer coisa, temos de ver quem está fazendo a mudança. Mesmo que sejam as pessoas que trabalham com a economia solidária, quantos por cento dos brasileiros participam de fato de nossa discussão? Se há 50 milhões de analfabetos funcionais no País e grande exclusão social, não dá para nos reunirmos numa sala e resolver mudar o nome.

Agrada-me o termo socialista, porque sou socialista de fato. Nem sei se um dia vai existir socialismo. Quem vai definir isso serão outras pessoas. Quando houver mais educação, mais dignidade, pode até ser que mude. Agrada-me mudar o nome, mas não podemos bancar a mudança estando a maioria da população alijada da discussão.

Pergunta da Zelita: "De que alternativa a economia solidária deve lançar mão, se não existe crédito nem apoio bancário?". Não sou pessimista. Acredito que estamos avançando, que o momento é agora, e é possível. Aqui e acolá, temos de avançar de outras maneiras, até porque ninguém faz omelete sem quebrar ovos.

A verdade é que o crédito não pode ficar na mão do sistema financeiro nacional. Crédito para pequena produção não pode ficar na mão do chamado Acordo de Basiléia. O que exigem para emprestar migalhas é surrealista. Na realidade, fazem de tudo para não emprestarem aos pobres.

Acredito no Governo Lula. E acredito que agora é o momento possível nas áreas educacional, de saúde e da economia popular.

Pergunta do Paulo, representante da Vereadora Sílvia Helena: "Sabendo que existem grandes empresas por detrás da política fiscal do Governo Federal e que elas possuem grande importância no cenário econômico, como romper a terceirização dos produtos agroindustriais com essas empresas, sem causar perdas econômicas significativas?".

Tenho uma teoria, que está em discussão. É a prática dos AVÓS, que abrange a questão agropecuária, a agregação de valor, a verticalização, a organização e a solidariedade.

A luta dá-se no embate de palavras, mas dá-se muito mais na prática. Prezoto falou da lei que libera fazerem-se agroindústrias em um

município, mas não em outro. Isso é coisa de louco, de exclusão. Ora, o sujeito tem mais é que vender o produto em outro município mesmo. Não há legitimidade nessa lei.

Há agroindústrias que parecem uma sala de cirurgia, como a que foi mostrada aqui. Quero ver se a imprensa vai mostrar isso. A fiscalização vai ficar acuada. Mas não se pode fazer um produto debaixo de um pé de pau. Nesse caso, a fiscalização deita e rola: diz que aquilo está causando problema para a sociedade.

Como bom mineiro, oriento-me pelo provérbio "melhor é comer o mingau quente pela beirada", para nunca parar de comê-lo.

A Sra. Presidente - Agradecemos ao Edmar Gadelha, ao Secretário João Luiz, ao Dione, que traz uma contribuição importante, à Shirlei, que coordena e fez um dedicado esforço de construção deste fórum, e ao Leonardo Coelho, com sua experiência com cooperativas do Rio de Janeiro. A Presidência manifesta seus agradecimentos a todos os que aqui compareceram, por sua honrosa presença.

Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 13/6/2003

Presidência dos Deputados Célio Moreira e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Amauri Adolfo da Silva - Palavras do Sr. Idalvo Toscano - Palavras do Sr. Reginaldo Magalhães - Palavras do Sr. Marcelo d'Agostini - Palavras do Sr. Dione Manetti - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana - Gil Pereira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Célio Moreira) - Às 14h12min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Dione Manetti, Diretor da Secretaria Nacional de Economia Solidária; Reginaldo Magalhães, Assessor Nacional de Cooperativas de Crédito da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores - CUT -; Amauri Adolfo da Silva, Presidente da Associação Regional de Agricultura Familiar da Zona da Mata de Minas Gerais; Marcelo d'Agostini, Diretor do Banco Popular de Belo Horizonte; e Idalvo Toscano, Consultor de Economia Popular Solidária e Microfinanças.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, na Casa, dos alunos do 1º e 2º anos do ensino médio do Colégio Dom Cabral, do Município de Campo Belo.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates A Outra Economia Possível: a Economia Solidária, que tratará do tema "Microfinanças e Políticas Públicas de Economia Popular Solidária".

Palavras do Sr. Amauri Adolfo da Silva

Boa tarde. É um prazer para mim, trabalhador rural e agricultor familiar, estar na Assembléia e fazer parte desta Mesa. Os trabalhadores deveriam ocupar mais esta Casa. Minha responsabilidade é grande ao representar nesta Casa os trabalhadores rurais. Aliás, é grande a responsabilidade de todos, de maneira geral.

Saúdo a mística, a poesia, a música, a solidariedade e a ética que há em cada um de nós. Trabalhamos para construir uma sociedade diferente, na qual os diferentes não sejam excluídos. Falo um pouco da minha experiência. Sou agricultor familiar e trabalho na Associação Regional da Zona da Mata, com agricultura agroecológica e, atualmente, em transição para a orgânica. Além de ser trabalhador rural e líder sindical, também me arrisco a falar e escrever poesia. Aliás, não a escrevi, ou seja, não se escreve poesia, porque se faz em cada um. Além disso, sobrevive mesmo neste caos em que se encontra a sociedade. Porém não me proponho a ser poeta do caos, e sim da esperança e de quem acredita ser possível construir uma sociedade diferente.

O título é "Alma e Sangue", que fala um pouco sobre os produtos. Já que estamos numa feira de economia solidária, devemos perguntar qual a nossa relação com os produtos e os alimentos que possuímos. (- Lê a poesia.)

Essa poesia quer que façamos essa reflexão. Como a Sandra do Ceará disse ontem, não somos apenas produtores, somos também

consumidores. Temos de começar a descobrir a história de cada produto. Ao consumir um produto da agricultura familiar ou de várias organizações do campo e da cidade, que trabalham com o princípio da solidariedade e da ética da produção, estamos consumindo muito mais que um produto ou um alimento. Estamos consumindo uma idéia ou um projeto.

Quando achamos fácil, no mercado convencional, tomar uma Coca-Cola ou um produto da Parmalat, estamos consumindo produtos que estão fortalecendo um mercado que acabou com a agricultura familiar em muitos lugares e que não nos deixa viver. Então, antes de comprar um produto, temos de saber sua história e pensar melhor sobre isso.

Estou representando a Associação Regional de Agricultura Familiar da Zona da Mata, onde trabalhamos principalmente com o associativismo, o sindicalismo, o trabalho de jovens e as companheiras mulheres. Numa dessas linhas que temos em nosso associativismo, trabalhamos com fundo de crédito rotativo. Essa experiência nasceu no ano 2000, mas o movimento sindical já tinha essa idéia. Anteriormente, muitos trabalhadores e trabalhadoras estavam fora do sistema de crédito, mesmo do PRONAF, uma luta e uma conquista dos trabalhadores, mas muitos ainda ficam excluídos desse processo.

Na Zona da Mata, o nosso objetivo com o trabalho do fundo rotativo é fortalecer as organizações associativas que buscam alternativas de geração de renda. Apoiamos as atividades de transformação e comercialização. Estimulamos ainda o aperfeiçoamento da gestão da atividade agropecuária. Com nossa associação, estamos trabalhando principalmente com dez sindicatos e oito associações, que estão incluídos nesse processo do fundo do crédito rotativo.

Para administrar esse fundo de crédito rotativo, criamos uma comissão composta por cinco pessoas, que se reúnem mensalmente para discutir os projetos que são apresentados. Essa equipe é formada por três pessoas da associação mais duas do Centro de Tecnologia Alternativa - CTA. Em épocas de mais projetos, reunimo-nos até mais de uma vez por mês, para ver a viabilidade de cada um.

As prioridades que damos a esses projetos do fundo de crédito rotativo são: atividade de beneficiamento, agroindustrialização e comercialização, infra-estrutura e equipamentos para produção de açúcar mascavo, rapadura e aguardante, apicultura, avicultura, compotas de frutas, beneficiamento de arroz e capital de giro para associações. Trabalhamos mais na área de agroindustrialização e comercialização. Durante esse tempo, graças a Deus, temos tido bons resultados.

Esses recursos que temos disponíveis, do fundo rotativo, vêm de uma parceria que temos com o CTA e com a Cáritas, que tem investido nesse projeto na Zona da Mata. Quando o projeto coletivo vem de uma associação ou grupo organizado, liberamos recursos até o valor de R\$4.500,00; e para o projeto individual liberamos até R\$1.500,00. Temos dado preferência aos projetos coletivos para fortalecer essa capacidade de organização, não de as pessoas ficarem juntas, mas de promover a solidariedade por meio desse trabalho.

O recurso de que dispomos tem juros de 6% ao ano e é emprestado com 6 meses de carência. A partir desse prazo, a pessoa tem um ano para pagá-lo e determina como fará - em 12 vezes, o máximo permitido, em 3 ou 4 vezes, ou seja, de acordo com a sua viabilidade econômica.

Hoje temos 43 projetos. Desses, 14 são coletivos, 29, individuais, e 18, de mulheres. O número de famílias diretamente envolvidas no trabalho do fundo de crédito rotativo é de 224. Colocamos que há 18 projetos de mulheres, pois há critério rigoroso, determinando seja 30% do recurso disponível destinado às mulheres. Isso não quer dizer que não possam obter outro recurso. Às vezes, aparecem muitos projetos de homens, mas temos de respeitar esse percentual, o que não quer dizer que as companheiras não possam pegar mais de 30%.

Temos 26 projetos de produção, 9 de beneficiamento e agroindústria e 8 de comercialização. Hoje, no fundo rotativo, há R\$53.000,00 de recursos investidos e R\$91.596,00 de recursos movimentados, com juros inclusos.

Além de destinar 30% dos recursos às mulheres, há o critério de não emprestar recursos para a compra de agrotóxicos e de nada que venha contra a agroecologia, em desrespeito à nossa mãe terra e ao meio ambiente.

Temos priorizado os projetos coletivos e, além dos números citados, temos obtido resultados muito interessantes em relação à dinâmica do funcionamento do fundo rotativo.

Proporcionamos atividade de capacitação de agricultores e agricultoras para a elaboração de projetos, pois, às vezes, ficamos dependentes de assessoria técnica para a elaboração de um projeto, embora simplificado ao máximo por nós. Estamos, portanto, investindo nos jovens, principalmente, para que sejam capazes de elaborar projetos que dizem respeito não apenas ao fundo rotativo, como também aos seus órgãos, associações e sindicatos necessitam.

Também temos feito com o fundo rotativo trabalho de visitas de intercâmbio. Há, por exemplo, projetos referentes à avicultura - produção de frangos para abate ou de galinhas para postura. Promovemos, então, o encontro de agricultores - um agricultor aprendendo com a experiência de outro. Estamos tomando esse intercâmbio como base em nossa organização da Zona da Mata.

Aprendemos em nosso caminhar que não existe saber mais, mas saber diferente. O técnico tem o seu saber, e nós, agricultores, o nosso, historicamente desrespeitado pelas organizações, que nos jogaram em situação que não merecemos. Se falarmos em desenvolvimento, restamos perguntar que tipo de desenvolvimento queremos promover no campo. Já nos falaram tanto em desenvolvimento na roça, sem envolver os agricultores, que não desenvolveu nada. Não existe desenvolvimento sem envolvimento. Fico me perguntando se queremos promover desenvolvimento sustentável ou envolvimento sustentável. Nada será desenvolvido, se ficarmos de fora. Basta olhar os pacotes da agricultura familiar e o tão falado desenvolvimento econômico.

Falamos de números. Concluindo, o objetivo do fundo rotativo não é emprestar dinheiro, mas ajudar a financiar os sonhos e a transformá-los em projetos viáveis.

Às vezes, falamos em números, mas fico constrangido em falar neles nessa economia que queremos. Até hoje, nós, agricultores, fomos apenas percentuais e índices, não fomos considerados pessoas. Entretanto, queremos ser mais que números; queremos ocupar espaço na sociedade e transformá-la em algo melhor.

Na economia convencional somos apenas números, mas é impossível medir dessa forma o nosso trabalho com o fundo rotativo, pois não temos números para medir os resultados. Quanto vale uma lágrima de alegria?

Lembro frase de Frei Betto: "Precisamos de mais espaço de gratuidade, e não só de necessidade". Às vezes, damos pouca atenção à poesia, à mística e à vida. Falamos muito em sistemas diferentes, mas ficamos querendo reproduzir o existente.

Termino com a poesia "Pedras e Flores", de minha autoria, a qual deixo como proposta: "Se as flores fossem de pedra, como seria? Fico a imaginar se será que teriam perfume, odores? E se as pedras fossem flores? Seria interessante. / Quando nos atirassem pedras, receberíamos flores. / Quem sabe não sentiríamos tantas dores! / Dizem que de poeta e louco todos temos um pouco. / Na minha loucura, não proponho transformar flores em pedras, e sim pedras em flores. / E nossas construções teriam como base a essência e o perfume; / nossa morada, muitos amores. Porque, afinal, não somos loucos de pedras, e, sim, amantes das flores". Muito obrigado.

Palavras do Sr. Idalvo Toscano

Boa tarde. Vejo-me diante de um enorme desafio. Tenho participado de diversas palestras e seminários sobre microcrédito e microfinança, mas, neste momento, a minha responsabilidade é dobrada. Sinto grande peso sobre as costas, porque tratarei de dois temas não muito usuais. Microfinança não é assunto que esteja na pauta e que se discuta com vigor. O outro assunto diz respeito a microfinanças solidárias.

Na parte da manhã, tivemos oportunidade de observar a dificuldade de definir solidariedade. Definiria essa palavra como um valor absoluto, como a honestidade, a dignidade e o caráter. Não há ninguém mais ou menos honesto, ou com razoável caráter. A pessoa é ou não honesta, com caráter e solidária. É importante destacar que a solidariedade é um processo. Cada um tem uma definição para essa palavra, que tenderia a uma convergência. Estamos falando de solidariedade como algo, embora muito antigo e intrínseco ao homem, muito novo, principalmente se ligado à questão da economia.

Em toda a história da humanidade, nunca houve uma instituição tão poderosa e avassaladora, pela qual pagamos tão caro. Refiro-me à moeda, convenção com valor, porque acreditamos que, com ela, podemos transacionar mercadorias, apesar de não passar de um pedaço de papel pintado.

Todos têm acompanhado a polêmica sobre a redução ou não da taxa de juros. É necessário crédito para o desenvolvimento e outras questões. Tudo isso traz em si a questão da moeda. Citaria o Prof. Ladislau (...), da PUC de São Paulo e Consultor da ONU, que afirma que, em 1995, havia, em circulação, por dia, US\$1.000.000.000.000,00, para transacionar uma base real de bens e serviços, em um montante de US\$20.000.000.000,00 a US\$25.000.000.000,00. Significa que havia, em circulação, um volume de moeda 40 vezes maior do que o necessário para efetuar a venda e a compra dos bens e serviços diários. Atualmente, a situação é pior. Com isso, percebemos o valor gigantesco da instituição moeda.

O grande desafio da economia solidária é mostrar que uma outra ordem econômica é possível no microcosmo. Construir uma microfinança que sirva de paradigma nacional de todo o movimento que vise a libertar o cidadão da exclusão social.

O quadro geral do Brasil. Há três sistemas de crédito: o convencional, SFH, que oferta crédito absolutamente ridículo, comparando-se com outros países, 23% do PIB. No Japão, a oferta é de 140% do PIB em créditos.

Esse sistema financeiro não é funcional para projeto de desenvolvimento sócio-econômico. Um Governo que pretende mudanças tem de realizar rapidamente ajustes no perfil do sistema financeiro.

Em segundo lugar, temos em expansão o sistema cooperativo que responde por cerca de 1,2 ou 1,4% da oferta de crédito. Esse valor tende a se expandir porque o Governo está incentivando a área de cooperativas de crédito. É possível que, nos próximos 15 dias, seja anunciado pacote do Governo Federal para a expansão desse segmento.

O terceiro seria o segmento dos Bancos populares, ainda incipiente, devido à falta de conversa. Os banqueiros reúnem-se quase diuturnamente na FEBRABAN, traçam estratégias, articulações para funcionar como "lobby". Os Bancos populares, no Brasil, ainda são fragmentados. São incapazes de trabalhar de forma cooperativa, formar consórcio que alavanque suas potencialidades, serem denominados instituições de microfinanças solidárias. No final, direi o porquê.

No pacote, nossa preocupação central, macroeconômica, é aumentar a capilaridade de crédito, a massa de crédito ofertada à população. Crédito a quem? Isso é o que preocupa. A quem já possui renda. Talvez o crédito fique mais barato para quem tem acesso ao sistema financeiro. Quem é de categoria profissional pode ingressar em uma cooperativa e ter acesso a créditos mais baratos; quem tem alguma renda consegue ingressar em um dos diversos Bancos populares, com exceções. Destaco o caso de Palmas e FUNDESOL no Ceará. Nesse sistema, pode-se buscar empréstimos para pequenas atividades, sem que tenha necessariamente renda constituída.

O acesso e o aumento da oferta de crédito como um direito humano faz parte da Carta de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Todo cidadão tem direito a crédito. Porém, é possível falar em microfinanças solidárias se tratarmos de instituições que tenham profundo enraizamento na comunidade, atuem objetivando o desenvolvimento sócio-econômico, que, para mim, não significa a garantia do livre empreendedorismo, ideologia disseminada no Governo FHC. Significa mais ou menos que lhe ofereço acesso ao crédito. E, tendo esse acesso, na informalidade, conseguirá firmar-se como pequeno empreendedor. Ora, se quebrar, é porque é incapaz, merece viver fora do sistema. Isso é falácia, porque o pequeno não consegue sobreviver no sistema isoladamente, mas de forma associativa. Por isso o enraizamento das instituições de microfinanças tem de acontecer na comunidade, que é a célula mais simples da sociedade. É lá que se dá a política, tratam-se as relações culturais, humanas.

Se essas instituições não existirem na comunidade, não há projeto de desenvolvimento sustentável para o País. Costumamos, dentro de uma visão ocidental, cartesiana, dividir o homem, matéria, em corpo, tratado pela medicina; em espírito, cuidado pelas igrejas; em psiquê, psiquismo, cuidado pelas diversas terapias. Do mesmo modo, fazemos com a economia, em que perguntamos: quem produz? Quem comercializa? Quem consome? Como se fossem departamentos estanques, vasos não comunicantes. E onde fica o crédito nesse processo? O crédito está presente em todas as faces do processo de reprodução da vida. Não falo de reprodução da vida material, e sim espiritual, cultural, laços sociais, política, ou seja, uma dimensão holística, que coloque o homem no centro da economia, controlando, e não sendo controlado por ela. O homem detendo, em suas mãos os processos econômicos, fazendo esse mundo melhor.

É uma utopia? Sim. Mas a utopia é o reino do provável, talvez não do possível. Provavelmente, quando isso ocorrer, e tenho certeza de que acontecerá, eu esteja comendo capim pela raiz.

Nesse contexto, falaria de instituições de desenvolvimento popular, solidário, em vez de falar de instituições de microcréditos. Instituições locais preocupadas com o desenvolvimento de todas as dimensões que envolvem a comunidade. Há uma distância enorme nesse processo. Com isso, não quero dizer que o microcrédito, como tem sido praticado no Brasil, com esse estímulo governamental, não seja importante. Não estou dizendo também que as cooperativas não exerçam papel de fundamental importância no desenvolvimento local e do País. Exerce, sim, mas precisamos de alguma coisa mais específica. É um absurdo que um país com 53 milhões de pobres, número que varia, não possa ter seu próprio sistema de poupança e empréstimos.

Essas palavras não são minhas, e sim do Secretário Nacional da Economia Solidária, Prof. Paul Singer, numa conferência na Câmara dos

Deputados.

O tema é políticas públicas, Sr. Dione, como parte do Governo, perdoe-me, mas existem dois aspectos essenciais. Primeiro, se o Estado não atrapalhar as construções populares, já faz muito. Segundo, o Estado vai sempre ao encontro das iniciativas locais, das construções populares. Atraem os investimentos e as ações do Governo. Por um lado, o governo progressista, ou porque geram demandas sobre o governo. É preciso um marco legal, específico para o segmento de microfinanças solidárias, que prefiro chamar de instituições de desenvolvimento popular solidário.

Um marco legal que lide não só com a parte financeira, mas que isente o produtor dos impostos municipais, estaduais e federal, quando compra insumos e vende sua produção. Que isente o tomador de pequenos empréstimos de IOF, CPMF, ou seja, que dê tratamento diferente aos desiguais.

Fala-se em criar estímulos para os setores do sistema bancário, inepto para ofertar pequenos créditos. Fala-se em estímulos para aumentar a exportação, mas por que não se fala em estímulo para (...). Obrigada.

Palavras do Sr. Reginaldo Magalhães

Boa-tarde. Agradeço o convite para estar aqui. O tema microfinanças, apesar de pouco conhecido no Brasil, é prática presente em nosso dia-a-dia. De uma forma ou de outra, fazemos microfinanças diariamente. Fazemos algum tipo de atividade de crédito, de poupança, de seguros. Por meio do comércio, de amigos ou familiares, desenvolvemos algum tipo de atividade de microfinanças. A circulação de dinheiro é essencial para a vida. Pedimos emprestado, emprestamos ou ajudamos, de alguma forma, o funcionamento do sistema informal de microfinanças.

Há um paradoxo, pois, apesar da importância, e apesar de praticarmos microfinanças, é uma prática pouco conhecida. Existem poucos estudos sobre a forma que as pessoas administram seu dinheiro, suas finanças. Há pouco conhecimento das necessidades financeiras das famílias e dos pequenos negócios. Devido ao desconhecimento, as pessoas têm pouco acesso a recursos; por isso há poucas instituições que facilitem o acesso a serviços financeiros.

Para discutir melhor o tema, responderei a quatro perguntas. Quais são os principais problemas no mercado financeiro brasileiro? Discutimos diariamente a taxa de juros, mas devemos saber quais são os problemas que impedem que o mercado financeiro atenda às necessidades financeiras do conjunto da população. Por que os Bancos não financiam pequenos negócios e pessoas de baixa renda? Existem problemas de opções políticas, porém não se trata apenas disso, mas de problemas institucionais e estruturais que impedem que os Bancos atendam a grande parte da população.

Qual é a importância das microfinanças? Existe a possibilidade de as microfinanças alcançarem a parcela da população excluída do sistema bancário? Quais seriam as condições necessárias e o que deveríamos fazer para promover o fortalecimento das microfinanças?

Acredito que todos nós temos ou já tivemos problemas com o mercado financeiro formal. É um sistema pouco adequado às necessidades da maioria da população.

Temos no Brasil uma história de problemas macroeconômicos, juros elevados e décadas de alta inflação, que impediram o fortalecimento das microfinanças e impediram que as pessoas de baixa renda e os pequenos negócios tivessem acesso a financiamento e a outros serviços financeiros.

O sistema financeiro do Brasil é extremamente concentrado. Segundo estimativas, 70% da população não têm acesso aos serviços financeiros, ou seja, conta corrente, poupança, talão de cheques, etc. Além disso, 30% dos municípios brasileiros não contam com nenhum tipo de atendimento bancário. Nas Regiões Norte e Nordeste do País, esse quadro é mais grave. Em alguns Estados, 70% dos municípios não têm nem sequer posto de atendimento nem agência bancária. A concentração do sistema financeiro limita não só o acesso das pessoas a esses serviços, mas também o desenvolvimento das regiões mais carentes, restringindo o crédito, porque as pessoas não têm como obter recursos para desenvolver suas atividades produtivas.

Outro problema tão grave quanto a dificuldade de acesso ao crédito é o de não termos como e onde poupar. No Brasil, além de o percentual de oferta de crédito ser muito pequeno, o volume de poupança acumulado é baixíssimo, o que dificulta a capacidade de o País investir no seu desenvolvimento. As instituições financeiras das regiões mais carentes captam recursos e investem em outras regiões mais dinâmicas, dificultando o processo de reinvestimento das riquezas produzidas e da poupança acumulada daquelas regiões.

Outro problema que dificulta o desenvolvimento das instituições de microfinanças é a rigidez institucional, porque existem pouquíssimas formas de organizações legais. Com exceção de Bancos e cooperativas de crédito, há três ou quatro anos não existiam outras formas institucionais de organização de serviços financeiros. Recentemente, as OSCIPs e as sociedades de crédito ao microempreendedor começaram a desenvolver-se, atendendo a uma parcela ainda muito pequena da população. Mas os impedimentos legais para o desenvolvimento de outras instituições, de formas mais criativas e opcionais, são restritivos e de difícil implementação.

Outro aspecto do mercado financeiro pouco conhecido e que precisa ser mais bem estudado e analisado é o mercado informal, muito relevante principalmente para os pobres. Como não têm acesso a Bancos nem cooperativas de crédito, tomam emprestado, de diferentes formas, recursos para suprir suas necessidades. O grande problema é que esses mercados informais são extremamente caros para as pessoas de baixa renda. São serviços financeiros mais acessíveis que os formais, mas altamente caros: as pessoas pagam até 20% de juros ao contrair empréstimos com agiotas e nos pequenos comércios. Às vezes, até pagam para conseguir poupar. Como disse, os mercados informais são mais acessíveis, porém os custos são muito elevados.

Por que o sistema bancário não se expande? Por que os Bancos não financiam os pequenos negócios? Recentemente, perceberam que existe possibilidade de expansão e lucro, por meio do financiamento de pequenos negócios e pessoas de baixa renda. Por que mais de 70% da população não tem acesso aos serviços bancários? Como disse, não é apenas falta de vontade política, ou seja, os Bancos não são somente vilões do mercado financeiro, porque suas estruturas os impedem de financiar as pessoas de baixa renda e os pequenos negócios.

Quando o fazem, é com custo extremamente elevado. É impressionante a proliferação de financeiras que emprestam dinheiro a juros de 12 a 15% ao mês, levando as pessoas a ficarem em situação ainda pior.

Grande parte do País não tem instituições financeiras. Em geral, os Bancos possuem serviços financeiros estruturados e desenhados para atender a grandes negócios ou a pessoas da classe média ou alta. Não oferecem opções às pessoas de baixa renda, porque não conhecem as necessidades dessa camada da população. Além disso, a estrutura do sistema financeiro brasileiro é extremamente cara, os Bancos têm custos operacionais muito elevados. Isso tem ficado evidente nos últimos anos, quando há o repasse dos fundos públicos, citando como exemplo projetos do PROGER e PRONAF, em que grande parte dos recursos destinados pelo Governo para o financiamento dessas atividades fica para

pagar os custos bancários. Estima-se que quase 20% das linhas de financiamento ficam com recursos maiores do que os que chegam para as pessoas, como ocorre no Banco do Brasil. Assim, torna-se necessário repensarmos uma estrutura financeira com custos mais baixos, que permita o acesso dos cidadãos de baixa renda aos créditos.

Outro problema de difícil solução diz respeito ao fato de o sistema financeiro não ter condições de avaliar a situação econômica das pessoas que tomam financiamentos, porque não tem acesso a essas informações, excetuando-se os dados do SPC e do SERASA. Assim, não há como analisar concretamente se essas pessoas têm ou não condições de pagar a dívida, o que acarreta seleções rígidas que impedem o acesso de muitas pessoas a esse serviço.

As microfinanças surgem como alternativa de ampliação do acesso da população aos créditos. Os exemplos internacionais nos mostram que elas têm potencial de acelerar a dinâmica do desenvolvimento local, não apenas pelo fato de ofertarem créditos a regiões que normalmente não têm acesso, mas também pela possibilidade de evitarem a saída de recursos dessas áreas. Isso é muito importante. Por meio da captação de poupanças ou da criação de alternativas para as pessoas de baixa renda, esse sistema permite que os recursos sejam economizados e reinvestidos. Observamos que as microfinanças podem ainda criar pequenos sistemas financeiros localizados, com capacidade para alimentar, incentivar e dinamizar atividades econômicas que propiciem o progresso das regiões carentes. Para isso, seria necessário adotar uma série de ações de políticas públicas, acrescida da participação da sociedade civil quanto à criação de condições para o funcionamento dessas instituições.

Existem poucas chances legais para a organização de microfinanças no Brasil. Contamos apenas com cooperativas de crédito, OSCIPs e sociedades de crédito ao microempreendedor. Há diversas organizações informais de microfinanças, mas essas organizações passam por grandes dificuldades para se estabelecerem ou se viabilizarem. O aspecto fundamental dessas instituições é que elas têm capacidade de se auto-sustentar. É preciso constituir organizações microfinanceiras com esse perfil, que sejam permanentes e viáveis do ponto de vista financeiro e social. Outra questão importante: essas instituições precisam estar inseridas em ambientes favoráveis ao seu desenvolvimento e mudar a realidade desses locais. Essencialmente, dependem de organizações sociais fortes, que permitem seu funcionamento.

As instituições que apenas tentarem reproduzir aquilo que os Bancos praticam estarão fadadas a serem auto-sustentáveis ou a oferecerem créditos com os mesmos custos e as mesmas dificuldades que os Bancos oferecem.

É preciso fortalecer relações de proximidade, cooperação e confiança nas comunidades. É essencial que as organizações sociais atuem de forma cooperativa e solidária para que as instituições produzam impacto no desenvolvimento local. As instituições devem estar, de fato, voltadas às demandas financeiras das realidades locais, das famílias de baixa renda que não têm acesso a esse serviço. Para isso, são extremamente importantes dois fatores: primeiro, que as instituições conheçam melhor as necessidades financeiras das localidades; e segundo, que a ação do Estado possibilite a essas instituições acesso a recursos que não poderiam captar nas localidades; tais como fundos públicos de financiamento e poupança de mais longo prazo, que possam financiar negócios com impacto na geração de renda, de trabalho e da melhoria da qualidade de vida das populações. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Marcelo D'Agostini

Saúdo a Assembléia Legislativa, na figura do Deputado Célio Moreira, os componentes da Mesa e público. É com muita satisfação que participo, como representante do Banco Popular Associação Civil Comunitária de Microcrédito de Belo Horizonte, da Feira de Economia Popular Solidária. Somos entidade-membro deste fórum que tenta, em Minas Gerais, com passos determinados, construir efetivamente uma nova economia solidária e um novo mundo, que acreditamos possível.

Vivemos um momento difícil internacionalmente. Os modelos impostos, nas últimas duas décadas, expuseram continentes e países a situações desagregadoras. A África hoje praticamente não existe como continente. São milhões de pessoas renegadas à miséria e a condições subumanas de vida. O nosso País, lamentavelmente, não se encontra em situação diferente.

Como militante social há 25 anos, assim como inúmeros companheiros aqui presentes, lutamos para construir alternativa possível voltada para os interesses dos trabalhadores. Conseguimos, no ano passado, chegar a esse resultado: ao Governo Federal.

Existe grande diferença em ser governo e ser detentor do poder. Governar é uma das expressões do poder. Ressalto que muitos abandonaram os pressupostos básicos do marxismo. Evidentemente que não podemos ficar presos a dogmas, mas alguns ainda prevalecem. O poder ainda é determinado pelo modo de produção, pela maneira de a sociedade se organizar. Ao chegar ao governo, é preciso atentar que governar é transitar por um caminho de construção, de mudanças e de superação de inúmeras armadilhas e pressões. Muitas vezes, aqueles que governam acabam por ceder às pressões e à intercomplexidade das relações capitalistas.

O Estado não é um mal em si mesmo. A questão fundamental é quem está à frente desse Estado. Assim, há grande expectativa de a discussão sobre microfinanças acontecer neste Governo. Para nós, microfinanças não significa apenas concessão de crédito. Ao saudar a criação da Secretaria Nacional de Economia Popular Solidária, queríamos diálogo não só entre as instituições conessoras de créditos, mas também entre as que trabalham com a economia popular solidária, para construirmos um projeto concatenado, voltando os olhos às comunidades carentes, às que necessitam do crédito como instrumento, não como fim.

Portanto, consideramos diferenciado o trabalho do Banco Popular. Eis alguns componentes da nossa metodologia: nunca subestimar a experiência de quem se encontra na comunidade e passa por inúmeras dificuldades. Abrimos crédito para uma senhora de mais de 70 anos de comunidade carente da região Noroeste, administradora de um bar há 18 anos. Quem somos nós para ensiná-la a administrá-lo? Quem somos nós para estabelecer pacotes tecnicistas, que não têm a sensibilidade da experiência de sua vida, uma luta para subsistência? Temos o papel de conceder o crédito para garantir a possibilidade de construção de outra economia. Trabalhamos efetivamente com grupos de aval solidário. Preocupo-me quando expressões e nomes tornam-se consenso. Fala-se muito sobre economia solidária e microcrédito. Quanta diferença existe entre instituições e pessoas que falam sobre isso. Nosso grupo de aval solidário parte do pressuposto de que, em consonância com associações de moradores, igrejas, ONGs ou regionais, fazemos levantamento socioeconômico da região, preferencialmente a que apresenta índice de desenvolvimento humano e social baixo. Construimos, em dois ou três meses, grupos enumerando e ouvindo as demandas. O crédito é apenas um instrumento para possibilitar o resgate da dignidade da comunidade. Com integração e solidariedade, chegaremos ao crédito.

Fazemos levantamento socioeconômico daquela região e procuramos integrá-la por meio de reuniões e assembléias juntamente aos componentes e entidades. O crédito passa a ser um instrumento e não o fim principal desses grupos de aval. Ao realizarmos esse trabalho, observamos que, na prática, essas comunidades integram-se mais, e outros aspectos, além da inclusão produtiva, evidenciam-se, tais como o convívio e a solidariedade. Além disso, até o entusiasmo e o novo momento de se relacionar com o poder público, reivindicando mais das regionais, às quais aquelas comunidades são vinculadas, em termos da Prefeitura, como é o caso de BH. Enfim, é um trabalho que busca, fundamentalmente, esse resgate.

Há também um diferencial que apresento na metodologia. Numa ficha socioeconômica, trabalhamos com o índice, ou seja, um indicativo social e humano. Obviamente, como instituição "financeira", preocupa-nos também o levantamento técnico daquela ficha. Percebemos a maneira como as pessoas confiam uma nas outras, nas nossas fichas. Ao contrário de tantas fichas de outras instituições de microcrédito, em que se pergunta até o DNA da avó da pessoa que pede o crédito, realizamos o levantamento, possibilitando que a decisão da coordenação do projeto

do BANPOP e do comitê de crédito seja pautada por essa questão social e pela necessidade de a pessoa ou o grupo realizar o seu trabalho produtivo.

Apresento também outro dado da nossa metodologia: a maioria das instituições de microcrédito levanta uma série de restrições cadastrais que não ficam a dever nada ao sistema financeiro convencional. Na grande maioria dos nossos empréstimos aos grupos de aval, abrimos mão de avalistas, do SPC e de consultas ao SERASA. Por exemplo, outro dia, uma senhora, membro de um grupo que atendíamos, ao tomar conhecimento do nosso trabalho, disse que foi a essa outra instituição, de que não citarei o nome. Perguntaram-lhe se tinha avalista ganhando três vezes o valor de sua prestação. Ela respondeu: "Meu filho, se eu tivesse avalista bacana assim, não estaria aqui solicitando esse crédito". Esse também é outro diferencial, ou seja, o fato de que trabalhamos para flexibilizar e desburocratizar todas as solicitações que o sistema convencional apresenta.

Quais os limites e os nossos problemas? Concordo plenamente com o que se apresentou na Mesa. Independentemente das concepções e das diferenciações, é necessário que se crie no País um Sistema Nacional de Microfinanças. Ele não seria apenas o crédito, mas o sistema onde as instituições dialogassem, estivessem presentes, se possível, construindo mais. Além disso, reivindicando que haja discussão permanente com a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Mesmo as experiências diferenciadas e tão bonitas, como a que ouvimos ontem, do Banco Palmas, se estiverem isoladas, a sua alavancagem e dimensão social ficarão muito restritas na comunidade. Além disso, o nosso trabalho ficará muito residual. É necessária a integração e a troca de experiências para que possamos fazer frente a essas propostas que surgem no Brasil e se intulam de microcrédito. Daí a minha discordância em relação ao consenso em torno da palavra que visa, fundamentalmente, à obtenção de lucro.

Darei um exemplo e peço permissão para ler matéria do jornal "Valor Econômico". (- Lê:)

"O microcrédito ganhou a companhia de instituições financeiras, depois que o BC abriu caminho para implantação das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM, através da Resolução 2.874, do Banco Central, de julho de 2001). Hoje, o cabeleireiro, o dono de bar, o distribuidor de bebidas, o vendedor de cachorro-quente pode ter acesso ao crédito através do UNIBANCO. Para ter acesso aos empréstimos da entidade, o candidato pode ser micro ou pequeno empresário - formal ou informal - e deve estar na atividade há pelo menos um ano. A idade mínima é 18 anos, e o empreendedor não pode apresentar restrição de crédito, como registro no SERASA e no SPC".

Acredito na necessidade de transformação, fazendo-se a síntese entre o Estado, o Governo e a base da sociedade. Se isso for possível, não deveremos ter vergonha de ter acesso aos recursos públicos, porque é um dever do Estado e um direito das comunidades carentes, dos grupos produtivos serem inclusive subsidiados, para que possamos criar essa nova economia, incluindo todos aqueles que ficaram excluídos por 20 anos ou mais, em virtude das mazelas que o neoliberalismo impôs no nosso País.

Para que nosso projeto avance mais, precisamos de uma alavancagem, de um aumento da nossa estrutura. Ouvi a Profa. Lia dizendo que não há solidariedade se há taxa de juros. Diria que há solidariedade se a taxa de juros visa ao reinvestimento social, para que possamos aumentar as cadeias e as redes produtivas, e ao lucro legítimo daqueles grupos que estão produzindo para melhorar suas condições de vida. Temos que exigir do Estado esses recursos para abaixarmos nossas taxas e podermos ser competitivos em relação ao sistema convencional.

Os Governos, mesmo os progressistas, se não tiverem a base da sociedade organizada pressionando, podem correr o risco de perder a oportunidade histórica que estamos iniciando. Acredito que isso não acontecerá porque nós, das comunidades, que queremos ter acesso ao crédito, à produção, ao lazer, à criatividade cultural, estaremos permanentemente mobilizados para que não fiquemos apenas no discurso de que uma outra economia é possível. Vamos construindo na prática, com união, organização, desejo e vontade de todos nós.

Um poeta francês, na época da ocupação nazista, registrou o assassinato de um casal de namorados de 17 e 18 anos de idade. Disse, registrando em poesia, que haviam morrido dois jovens que tinham como capital os braços abertos para a vida. Afirimo que quem luta hoje por uma economia popular e solidária tem também este capital: os braços abertos para a vida e para a construção de uma nova sociedade. Obrigado.

Palavras do Sr. Dione Manetti

Não é fácil falar depois desse conjunto de belas exposições que esse companheiro, trabalhador como todos nós, traz, com a beleza da experiência construída aqui e no interior deste País, que às vezes não fazemos idéia de que exista.

Na parte da manhã, quando fazia a saudação na abertura deste seminário, dizia que, na Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Prof. Paul Singer será Secretário, e serei o Diretor de Fomento. Represento o Secretário, hoje. Quando falei do surgimento da Secretaria, disse que surgia de forma diferenciada, enquanto política do Governo Federal, porque era uma demanda da sociedade civil. Dessa forma, nossa compreensão é que a construção da política deveria se dar utilizando-se do processo de mobilização do qual resultou a criação da Secretaria.

Nossa primeira avaliação, quando começamos a construir a política da Secretaria, é a de que o tema da economia popular solidária dialoga com diferentes setores do Governo. Esse tema é transversal no Governo. Quando falamos de economia popular solidária, temos necessidade de discutir um padrão educacional diferenciado para inversão dos valores reproduzidos, a partir do sistema educacional que temos.

Então, quando falamos de economia popular solidária, estamos falando não de produção tecnológica voltada para beneficiar o capital, e não, os trabalhadores, mas da construção de uma nova consciência de relação com o ambiente, de dialogar com os diferentes setores do Governo, para que possamos, de forma articulada, ter uma política que responda a essa diversidade com a qual a economia popular solidária dialoga.

Essa Secretaria terá um papel fundamental de articulação de políticas no Governo Federal. Hoje, no Governo, existem várias ações, vontades e instrumentos capazes de responder às demandas da economia solidária. Temos o desafio de articular essas ações e de romper com a lógica que orienta a administração pública do País, que é a das "caixinhas". Cada Governo tem as suas. Cada um pega a sua e faz a sua política, não dialogando com a outra "caixinha".

Essa lógica da administração deve ser invertida. Temos que construir uma política que seja capaz de ser articulada - não uma política de uma Secretaria ou de um Ministério, mas de um Governo. Então, o primeiro desafio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que está situada no MTE, é o de articular as várias ações que existem no Governo Federal e que podem potencializar a economia popular solidária.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária não surge estimulada a cumprir o papel de produzir políticas compensatórias. Muito antes pelo contrário, achamos que o MTE assume uma nova dimensão, em um Governo em que o Presidente da República é metalúrgico.

Então, o MTE assume outro papel e dimensão neste Governo: o de fazer com que suas políticas sejam estimuladoras de um novo modelo de desenvolvimento para o País. Aliás, várias das políticas desenvolvidas em diferentes setores do Governo geram-se a partir do FAT, cujo gestor é o MTE, que faz essa gestão ser debatida e discutida no Conselho do FAT. Achamos que o MTE terá no Governo Lula papel fundamental na

construção de uma política diferenciada de desenvolvimento para o País. Na perspectiva de que contribua para a construção de novo modelo de desenvolvimento e de que não produza apenas políticas compensatórias - que são importantes e devem existir -, a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi colocada no Ministério.

A construção da política dessa Secretaria dá-se a partir de experiências da sociedade civil. O campo acadêmico, por exemplo, tem experiências consideráveis. Acredito que a companheira Lia, que estava aqui quando da abertura deste ciclo, tenha-lhes trazido um pouco do acúmulo importante de experiências que o campo acadêmico tem com a rede de incubadoras, a UNITRABALHO ou outras iniciativas que, às vezes, podem não estar articuladas com essas duas redes.

Temos, ainda, vasta experiência acumulada das ONGs e, hoje, experiência interessante que começa a se desenvolver com o movimento sindical. Na recuperação de empresas falidas em que trabalhadores adotaram o regime de autogestão, conta-se, na maioria das vezes, com o apoio fundamental dos sindicatos. Trata-se, portanto, de experiência importante, que deve ser vista e aproveitada, assim como as experiências de políticas públicas de economia solidária.

Tivemos grande experiência de política pública de economia solidária - da qual sou suspeito para falar, pois tive oportunidade de dirigir parte dela - desenvolvida pelo Departamento de Economia Popular Solidária do Governo do Rio Grande do Sul, que acompanhou cerca de 500 empreendimentos e mais de 27.600 trabalhadores, durante o Governo Olívio Dutra - hoje, Ministro das Cidades -, conseguindo recuperar número considerável de empresas que haviam falido no Estado durante esse período e que, hoje, são empresas de autogestão. Essa política abrangia desde as pequenas iniciativas de produção artesanal ou de reciclagem de lixo até a recuperação dessas empresas do setor industrial, que, em determinadas regiões do Estado, cumpriram papel importante e fundamental no equilíbrio econômico. Para dar-lhes uma idéia, a única usina produtora de álcool combustível - a COOPERCANA -, instalada no Rio Grande do Sul, é empresa de autogestão. Então, tem dimensão importante a política baseada em diferentes eixos de ação e que produz resultados interessantes.

Temos também rica experiência de política pública sendo desenvolvida pela Prefeitura de São Paulo, em programa denominado Oportunidade Solidária, e outras importantes, nas Prefeituras de Recife e Belém. Trata-se, portanto, de conjunto de experiências de políticas públicas que deve ser reconhecido, entendido e aproveitado e de conjunto de outros acúmulos que, na nossa opinião, não pode ser desconhecido. Vemos, seguidamente, a disposição de reinventar a roda nos Governos. Não estamos dispostos a isso.

Existem políticas que serão inovadoras, mas é necessário reconhecer e respeitar as experiências já desenvolvidas.

Na construção das linhas que orientarão a política da Secretaria Nacional de Economia Solidária, um dos principais materiais utilizado foi uma publicação, fruto de uma plenária nacional de economia solidária, que aconteceu em dezembro, em São Paulo. Ali estão expressas as demandas dos diferentes setores da economia solidária, já que a plenária foi absolutamente representativa do ponto de vista setorial e regional.

Estamos orientando nossa ação com sete pontos, que são as bases de construção e sustentação de nossa política. O primeiro deles é a criação e manutenção do Conselho Nacional de Economia Solidária, espaço de diálogo permanente utilizado entre o Governo e os diferentes setores da sociedade civil que se relacionam com esse tema, a fim de elaborarem a política, discutindo sua implementação e, principalmente, avaliando seus resultados. Esse Conselho deverá ser composto por diferentes entidades da sociedade civil e deverá ter a representação das instituições públicas, e sua composição e formatação deverão ser fruto do diálogo entre a Secretaria e os diferentes setores da sociedade.

Lembramos que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária será, para a Secretaria, um importante interlocutor da sociedade civil, e o seu papel deve estar além de sua relação com a Secretaria. Realizar-se-á nos dias 27 a 29 de junho, em Brasília.

Vamos também constituir ações de apoio às políticas públicas de economia solidária já existentes e estimular a constituição de novas políticas nas Prefeituras, nos Governos Estaduais e nos diferentes órgãos governamentais que queiram disponibilizar ações para fortalecer essa economia. As Prefeituras e Governos Estaduais podem ser parceiros importantes no desenvolvimento da política da Secretaria Nacional.

Estaremos também fomentando a geração de emprego e renda por meio de empreendimentos de economia solidária. Hoje, existem ações desenvolvidas pelas agências de apoio à economia solidária, e a Secretaria deve apoiá-las e fortalecê-las, além de articulá-las às estratégias mais gerais de desenvolvimento do Governo, contribuindo para a integração da economia solidária nas diferentes cadeias produtivas, para o fortalecimento de uma identidade diferenciada e para a construção de novos paradigmas de relações econômicas e sociais.

É de fundamental importância dedicarmos uma parte da política da Secretaria aos estudos e pesquisas, pois precisamos identificar o tamanho da economia solidária no Brasil e sua representatividade do ponto de vista econômico e social. Precisamos de um referencial, para, daqui a quatro anos, podermos dizer o quanto ela cresceu com o estímulo das políticas públicas.

Há duas últimas questões. Uma delas diz respeito a um tema debatido hoje, na parte da manhã: a promoção de um novo arcabouço legal, capaz de responder às necessidades da economia solidária.

O tema do novo marco legal é fundamental, pois dialoga com a questão do crédito e da comercialização, com o reconhecimento do saber do trabalhador e com os diferentes temas da economia solidária. Será alvo permanente da atuação da Secretaria a necessidade de cumprirmos um novo referencial jurídico, que permita não só a organização sob outras formas da economia solidária como também a utilização dos instrumentos possíveis para fortalecer essa forma de organização da produção. Como exemplo, o Estado tem um poder de compra fantástico, utilizado para continuar reproduzindo as desigualdades sociais e econômicas no País. As orientações da Lei nº 8.666, que regulamenta as licitações, têm de ser revistas, para que o poder de compra do Estado passe a ser um instrumento de redistribuição de renda no País.

Uma linha que dialoga com o segundo tema exposto é a discussão de políticas de finanças solidárias. As questões relativas ao microcrédito e às finanças solidárias estão sendo discutidas pelo Governo. Há grupos de trabalho reunindo diferentes Ministérios e Bancos públicos, para tentar construir uma política unificada que se relacione com esse tema. Em primeiro lugar, o crédito deve ser entendido como instrumento, e não, como um fim em si próprio. Em segundo lugar, temos de compreender que as finanças solidárias envolvem várias outras formas de relações econômicas, além da questão do crédito, como os clubes de troca, os de poupança e outros. Há vários elementos envolvidos nesse tema que merecem o nosso olhar. Há várias experiências nesse campo espalhadas por este País. Temos de ter a consciência de que só construiremos uma política que efetivamente responda às demandas reais caso haja diálogo permanente com essas várias experiências. Temo-nos esforçado para dialogar permanentemente com o GT brasileiro de economia solidária e com a ABCRED. Esse diálogo tem de ser ampliado.

Temos de construir políticas, dando prosseguimento ao método que temos utilizado desde quando o Prof. Paul Singer foi convidado pelo Presidente da República para ocupar o cargo de Ministro. A construção de uma política para a economia solidária não será fruto das boas e belas idéias daqueles que têm propriedade e um maior envolvimento com esse tema. A política que responda às necessidades da economia solidária só será efetiva se for fruto de um debate permanente entre os agentes públicos responsáveis por dirigir essa política e os sujeitos sociais que estão construindo-a permanentemente.

Temo-nos reunido com o GT brasileiro de economia solidária para elaborar as bases dessa política. Temos de utilizar os espaços de debate do plano plurianual do Governo, para colhermos os elementos que possam fortalecer e qualificar a nossa política. Temos feito questão de participar desses vários eventos estaduais que acontecem pelo País, porque essa é a melhor forma de construir a política da Secretaria. Mais do que falar, é importante ouvir a expectativa e as impressões que possam contribuir para a efetivação da nossa política.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - A Presidência vai dar início à fase de debates, na qual os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizarmos o debate, solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensando as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, garantindo-se o mesmo tempo para a resposta.

Debates

O Sr. Edelson Pimenta - Cumprimento a Mesa - apesar de o Deputado ter dispensado as formalidades -, na pessoa deste senhor a quem bem conheço, por sua índole de pai e homem público, que é o Dr. Dalmo Ribeiro Silva. Falando em Secretaria, dirijo a pergunta ao Dr. Dione Manetti. Meu pai ensinou-me que a melhor maneira de ser feliz é contribuir para a felicidade dos outros. Talvez não seja do conhecimento de V. Exa, sou do vale do Jequitinhonha, onde tenho um irmão que participou do Governo Itamar Franco, na época em que tínhamos um órgão cujo nome era Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE - e outro, a Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas - SUDENOR. Órgãos falidos, mas esquecemos de sepultá-los. Certo dia, falamos para o Governador que achávamos aquilo injusto para o Estado - ganhar sem trabalhar.

Vimos o novo mapeamento da região: foram contempladas, na ADENE, as 161 cidades que compõem o quadro fomentado pelo IDENE. São cidades dos vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do rio Doce. Quando se trata de Secretaria, estamos aguardando - e o senhor será nosso porta-voz, em Brasília - os US\$70.000.000,00 do PAPP-II e do PRODETUR, que há muito tempo estão para ser liberados na Secretaria do Tesouro Nacional. O Poder Legislativo, na figura desse Deputado, cujo currículo político é intocável, não desfazendo dos demais, tem muitas limitações. Dr. Dione, percebo o quanto tem feito para contribuir na construção de nova economia possível. Acredito que a economia popular solidária, como bem a defende o fórum, não pode ser mera produção e comercialização de produtos.

É importante que reafirmemos, no nosso fazer cotidiano, a solidariedade e os valores de uma nova economia que tenha o ser humano como sua grande razão de ser. Banco do Nordeste está lá, "bonitinho". Juros para microempresa, no BDMG, são difíceis.

Dr. Dione Manetti, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, pelo amor de Jesus Cristo - já estive com a Secretária Elbe Brandão -, esse dinheiro está no BIRD - o Deputado Dalmo Ribeiro Silva é melhor conhecedor disso -; ajude-nos a levar esse recurso para aquele povo pobre da região. Muito obrigado.

O Sr. Wanderley Pinheiro - Sou de Tombos. Já fiz intervenção na parte da manhã, mas não fui contemplado com a resposta. Parabênizos a Mesa pelo comentários feitos. Nós, que vivemos o dia-a-dia nas comunidades, municípios, entidades, vemos os desafios e o empobrecimento das pessoas envolvidas na agricultura familiar. Temos perspectiva pior para os próximos meses. Por experiência, e estamos montando três agroindústrias, sabemos que, quando falamos em crédito, temos os desafios financeiros. Há um projeto há quase um ano, do PRONAF, tramitando no Banco do Brasil. Isso confirma a dificuldade que temos em conseguir crédito, tão falado, em nome dos trabalhadores. A dificuldade é muito grande.

Sua intervenção trouxe-me preocupação, na hora em que citou a forma como os recursos, destinados a implementar o projeto da economia solidária, chegarão ao município. O senhor falou que um dos canais serão as Prefeituras. Conheço regiões, no interior de Minas Gerais, onde 80% das Prefeituras trabalham intensamente, destruindo projetos de economia solidária. Como será encaminhado esse projeto, por via da Prefeitura?

O Sr. Presidente - Pergunta da Fundação Cultural Artística de Desenvolvimento Educacional: "Como conseguir créditos para a criação da fundação citada? É necessário recurso para seu registro em cartório? O patrimônio da fundação é composto pelos direitos autorais das obras da artista plástica Vera de Barcelos".

O Sr. Dione Manetti - Agradeço o respeito e o trato de todos, mas não sou doutor. Fico agradecido pela deferência, mas prefiro ser chamado pelo nome, diretamente. Aqueles que quiserem chamar-me pelo nome fiquem à vontade. Talvez, um dia, eu me torne doutor.

Existe um elemento que dialoga com o questionamento do companheiro. Estou tentando colher o nome das pessoas, porque, assim, fica mais interessante conversar. Aos dois companheiros que intervieram quero dizer que existem questões específicas nas duas falas, mas também uma questão geral que perpassa os dois questionamentos.

Não tenho conhecimento do tema relacionado aos recursos que estão para ser liberados. Estou à inteira disposição. O Governo foi eleito com um projeto diferenciado. O projeto se propõe a construir um modelo de desenvolvimento diferenciado e visa à intervenção em inversão de valores, historicamente reproduzidos no País. O projeto propõe-se a construir uma estrutura de Estado que não foi criada para recebê-lo, e, sim, para reproduzir a desigualdade econômica e social. Aliás, o Estado tem financiado historicamente a acumulação da renda. Isso é obra do Estado e de mais ninguém.

Na criação de empreendimentos populares, o Estado não pode entrar com o crédito, o que traduz uma lógica de padrão de relação Estado e sociedade. Traduz a quem o Estado tem servido. Isso é um problema. O primeiro desafio que temos à frente da direção do Governo Federal é tentar construir o projeto dentro desse modelo de Estado. E mais do que isso: tentar identificar mecanismos que nos permitam terminar com as amarras estabelecidas para a construção do projeto. O resultado da última eleição foi de uma luta e de um conjunto de expectativas de transformação social de mais de 20 anos. Devemos entender que em seis meses não conseguiremos mudar o que foi construído em mais de 500 anos, embora o Governo esteja se esforçando para construir ações que respondam às demandas sociais acumuladas.

Temos dificuldades em função do modelo de Estado e dos obstáculos que isso impõe à construção do projeto. Fazemos questão de afirmar que essa política visa à construção de novo modelo. Quando o Presidente da República diz que a questão das cooperativas de produção e de crédito está na ordem do dia da sua pauta, isso traduz um novo padrão de relação com a sociedade.

Estive com o Presidente da República e vi esse novo padrão. A empresa Cipla, de plásticos, de Santa Catarina, enfrenta dificuldades financeiras, e os proprietários passaram a gestão aos trabalhadores.

Há muito, buscavam interlocução com o Estado, a fim de levar ao conhecimento de alguém a situação por que estavam passando, tentando buscar o apoio necessário para assumir e dar continuidade ao empreendimento, que gera mais de mil postos de trabalho. O Presidente da

República recebeu esses trabalhadores nesta semana e fez questão de conversar a respeito das possibilidades e alternativas para a solução do problema.

Isso também traduz esse novo padrão de relação com a sociedade. Os Palácios da Alvorada e do Planalto estavam acostumados a receber banqueiros, grandes empresários e corporações internacionais. Novos visitantes têm frequentado esses espaços. A Esplanada dos Ministérios tem sido utilizada para receber as diferentes representações da sociedade civil. As dificuldades encontradas nessa estrutura de Estado somente serão superadas se dialogarmos permanentemente com a sociedade.

Existe uma nova ordem política no País, que nos levará a um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. Apesar de todas as dificuldades, estou pronto a fazer essa interlocução, tentando, juntamente com vocês, identificar os problemas, os limites e as possibilidades de solução.

O Sr. Presidente - Pergunta da Sra. Joana Alves ao Sr. Amauri: "Com quanto começou o Fundo? Foi a fundo perdido? Se não, a que juros e prazos de devolução? Quais os critérios usados para liberar os créditos? Como é o índice de inadimplência? Quais os critérios utilizados nos casos de inadimplência?"

Pergunta também dirigida ao Sr. Amauri, formulada por Shirlei: "Quais os critérios para o funcionamento do Fundo Rotativo? Qual tem sido a participação das mulheres na tomada de crédito?"

Pergunta dirigida ao Sr. Idalvo, formulada por Alessandro: "O senhor falou sobre maior capilaridade no sistema de crédito e em financiar o desenvolvimento da comunidade como um todo. Como vê as experiências das ONGs, como a da Zona da Mata, e dos fundos de crédito rotativos, que envolvem os beneficiários em primeira pessoa na gestão e na relação dos recursos?"

O Sr. Amauri Adolfo da Silva - Em nossa região, começamos o fundo rotativo com recursos pequenos, em torno de R\$30.000,00, que vieram de parcerias com o CTA, a fundo perdido, e com a (...), que tem nos ajudado com recursos mensais da ordem de R\$15.000,00. Como esse projeto está dando certo, as organizações têm investido mais recursos nessa idéia.

Perguntaram-me sobre o projeto e como o julgamos. Temos uma comissão analisadora. Nos municípios, capacitamos as pessoas para que possam elaborar os projetos. Trabalhamos com estudos de viabilidade econômica. Depois de aprovados, os projetos são liberados. Fazemos acompanhamento técnico junto com o pessoal do CTA e da associação regional.

Os casos de inadimplência estão em torno de 20%, número elevado, justificado, em parte, por problemas enfrentados na própria associação. Os trabalhadores rurais e as pessoas mais carentes que buscam recursos pagam o fundo rotativo corretamente. Às vezes, ficamos contrariados de falar em ética e solidariedade, ao verificarmos que companheiros pegam esses recursos e não fazem seu retorno.

Respondendo aos recursos das mulheres, afirmamos que eles estão garantidos em 30%. No princípio, os projetos encaminhados eram de iniciativa dos homens. E os recursos das mulheres ficaram, devido ao questionamento de terem ou não acesso aos créditos. Precisamos trabalhar a questão da renda das famílias. Não basta colocar no papel, é preciso lutar. Hoje, as mulheres podem ter acesso maior. O nosso interesse está dirigido à área da agroindústria.

O Sr. Idalvo Toscano - Quando citei as microfinanças e as instituições de desenvolvimento popular e solidário, na verdade, referi-me às ONGs. Geralmente, são pequenas, pulverizadas e dispersas, não conversam entre si e não racionalizam seu potencial. Faço apenas uma restrição. Esse assunto não é novo.

Conhecemos o Banco do Povo, Banco popular, e isso me assusta. Geralmente, é Banco para o povo. Nunca vi pessoa do povo no conselho de administração dessa instituição, e nem participando da sua gestão. Os intelectuais possuem carinho pelo povo, mas povo são os outros, menos nós. Esse é o grande desafio. Instituições de desenvolvimento popular solidário devem ser enraizadas na comunidade, de forma a remanejar o imenso potencial de poupança local e reter a renda gerada na região. E que tenha, ainda, amplo e profundo controle social, trazendo para si, como associada, a população atendida. É como uma sociedade anônima, em que cada pessoa assistida participa, seja no seu conselho, seja na tomada de decisões.

Quanto à questão dos fundos rotativos, são dispersos. Por que não constituir instituição nacional que pegue recursos nas diversas entidades financiadoras e implante-a nos municípios?

O Sr. Presidente - Pergunta da Sra. Wilma, do Movimento de Fé e Política, ao Sr. Marcelo: "Quais pessoas e entidades compõem os Conselhos de Administração e Fiscal do BANPOP-BH? Quais os juros que pratica? Qual a origem dos seus fundos?"

Pergunta do Sr. Mário Ângelo Noé, do Instituto Estadual Santo Dias, ao Sr. Dione: "Será criado algum instrumento de controle de recursos do financiamento ao microprodutor? A Secretaria também promoverá a capacitação dos financiados para gerirem os recursos?"

Pergunta da Sra. Valéria, do GRAAL, ao Sr. Dione: "Se estamos construindo novo modelo, em governo social e democrático, o que impede a reestruturação dos Bancos, de seus instrumentos de exclusão, como taxas de juros, exigências, acúmulos acachapantes dos banqueiros? Por que devemos criar 'alternativas' de acesso a recursos financeiros para 70% da população que compõem quase 100% de eleitores responsáveis pela presença, hoje, desses atores políticos que ocupam cargos de decisão? Até quando o instrumento político denominado economia popular de solidariedade se perderá no bojo das políticas compensatórias?"

Pergunta do Sr. Wellington Martins Ramos ao Sr. Dione: "Falou-se da mudança nas relações de trabalho de mais de 50% de trabalhadores que não têm carteira assinada. Como fica a previdência social desses trabalhadores?"

Pergunta de Ana Paula, da Universidade Federal de Lavras, ao Sr. Dione: "Quais as propostas mais pontuais da Secretaria da EPS? Há dúvida quanto à questão da formalização de movimento que evolui informalmente. Quais os possíveis implicadores disso?"

Pergunta do Sr. Walterson, da empresa de autogestão Satele, ao Sr. Dione: "Falar de solidariedade é fácil, virou moda e dá visibilidade às grandes corporações capitalistas. Como diferenciar os movimentos sociais populares, que exercem a solidariedade como alternativa de sobrevivência, dos empreendimentos capitalistas que se apropriam desses conceitos como 'marketing' social?"

Pergunta formulada por Valéria ao Sr. Idalvo: "Vivemos inquietude em relação aos Bancos populares e à manifestação política e perversa de acesso ao crédito. Como garantir o direito humano de acesso ao crédito e da oferta de crédito que promova o desenvolvimento sustentável com essa política de Bancos centralizadores recorrente neste Governo popular que elegemos?"

O Sr. Marcelo D'Agostini - A Associação Civil Comunitária de Microcrédito é instituição de crédito popular solidário. O Conselho de Administração é ONG composta pelo poder público e entidades da sociedade civil, como o DIEESE, conselhos regionais de economistas, arquitetos e engenheiros, CREA, OAB, e outras tradicionais em lutas a favor dos trabalhadores. A PBH, sócia, tem direito a quatro votos.

Estamos reformulando radicalmente os estatutos, partindo do pressuposto da construção da legalidade a partir da legitimidade. Muitas questões do regimento de crédito e do nosso estatuto vão além. Embora sejamos restritos à base de Belo Horizonte, fomentamos construção de cooperativas de trabalhadores em outras cidades. Desempregados, trabalhadores de Ribeirão das Neves criaram a COOPINVICTA e produzem vassouras com material reciclado de garrafa "pet". Não há sentido em construir o Banco Popular se o público, tomador de crédito, não tiver assento nos Conselhos Administrativo e Fiscal.

Essa discussão insere-se no marco legal proposto tanto no crédito quanto na economia solidária. Unidos, lutaremos para sermos reconhecidos juridicamente. Do nosso público, 80% não teria acesso, pelos critérios adotados por nós, ao microcrédito; da composição do grupo aval solidário, 80% são mulheres, 92%, economia informal. A taxa de juros, nosso gargalo, só baixará se aumentarmos a escala. Surge, então, a discussão da relação com o poder público. Apesar de negarem, instituições buscam recursos nos órgãos públicos, quer por intermédio de ONGs, quer de parcerias. De qualquer forma, o dinheiro provém do contribuinte. Portanto, não há problema em reivindicarmos subsídios ao Estado para uma produção voltada aos setores excluídos.

Nossa proposta é fazer com que a instituição reformule o estatuto e o regimento de crédito e inclua entidades do nosso foro na composição. Temos de resgatar esse debate até o final de junho.

Um dos nossos objetivos também é ponderar a relação entre poder público e entidade da sociedade civil. Não porque seja exigência de órgãos como o BDMG e o BNDES, mas sim porque somente haverá Bancos populares se tivermos formato integrado em nível nacional e com a participação da base da sociedade que acessa esse crédito. Sem isso, falaremos em Bancos populares, que, efetivamente, não existirão. A conjuntura é favorável para isso? Sim, desde que estejamos atentos, pois os interesses capitalistas e do capital internacional já chegam pesado na discussão do microcrédito. Ou agimos rápido, ou as pressões criarão condições desfavoráveis aos nossos objetivos de que o crédito seja instrumento, e não o fim para o que vemos de tão bonito aí fora, na feira.

Felizmente, há grande participação de grupos que acessaram o crédito ao Banco e, hoje, encontram-se em outro patamar de desenvolvimento e recuperação de sua auto-estima e dignidade, mostrando que os excluídos também têm, devem e podem ter como direito a sua integração aos processos produtivos e de construção para uma nova sociedade. Obviamente, não será imediatamente. Sabemos do grande desafio e das dificuldades dessa transição, mas não arredaremos um milímetro do que se construiu até o momento, com limitações, é claro, mas com muita determinação a partir do nosso objetivo final.

O Sr. Presidente - Pergunta endereçada ao Sr. Amauri, formulada pelo Banco Popular: "O senhor falou sobre a história de cada produto. Como impactar o contrabando com essas histórias que são os nossos produtos?".

O Sr. Reginaldo Magalhães - Responderei a uma pergunta feita anteriormente em relação ao que deve ser feito em termos de reestruturação dos Bancos. Como os Bancos poderiam ter melhores condições de financiar pequenos negócios e pessoas de baixa renda?

O problema dos Bancos não é apenas ideológico, mas estrutural, o que impede o financiamento para esses pequenos negócios. Pelas experiências em feiras e trabalhos realizados pelas organizações, sabemos que esses pequenos negócios e essas atividades de economia solidária são rentáveis financeiramente. Quer dizer, podem gerar renda, ter condições de pagar os seus financiamentos e obter sobras significativas para os associados. Então, por que os Bancos não financiam se seria um negócio importante financeiramente?

Como disse, os Bancos possuem problemas estruturais que dificultam esse financiamento. Primeiramente, eles estão extremamente distantes desses pequenos negócios, não possuem estrutura capaz de conhecê-los e saber como funcionam. Além disso, não têm serviços financeiros adequados ao financiamento desses pequenos negócios nem acesso a informações, principalmente, que possibilitem uma clara avaliação do risco desses financiamentos. Podemos até entender que a análise do risco é problema técnico, nada a ver com a nossa avaliação, mas é extremamente importante. Se um Banco não possui capacidade de analisar o risco do seu financiamento, ele não financia, pois senão terá prejuízos. É muito complicado discutirmos sobre essas instituições financeiras, pois suas contas precisam ser feitas, para que possam ser permanentes, viáveis e se expandirem. Além disso, precisam de mecanismos que garantam sua viabilidade econômica e financeira. Não quer dizer que as instituições de microfinanças corram mais risco que os Bancos ou sejam mais favoráveis aos pobres. Porém, elas possuem estruturas mais adequadas, estão mais próximas, envolvidas em rede de relações sociais que permitem conhecer melhor a situação desses pequenos negócios, além de financiá-los com mais eficiência.

Duas questões vêm sendo discutidas nesses grupos de trabalho no Governo, que poderiam facilitar maior acesso aos financiamentos bancários. Em primeiro lugar, a criação de sistemas locais de informação, principalmente com a organização de redes locais de cooperação, ou seja, sindicatos, associações, cooperativas podem organizar-se para apresentar demandas aos Bancos mais bem elaboradas e articuladas. Isso facilitaria muito o acesso desses pequenos negócios aos Bancos. Em segundo lugar, uma discussão importante que vem ocorrendo hoje e que tem algumas experiências positivas é que os Bancos estabeleçam parcerias com instituições de microfinança para que essas instituições possam ser correspondentes bancários, ou seja, instituições que estão mais próximas dessas comunidades, desses pequenos negócios, que possam ser o canal de acesso aos financiamentos bancários. Acredito que esses dois mecanismos poderiam facilitar muito o acesso desses negócios aos Bancos.

O Sr. Dione Manetti - Primeiro, a questão sobre a utilização do conceito de solidariedade pelas empresas capitalistas. É possível compreender esse conceito de várias maneiras. O conceito de solidariedade, na conjuntura econômico-social do Brasil, hoje deve ser visto como um conceito de solidariedade de classe, do trabalhador para com o trabalhador. É minha opinião.

Segundo, a utilização do conceito de solidariedade pelo capitalismo é a reprodução do mesmo padrão de relação que o capitalismo utiliza com todos os emblemas que o movimento social e que os trabalhadores criam, quer dizer, o capitalismo é capaz de transformar qualquer coisa em mercadoria, seja qual for o emblema. Todo emblema, embora esteja conceituado, é transformado em mercadoria pelo capitalismo. Um dos grandes líderes da esquerda internacional, que tem um reconhecimento pela sua luta nos movimentos socialistas, como é o Che Guevara, virou mercadoria. Solidariedade também virou mercadoria. Existem as empresas solidárias. A luta do movimento social, não só com a questão da solidariedade, com a questão da autogestão e de outros princípios que também são distorcidos, é pela disputa em favor da manutenção desses conceitos, da forma como estimulam as lutas e os lutadores sociais. É uma disputa que temos de estar dispostos a enfrentar.

A segunda questão quanto à reestruturação dos Bancos, enquanto instrumento de exclusão e a necessidade de mudança no País, em parte o Reginaldo respondeu. É uma questão bastante complexa, que carrega elementos estruturantes da economia. Não é um movimento simples de ser feito. Mas é verdade que os Bancos públicos, a partir da orientação do Governo que assume este Estado brasileiro, vêm apresentando um redirecionamento do seu papel. O maior exemplo disso é o BNDES, que historicamente tem financiado as privatizações deste País e o capital. Quem tem conseguido acompanhar as discussões em torno dos investimentos do BNDES percebe que se busca hoje dar um outro caráter para o BNDES, que seja capaz de financiar o microcrédito, ações de infra-estrutura, processos estratégicos de desenvolvimento do Governo. Temos sinalizações que demonstram isso.

Quando fala da economia solidária, até quando vai continuar sendo política compensatória, quero dizer que conheço experiências de políticas governamentais nesse campo que não apresentaram um caráter compensatório.

Já relatei a experiência que vivemos no Governo Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul. A pretensão da política que vem sendo desenvolvida e estruturada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária não é ser uma política compensatória. Como já disse, o MTE e um Governo cujo Presidente da República é um trabalhador operário vão ter um papel importante na construção do modelo de desenvolvimento que implementaremos no País.

Com relação à pergunta sobre o financiamento aos microprodutores e à capacitação agregada ao financiamento, há grupos de trabalho discutindo a questão do crédito no Governo. O Ministério do Trabalho faz uma discussão com a compreensão de que o crédito é um instrumento e não um fim em si próprio. Por ser um instrumento, não pode se colocar como uma política isolada do conjunto da estratégia a que se propõe.

Portanto, a capacitação, a qualificação, o apoio e o acompanhamento aos empreendimentos dos pequenos produtores, na medida em que recebem um crédito, são elementos estratégicos estruturantes, que buscam fazer do crédito um instrumento e não um fim em si próprio.

Com referência à pergunta sobre a previdência, há mais de 50% de trabalhadores que não assinam carteira. Temos uma infinidade de formas de organização do trabalho que se manifestam nesses trabalhadores que não estabelecem as suas relações a partir da carteira assinada. Temos as cooperativas, as associações, a informalidade e o trabalho autônomo. Há necessidade de se rediscutir e se estabelecer um novo marco legal, que desamarre as travas para o desenvolvimento. O crescimento desses empreendimentos é tão importante quanto o tema de uma legislação que permita uma organização mais adequada e dê uma maior segurança a esses trabalhadores que se organizam sobre outras formas que não a de relação de carteira assinada. Trata-se de tema importante, que faz parte de nossa pauta.

A última pergunta é quanto às propostas pontuais da Secretaria de Economia Solidária e às implicações com relação à informalidade. Já pontuei sobre as ações estruturantes da política da Secretaria dizendo que são muito objetivas. Quando falamos do apoio à geração do trabalho e renda, por meio do empreendimento de economia solidária, estamos falando em atividades de apoio e de articulação com as universidades para o fortalecimento e a promoção de novas incubadoras que possam dar assistência e apoio aos empreendimentos. Quando falamos de promoção no comércio justo e consumo ético, estamos falando da construção de uma estratégia de divulgação da economia solidária, que permita às pessoas conhecerem o caráter social dessa produção.

Quem sabe até se deve construir um selo dos produtos da economia solidária, que possa identificar os produtos livres de exploração do trabalho. Pode-se ainda construir uma estratégia de articular investimentos de infra-estrutura que crie centros de comercialização nos Estados e que apóie a construção de redes de economia solidária. São elementos importantes.

Essa política vem como uma possibilidade para as atividades de produção que estão na informalidade. Para o Estado, é bom que essas atividades produtivas saiam da informalidade. E é bom para as próprias atividades produtivas. É uma perspectiva que se apresenta.

Com relação às Prefeituras como canal de repasse de recursos, talvez não tenha colocado a questão com a devida precisão. Quando falo que os Governos estaduais e as Prefeituras serão parceiros na implementação da política, isso não significa só em relação à troca de recursos. Evidentemente é muito mais do que isso. As parcerias na implementação da política vão se dar com aqueles Governos que tenham disposição de estimular e fortalecer essas políticas.

E, mais do que isso, essas parcerias não vão se estabelecer sem levar em consideração a realidade da composição social de onde a política está sendo desenvolvida. Evidentemente, uma política pública de economia solidária, como já disse, no âmbito federal, estadual ou municipal, não se realiza se não estiver em sintonia com a demanda efetiva da sociedade civil, que se organiza em torno do tema.

O Sr. Amauri Adolfo da Silva - A pergunta foi feita pelo José, do Banco Popular. Ele quer saber como vamos impactar essa situação do nosso produto. Como fazer para mudar essa história? Poderemos retornar o questionamento, perguntando como fizemos até hoje para mudar qualquer história. Só conseguimos mudar nossa história por meio de ações, intervenções. Penso que a feira que está acontecendo aqui é uma grande tentativa de mudar o rumo dessa história. Estamos aqui, porque acreditamos ser possível criar uma relação diferente com a terra, com o meio ambiente, com os produtos, com os alimentos, não os tratando apenas como mercadorias. A terra tem sido utilizada somente visando ao lucro. Como posso retribuir a ela? Como posso viver sem ela? A nossa relação é muito em cima do valor monetário. Todos temos o direito a viver neste planeta. Estou referindo-me aos outros seres também. Só mudaremos a história se fizermos intervenções como a que estamos fazendo aqui nessa feira. Como produtores, temos de sair desse meio, começar a produzir, transformar o nosso produto e comercializá-lo. É importante não ficar na mão de poucos. Estive numa reunião em que alguém se apresentou como atravessador solidário. Até esse título já existe! Precisamos ter cuidado com o termo solidariedade, que poderá ser banalizado. É importante discutir essa questão de mercado, porque nós, trabalhadores, temos sido considerados mais uma mercadoria. Queremos mudar essa relação, queremos ser transformadores dessa história.

O Sr. Idalvo Toscano - A Valéria quis prestar-me uma homenagem, já que hoje é o último dia em que me encontro vinculado institucionalmente ao Banco Central do Brasil. A partir de segunda-feira, caio na rua da amargura, sou quase velho aposentado.

Vou dividir em três partes a questão. Em primeiro lugar, convivi com os colegas do Banco Central por 27 anos, grande parte deles dedicado à área externa. São excelentes pessoas, mas, quando voltam dos Estados Unidos, vemos que sofreram processo de lavagem cerebral. Sentar com eles para bebericar e comer petiscos é ótimo, mas, quando se fala em metas de inflação, são incapazes de pensar fora dos modelitos estabelecidos. E o que os modelitos deles falam?: "Você tem um índice e, com ele, tem de fazer a inflação cair, etc. e tal". Há dois meses, o índice do custo de vida de São Paulo subiu 0,3% por conta do preço da ração para cachorro. Isso está dentro das metas inflacionárias do Banco Central. Por favor, vamos tratar o assunto com um pouco de seriedade. Não se pode tratar tudo como se fosse uma coisa só. Alguma coisa neste País, em termos de finanças, tem de mudar. Não tem sentido o Sul sofrer uma geada violenta, causar um aumento no índice inflacionário e a taxa de juros ter de se manter elevada para remunerar os Bancos. É uma coisa absurda dez e poucos por cento em termos reais. Acreditamos que é preferível isso a mexer na taxa de juros, para baixo. O mercado fica nervoso, histérico. Isso não é sério. Sinceramente, isso não é sério.

Em segundo lugar, as instituições de microfinanças conseguem resultados e alavancam-se financeiramente, captando poupanças locais e trabalhando com cartões de crédito, moeda social e de circulação local. Quem teve oportunidade de ontem ver a exposição da Sandra, do Banco Palmas, pôde ter idéia do potencial que as instituições locais possuem para gerar recursos e se auto financiar com os recursos locais.

Com relação às questões propostas pelo Reginaldo, concordo com quase tudo, mas discordo em um ponto fundamental: a questão de risco do sistema bancário. O sistema financeiro nacional é a única atividade do País que não tem risco, já que repassa a inadimplência de 15% à taxa de juros futura. Por exemplo, se pegarmos os 4%, taxa muito baixa do sistema financeiro, e subtrairmos os 15% de inadimplência, teremos queda de 0,5% e a taxa passará a ser 3,5%.

Os bancos não correm risco. Cobram por todos os serviços. Há os que ganham 234% de seu custo administrativo. O Banco do Brasil cobra R\$4,00 por mês, para a manutenção de conta. Isso é um absurdo. É o império absoluto da moeda sobre a vida do cidadão. É uma situação que

não se muda.

Segundo nosso Presidente, não podemos dar cavalo-de-pau em Boeing; porém, o Banco Central dispõe de instrumentos poderosíssimos para fazer esse ajuste bancário e tê-lo-ia feito, se quisesse, mas não vou falar mais sobre isso. Muito obrigado.

A Sra. Shirley - O Idalvo colocou que uma das grandes inquietações no Brasil é a maldadada taxa de juros, que tem uma relação crescente com o fígado do brasileiro, gerando medo e empobrecimento ao País. Como a Mesa vê a possibilidade de pensarmos em juros decrescentes para microcrédito e microfinanças? Isso é possível? Nas microfinanças, as pessoas pagam em dia, geram renda e promovem o desenvolvimento local sustentável. Essa seria uma loucura de minha parte?

Reginaldo, fico incomodada com a estrutura física dos bancos, que resolve o problema trazido pela Mesa, hoje pela manhã, quanto às condições ambientais de produção: os bancos são quase anti-sépticos. E essa estrutura é financiada por nós, que temos contas no Itaú, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, etc. Como poderemos enfrentar a situação nesse Governo novo, que pensa uma nova relação de cidadania? O que devemos fazer com essas estruturas profundamente elitistas e distantes da realidade do povo, que têm servido para a massa de manobra de investidores internacionais no Brasil?

O Sr. Reginaldo Magalhães - Shirlei, devem-se exatamente a essa estrutura do sistema os altos custos bancários, sendo que grande parte das taxas de juros são utilizadas para cobri-los.

Analisando a questão dos juros nas microfinanças, percebemos que a inadimplência não é tão baixa. Os levantamentos realizados por várias organizações mostram que existe grande número de instituições de microfinanças trabalhando com inadimplências altas, principalmente os fundos rotativos, ou seja, as instituições informais. Por esse e outros motivos, os juros nas microfinanças também não são baixos. Muitas instituições de microfinanças operam com juros próximos aos do mercado financeiro, porém não tão altos quanto os das financeiras.

Para reduzirmos as inadimplências, os juros e os custos das instituições de microfinanças, é necessário que construam relações de proximidade com os seus clientes, associados, público e base social. Precisam conhecer e se relacionar mais com o seu público. As cooperativas de crédito são mais interessantes do ponto de vista dessa proximidade, porque os usuários do crédito ou do serviço financeiro são ao mesmo tempo donos das instituições financeiras. Esse fato constrói uma relação de compromisso e de confiança mais sólida entre a instituição e a pessoa que utiliza seus serviços financeiros.

Um dos melhores mecanismos para reduzir taxa de juros e inadimplência é a possibilidade de uma instituição de microfinanças captar poupança. Assim, terá maior autonomia, um custo financeiro muito menor e condições de repassar financiamentos a custos mais baixos, e também poderá construir relações de confiança e de proximidade mais sólidas e efetivas.

Temos de construir instituições financeiras mais descentralizadas, mais próximas das pessoas que utilizam esses serviços e com serviços financeiros mais adequados à realidade da população. Com isso, poderemos ter um desenho institucional mais adequado para as microfinanças e para as necessidades financeiras das pessoas.

O Sr. Dione Manetti - Evidentemente, a taxa de juros não agrada a ninguém neste País. O crescimento necessário e a implementação de fato de um projeto de desenvolvimento que seja capaz não apenas de gerar renda, como também de distribuí-la, só serão efetivados quando conseguirmos vencer essa dura batalha relativa à taxa de juros. Diga-se de passagem, não é necessário gerar mais renda para resolver os problemas sociais, temos de redistribuir a que já existe.

Dispomos de elementos estruturantes do sistema financeiro que necessitam ser enfrentados. À medida que forem enfrentados, para inverter-se a lógica do sistema financeiro, que serve para emprestar dinheiro para quem tem e não para quem não tem, avançaremos. As instituições de microcrédito estabelecem um padrão diferenciado e uma relação diferenciada para um público que também é diferenciado. É diferente disponibilizar crédito para as grandes empresas que sabem muito bem o que fazer com o recurso e que dispõem de todo o aparato estrutural capaz de garantir a eficácia do seu investimento.

Quando falamos em financiar atividades produtivas dos setores populares, imaginamos uma política por inteiro, e não pela metade, senão não produzirá os resultados que todos queremos. O Estado pode, à medida que enfrentarmos os elementos estruturais que garantem a manutenção das taxas de juros, constituir política para - assim como financiou historicamente o capital - contribuir com a distribuição de renda. As instituições de microcrédito, as cooperativas de crédito trazem outro elemento fundamental, que diz respeito ao controle social. É uma possibilidade que se abre. É necessário que esses instrumentos se prestem ao controle social também, pois só a formatação nesse modelo não resolverá o problema.

Pela segunda vez, o Reginaldo levantou um tema fundamental, no que se refere à viabilidade do sistema, sobre a captação da poupança. Esse elemento pode nos colocar em outro patamar. Obrigado.

O Sr. Idalvo Toscano - Antes de responder à questão dos juros decrescentes, diria que este País precisa de duas coisas fundamentais: em uma ponta, lei que regule a concessão de créditos; na outra, lei que estimule e zele pela poupança popular, inclusive remunerando contas de depósitos à vista, como aconteceu no passado. Diante disso, haverá condições de estabelecer competitividade entre as instituições. Por que não pensar, por exemplo, que percentual dos recursos captados em determinado município, estado, região, etc., possa, tenha e deva ser aplicado em suas diversas modalidades, naquele local? Não cumprindo essa meta, recolhe-se em depósito compulsório. Ao invés de recolher no final, faz-se a política monetária na base, determinando que 25% ou 30% sejam aplicados no local. Antes, tinha-se determinada porcentagem para cada tipo de crédito, mas isso não funciona. O indivíduo compra caminhonete importada de duas cabines com esses recursos. Isso é de fácil controle pelo Banco Central, que, aliás, não fiscaliza financeiras, empresas de "factoring", cartão de crédito. Então, ser financeira no Brasil é uma festa.

É possível haver sistema de juros decrescentes para instituições de microfinanças, de duas formas. Por exemplo, o Citibank, na África do Sul, tem - pelo menos tinha há dois anos - uma política interessante. Começava cobrando taxa cavalara para pequenos e curtos empréstimos. A pessoa pagava, renovava, e o Banco baixava um pouco. Resultado: colocava a pessoa como cliente na carteira cativa. Ademais, não se preocupava apenas em financiar. Essa observação vale para as instituições de microcrédito. Não há interesse em conceder pequenos créditos. O que me interessa é que a concessão do pequeno crédito seja o primeiro passo para a atividade associativista ou cooperativista, para que o cidadão não mantenha seu armazém do mesmo jeito durante 10 anos, mas consiga melhorar. Assim sendo, o crédito começa pequeno e vai aumentando. Se a pessoa está pagando bem, por que não pensar em um sistema decrescente de juros? Esse é um ponto.

Citarei outro ponto, e o Sr. Reinaldo, que é economista, pode corrigir-me. Sou economista, mas abandonei a profissão há muito tempo. A função clássica dos juros é a de uma renúncia à liquidez, ou seja, em vez de se ter dinheiro no bolso, aplica-se em alguma coisa. A quanto menos renuncio, menos recebo. Há quanto menos tempo renuncio, menos recebo. Se renuncio a R\$10.000,00 e empresto esse valor pelo prazo de um, dois anos, é claro que esse juro deveria ser maior que R\$100,00 ao mês, pelo tempo e pelo volume, crescendo nas duas pontas.

As instituições de microfinanças podem aplicar a política de trabalhar com juro negativo na faixa de 100 a 500, ou 700, dependendo da região, porque se espera que esse pessoal que está entrando hoje no sistema, que será associado à instituição de microfinanças, consiga evoluir. E, quando começarem a evoluir, o dinheiro que se perdeu, o juro negativo, será recebido de retorno. Cria-se a clientela cativa.

Para discutir tudo isso, em detalhes, precisaríamos de um seminário de bastante tempo. Muito obrigado.

O Sr. Marcelo D'Agostini - O sistema financeiro possui muitas questões que precisam ser desmistificadas. Uma delas é a relação inadimplência - taxa de juros. No que diz respeito ao crédito pessoal, de abril de 2002 a abril de 2003 a taxa de inadimplência no nosso País caiu de 8,3% para 7,6%. Os juros subiram de 83% para 102%. Não há uma relação direta entre taxa de inadimplência e taxa de juros.

Quanto ao risco, queria apresentar o conceito de que ele precisa ter um grau de abstração. Se formos olhar a questão do risco estritamente do ponto de vista técnico, não atingiremos as comunidades e camadas necessitadas, a fim de resgatá-las, num patamar de solidariedade, de estímulo a processos, em que o crédito não é realmente a finalidade. Se não houver esse risco, reproduziremos o sistema convencional.

Precisamos dizer o que entendemos por riscos. No nosso caso específico, não encaramos como risco, mas como confiança. O que é crédito? Crédito vem do latim "credere", acreditar, ter confiança. Temos inúmeras experiências de créditos que foram concedidos pelo Banco Popular, cujos tomadores, que chamamos de público, estão em outro patamar. Se fôssemos considerar a questão do risco, não teríamos feito esse empréstimo.

A provocação feita pela Sra. Shirlei procede. As instituições devem ser descentralizadas, estar próximas às comunidades, estimular o associativismo, mas algum grau de coordenação nacional tem de existir. Se não tivermos esse grau de coordenação, teremos experiências localizadas belíssimas, mas a alavancagem e a dimensão social continuarão sendo residuais. Não queremos chegar daqui a três, quatro, cinco, dez anos e estar citando as experiências hoje citadas, que são belíssimas, mas não atingem uma dimensão, uma escala que possa realmente estar beneficiando a imensa parcela da nossa população, que está excluída.

O crédito é só um primeiro passo para se criarem condições de comercialização, para se resgatar uma nova economia. É possível, sim, num outro quadro, o decréscimo das taxas.

O Sr. Presidente - Gostaria de trazer uma rápida reflexão neste dia. Debateremos sobre o que há de melhor e maior da dignidade humana, que é o trabalho coletivo e solidário. Busco as palavras do Presidente Mauri Torres, ao instalar o ciclo de debates, quando manifesta: a economia popular solidária é o resultado da união de trabalhadores e empreendimentos que privilegiam a autogestão do trabalho, a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o consumo ético, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e a diversidade de culturas.

Gostaria também de prestar homenagem a todos que aqui se encontram, vindos de várias partes de Minas Gerais. Acompanho com interesse o trabalho solidário que vocês vêm fazendo em prol do desenvolvimento do Estado. Tive o prazer de acompanhar, pelo meu gabinete, a abertura do debate. Razões me impossibilitaram de estar presente o dia todo, mas talvez este momento de encerramento seja especialmente reservado para este Deputado. Gostaria de homenageá-lo de forma especial.

Quando descí para presidir os destinos deste trabalho, solicitei ao Dr. Jacó Soares, meu assessor jurídico, que cultivava seu sentimento pelo vale do Jequitinhonha e por sua querida Medina, que apresentássemos um projeto de lei relativo ao selo de economia solidária. Como prova do meu reconhecimento, apresentá-lo-emos na segunda-feira. Será lançado o elemento identificador do processo participativo na credibilidade estabelecida entre os trabalhadores e empreendimentos voltados para a autogestão dos trabalhos e a justa distribuição da riqueza, elaborada coletivamente em sua relação com o consumidor final.

Poderemos ter nosso projeto por meio desta Casa e do Legislativo, a nossa lei que virá garantir o trabalho de todos. Como prova desta homenagem, a Assembléia teve o prazer de recepcioná-los, pois é o local mais apropriado para as discussões. Aqui os Deputados estudam, elaboram, discutem e, conseqüentemente, apresentam as leis em defesa do povo mineiro. O debate de hoje trouxe grande contribuição.

Esta Casa acompanhará o desenvolvimento de todas as gestões, com o objetivo de elaborar lei vigorosa, que garanta o selo da economia solidária para Minas Gerais.

A Sra. Shirlei Aparecida A. Silva - Sr. Presidente, o Fórum Mineiro está discutindo amplamente a proposta do selo em várias instâncias. Portanto, queremos convidá-los para integrar essa discussão, já que têm a intenção de trazer proposta pública para o Estado.

O Sr. Presidente - Agradeço muito a sua contribuição, que será muito importante. Na apresentação do projeto, realizaremos audiência pública. Esperamos contar com a presença de todos. A experiência será muito importante para a elaboração do projeto, que garantirá o exercício da cidadania. Mais uma vez, agradeço a presença dos expositores e participantes, que trouxeram suas experiências para a construção de um mundo melhor.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 16, às 8h30min, nos termos do edital de convocação, e para a reunião de debates na mesma data, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 24/6/2003

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Requerimentos nºs 436 e 452/2003; aprovação - Requerimento nº 526/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 534/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 553/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Rogério Correia; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 105/2003; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 37/2003; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 71/2003; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20/2003; discurso do Deputado Durval Ângelo; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rômulo Aloise - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pindaça Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 1ª Fase da 2ª Parte da reunião, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 436/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que solicita ao Secretário de Planejamento informações sobre o projeto que visa à construção de um centro administrativo do Governo do Estado, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 452/2003, da Comissão de Saúde, que solicita ao Secretário de Saúde informações sobre o surto de conjuntivite que atinge Minas Gerais, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 526/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que solicita ao Secretário da Fazenda cópia do atual contrato que rege as relações comerciais entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Itaú S.A. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 526/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 534/2003, da Comissão de Administração Pública, que solicita ao Procurador-Geral do Estado informações sobre as negociações, as perspectivas e o planejamento para o pagamento de precatórios do Estado com atenção aos pontos que menciona e ainda o encaminhamento de cópia do requerimento às autoridades que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 534/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 553/2003, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita aos Secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Defesa Social informações acerca da aplicação do que dispõem os arts. 140 e 141 da Lei Complementar nº 65, de 16/1/2003, que tratam, respectivamente, da integração de servidores públicos investidos na função de Defensor Público na data de publicação da lei e da equiparação dos servidores estaduais no exercício da função de assistente jurídico de penitenciária ao quadro de Defensores Públicos do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 553/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia, solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 20/2003 seja apreciada em último lugar, entre as matérias em discussão. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 105/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimento comercial manter exemplar do Código de Defesa do Consumidor disponível para consulta. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 105/2003 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidades ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 71/2003, da Deputada Maria José Hauelsen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 71/2003 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera os §§ 1º e 4º do art. 128 e o inciso XXVI do art. 90 da Constituição do Estado, e o art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, a proposta. Para discuti-la, com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna num dia muito significativo para a cultura popular e para a fé do nosso povo. Hoje, celebra-se, na Igreja Católica, o dia do profeta São João Batista, aquele que teve a função de preparar os caminhos do Senhor e, pela sua postura profética na defesa da justiça contra qualquer forma de opressão e exploração, foi martirizado e assassinado.

É um dos santos, no imaginário popular, mais queridos, talvez pela sua importância no plano espiritual e por sua intervenção veemente na defesa e no resgate de valores de dois mil anos.

Aproveito essa data para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 20/2003. Todos nós sabemos que Minas Gerais é o único Estado do Brasil em que há essa duplicidade nas Procuradorias. Temos a Procuradoria da Fazenda e a Procuradoria-Geral do Estado. Muitas vezes há grande vácuo na atuação de uma das duas em várias cidades importantes de Minas Gerais. Além de tudo, essa duplicidade representa aumento de despesas do Estado.

A grande dúvida é: por que não foi até hoje votada essa unificação em Plenário, com a tramitação de várias emendas de diferentes Deputados, que não vou enumerar, e a manifestação favorável da Procuradora do Governo anterior e do próprio Governador?

Não foi por causa do forte "lobby" da Secretaria da Fazenda, objeto de denúncias de parlamentares em órgãos da imprensa deste Estado; não foi por causa desse "lobby" em ação e atitudes reprováveis em negociações que foram feitas.

Hoje estamos votando em boa hora essa unificação. Algumas manifestações, algumas mudanças são necessárias nessa emenda. Gostaríamos que o Procurador-Geral do Estado fosse eleito por seus pares em lista tripartite. Essa é uma emenda que vamos apresentar, por entender que democratiza significativamente o processo de escolha. São procedimentos que temos em outros órgãos do Estado e que têm demonstrado esse acerto. Ao Governo compete escolher um dos indicados na lista tripartite.

Uma outra emenda que achamos necessária seria colocar um limitador de não-distribuição de honorários a Procuradores em anistias fiscais. Entendemos que é um verdadeiro absurdo pagar honorários quando o Governo edita anistias fiscais. Não deveríamos ter nenhum tipo de gratificação, nenhuma GEPI para fiscais nem honorários para Procuradores, mas sabemos que essa proposta seria derrotada em Plenário. Então, a apresentação de uma emenda limitando os honorários a ações ajuizadas, julgadas, acordadas num processo judicial já seria um limitador importante na questão do contribuinte.

Outra consideração é que só deveria ser permitido o pagamento dos honorários no final do processo, quando a causa estivesse ganha, e não desde o início já se ter um rateio do que ainda não foi julgado. Seria contar com o ovo ainda na galinha e não depois de colocado. Essa é uma emenda que se faz necessária para darmos um outro ordenamento à Procuradoria-Geral do Estado. A Bancada do PT sempre defendeu essas teses e sempre esteve na linha de frente na defesa da unificação.

Saudamos essa proposta, dentro das 16 que o Governo enviou a esta Casa, como uma proposta boa, como uma proposta correta, que tem o nosso total apoio. Ela já deveria ter sido votada há mais tempo.

Aproveito a discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, que nos leva a pensar sobre a Advocacia-Geral do Estado e todo o sistema judiciário de defesa dos interesses do Estado, para discutir um fato que vem afligindo a todos, que é hoje a ação de uma quadrilha formada por policiais no hipercentro de Belo Horizonte. Arrisco a dizer que não são policiais, são bandidos travestidos de polícia. Como dizia Lúcio Flávio, famoso bandido do filme "Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia": "Polícia é polícia, bandido é bandido. Quem age como bandido não é policial".

Gostaria de destacar com muito louvor a ação da Comissão de Direitos Humanos, que vem acompanhado esse caso com afinco e que deu um novo ordenamento a essa questão da quadrilha de policiais que atuam no hipercentro. Mais uma vez a Comissão de Direitos Humanos está na linha de frente nesta Casa. Temos 11 réus presos, um fugitivo, com prisão decretada, e esperamos que nos próximos dias mais 9 policiais sejam presos. Entendemos que a ação do Ministério Público deveria ser um pouco mais incisiva. Hoje o Ministério Público está trabalhando com dados que estão sendo colocados à sua disposição. Não está tendo um trabalho investigador, de ir atrás desses dados. Achamos que houve um avanço quando o Dr. Nédens Ulisses criou um grupo de trabalho formado por seis Promotores da Vara de Tóxicos, do Crime Organizado e da Promotoria dos Direitos Humanos, sob a coordenação de dois Procuradores, Afonso Henrique e André Ubaldino, para acompanhar esse caso. Esperamos que esses Procuradores dêem um avanço maior na apuração desse caso.

Discutindo a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, que trata do Estado e da Procuradoria do Estado, quero fazer um destaque para as duas Corregedorias, tanto a da Polícia Militar quanto a da Polícia Civil.

Houve um certo vacilo da Polícia Civil, ao pedir o relaxamento da prisão preventiva de três policiais, o que não foi concedido pelo Juiz. Queremos uma Corregedoria com firmeza e com postura de atuação. Ainda há um longo caminho a percorrer. Há um passivo de anos anteriores das duas Corregedorias muito grande. Assim, continuaremos cobrando muito a posição das Corregedorias. Hoje, temos processos paralisados na Corregedoria da Polícia Civil. Muitas vezes, um Corregedor está com 70 a 90 processos, o que é inviável. Na Polícia Militar, temos ainda tratamento diferenciado para oficiais superiores. Deveríamos ter igualdade no tratamento tanto do oficial superior quanto do praça ou mesmo do oficial intermediário ou do subalterno. De qualquer maneira, há um avanço. As polícias estão de parabéns pelas Corregedorias que têm. Elas são o orgulho da maioria dos policiais que agem com justiça e que defendem o interesse da sociedade.

Aproveito também a questão da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, que trata do novo ordenamento jurídico para a defesa do Estado, para dizer o seguinte: o Governador Aécio Neves tem que agir com firmeza na defesa dos bons policiais em Minas. Espero que o Governador encare como um grande alerta o fato de que não existe crime organizado sem a participação de maus policiais. Digo que os exemplos são

muitos. Espero que o Governador aproveite o fato de estar unificando as Procuradorias e implemente, realmente, uma nova ação, um novo ordenamento na polícia. A raiz do crime organizado está nesse conluio de maus policiais. Todos nós conhecemos bons Delegados, excelentes Detetives, grandes policiais militares, que dão a sua vida para a defesa da sociedade. É assim que entendemos que deve ser um agente público e que nós, Deputados, devemos atuar como representantes do povo.

Nessa discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, aproveito, Sr. Presidente, para dizer o seguinte: uma Procuradoria unificada defenderá muito mais os interesses do Estado.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Nobre companheiro Durval Ângelo, é um prazer vê-lo, no início dos trabalhos desta Casa. Não poderia deixar de ratificar tudo aquilo que V. Exa. acaba de dizer na tribuna. É bom lembrar que não se faz segurança sem dinheiro, que não se faz segurança só com discurso e reunindo a cúpula da segurança de portas abertas para a imprensa, dizendo para o bandido tudo o que acontecerá. Estou vendo, neste Governo, muito mais discurso e tribuna do que ação. Estou vendo estardalhaços e estardalhaços e, em todos os finais de semana, 28 a 32 crimes são cometidos, principalmente assassinatos e latrocínios. Culpam a polícia, mas se esquecem de que ela não tem petróleo para andar de carro, que o colete usado já tem seis anos de vencimento e que o policial sai com cinco munições. Se ele der um tiro para tentar se defender, é instaurado um processo administrativo para ele responder. As pessoas esquecem que, na patrulha, um cidadão que tinha 8 horas de turno, hoje só tem 6 horas, e que há uma determinação de que não se pode rodar, em 8 horas, mais de 60km com a viatura. Isso mostra a fragilidade. Acham que o crime organizado não sabe disso? É claro que sabe. Espero que o Governador se reúna com os responsáveis e diga: "Não vão para a imprensa, não divulguem, antes, a ação. Do contrário, vocês estarão passando para o banditismo tudo aquilo que queremos fazer. Eles saberão dos fatos, antes de efetuarmos as ações".

Quero dizer ao Governador que faço parte da base do Governo, mas não é por isso que tenho que aceitar tudo sorrindo.

O Deputado Durval Ângelo* - Uma base crítica, não é, Deputado?

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Também. Acho que o Governador é muito simpático e delicado, com quem tenho um relacionamento muito bom, mas não se faz segurança cortando 30% do orçamento da Polícia Militar e 20% da Polícia Civil. Segurança se faz é com dinheiro, é com um pagamento decente, é sabendo que o policial está trabalhando para que sua família não more na favela, para que seu aluguel, sua energia elétrica e sua água sejam pagos. Ou seja, terá tranquilidade para colocar pelo menos 90% de seu trabalho em atividade para a população.

Então, quero deixar dito com todas as letras: Governador Aécio Neves, sou base do Governo, mas não sou vaquinha de presépio. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo* - Agradeço o aparte do Deputado Alberto Bejani, sei do conhecimento muito grande que V. Exa. tem nessa área, como membro da Comissão de Segurança Pública. Acho que V. Exa. tem razão, e, a meu ver, temos que discutir o adicional de periculosidade para os policiais, já presente em muitos Estados e que é fundamental.

São fundamentais a melhoria e a reequiparação das polícias. O Governo fez um plano nacional, e um dos seus aspectos é o repasse, daqui a 10 dias, de R\$38.000.000,00 para Minas Gerais, a licitação já está sendo feita. O Governo Lula sabe que segurança se faz é com dinheiro, com recursos, mas, mesmo que mais duas ou três parcelas com essa sejam distribuídas ainda este ano, são insuficientes, porque, para estruturarmos a polícia, são necessários recursos locais, do próprio Governo do Estado.

Concordo plenamente com o Deputado Alberto Bejani, mas vejo que estamos tendo avanços. Se conseguirmos aprovar os dez projetos de lei sobre segurança pública que estão tramitando no Congresso Nacional, que são projetos antigos, e há acordo na Câmara dos Deputados para que sejam aprovados nesta semana, daremos um passo grande nessa estrutura legal.

É importante pensarmos que segurança se faz com a população, é preciso haver confiança maior da população em suas polícias, somente assim conseguiremos combater o crime. E, em última instância, a paz também é fruto da justiça, como dizia o profeta Isaías, só conseguiremos paz se tivermos justiça social. Com índices sociais tão terríveis como temos, teremos sempre um pavio de pólvora pronto para ser aceso.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Deputado Durval Ângelo, estou plenamente de acordo, segurança pública se faz com dinheiro, isso é fundamental.

É importante destacar que hoje a segurança pública está a cargo dos Governos Estaduais, e é importante que o PT faça gestões junto ao Presidente Lula, ao Ministro José Dirceu e ao Ministro da Fazenda para que os Estados brasileiros, que estão com a maior responsabilidade em relação à segurança pública, criem, por meio da CPMF, um fundo para que tenham um volume maior de recursos para ser aplicado na segurança pública, que, a nosso ver, é a prioridade número um do Brasil. Há 10 ou 15 anos, já tivemos a saúde como prioridade, depois a educação, temas que continuam, mas que já tiveram um tratamento diferenciado e que evoluíram muito no Brasil. Depois, houve a questão do meio ambiente, e hoje o tema central e principal no Brasil, que aflige a maioria dos brasileiros, após o desemprego, é a segurança pública, e ambos estão relacionados. É fundamental a criação de um fundo, com recursos da CPMF, para que haja repasse aos Estados para investimentos na área de segurança pública. E solicitamos a V. Exa., com toda sua influência junto ao PT e à base do Governo Federal, que nos ajude na criação desse fundo, para que os Estados possam combater a violência. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo* - Deputado Zé Maia, esta Casa aprovou um projeto do Deputado Anderson Aduato, relativo à lei do fundo, que prevê muitos recursos para a segurança. A questão é colocá-la em prática. Mas acho que o objetivo do Governo Federal, do Governo Lula, é liberar recursos. Tivemos, nos quatro anos do Governo Itamar Franco, a liberação de R\$18.000.000,00 para a segurança pública, ocorrida no penúltimo ano, pelo Governo FHC. A primeira parcela, agora, para o Governo de Minas, é de R\$38.000.000,00. Também outros Estados estão sendo beneficiados, e essa consciência o Governo está tendo. Mas necessitamos de um fundo permanente para segurança. Fontes, podemos discuti-las, mas há necessidade de fontes estaduais também, e, portanto, precisamos criá-las. Havia em Minas um fundo penitenciário que, ao final do Governo Azeredo, tinha saldo de R\$22.000.000,00. Esse dinheiro não foi aplicado nem na segurança nem na questão penitenciária. E, em seguida, esse fundo, formado praticamente por custas e multas em processos judiciais, foi extinto. A arrecadação continuou sendo feita, e era, em média, de cerca de R\$2.000.000,00 por mês. Quem sabe poderíamos recompor essa antiga estrutura? Também a questão da CPMF é uma discussão a ser feita.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Nobre Deputado Durval Ângelo, cumprimento-o pela maneira calma que norteia V. Exa. hoje no uso da tribuna desta Casa. Parece que V. Exa. hoje aqui chegou tranqüilo, não usando um tom agressivo em suas palavras. Cumprimento-o por ter exposto ao Plenário a necessidade da unificação das Procuradorias. Discutimos, no ano passado, o absurdo acontecimento de Procuradores que, na anistia, ganharam até R\$100.000,00 por mês. V. Exa. se lembra muito bem dessa questão.

Mas, devido à importância da sua discussão, e notando que não há quórum para discutir a questão, gostaríamos que a matéria fosse discutida em outra oportunidade, com a presença de maior número de Deputados. Gostaria que V. Exa. solicitasse à Presidência o encerramento da reunião, já que não temos quórum para continuar a discussão da proposta de emenda à Constituição.

O Deputado Durval Ângelo* - Aceito as ponderações de V. Exa.. Quanto à questão da calma e da tranquilidade, hoje é Dia de São João Batista, dia importante no imaginário popular, e creio que minha calma e tranquilidade são em razão disso. Creio que elas também se dão pela certeza de que as instituições, se quiserem, no estado democrático de direito, podem cumprir seu papel na defesa do povo.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, o tema que V. Exa. aborda é de extrema importância. Fazemos coro com suas palavras, dizendo que há uma enorme complexidade na questão da segurança pública. Hoje, temos a consciência plena de que um ou mais Deputados ou uma comissão não seriam suficientes para abraçar o tamanho do problema da segurança pública. Precisamos nos unir, nas Comissões de Direitos Humanos, de Segurança Pública, juntamente com os demais parlamentares desta Casa para solucionar o problema de Minas Gerais.

Sabemos perfeitamente que a segurança pública, por sua complexidade, envolve problemas e demanda ações das três esferas de governo: municipal, estadual e federal. Sem querer discutir as causas e as políticas públicas sociais, este é o momento para que a resposta à questão da segurança pública seja dada de forma efetiva e rápida. Há, hoje, duas atitudes que o Governo Federal deveria eleger como prioritárias. Em primeiro lugar, a votação dos projetos que estão tramitando a passos de tartaruga no Congresso Nacional. A votação desses projetos deve estar na ordem do dia do Governo Federal, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, pois é imprescindível que se dê aos policiais, Promotores e Juizes um instrumento jurídico que seja eficaz para fazer frente à criminalidade, principalmente ao crime organizado, que vem assolando o nosso País. Mas, para isso, é necessária a vontade do Executivo Federal. Como diz o Presidente José Genoíno, do PT, o qual preside uma luta que é de todos, a questão da segurança pública é para ontem, e precisamos que os Deputados Federais, os Senadores e, principalmente, o Executivo Federal tenham a mesma consciência. Sabemos que o Executivo Federal tem grande influência, já que 85% dos projetos aprovados nas últimas legislaturas foram de sua iniciativa, e precisamos muito que o Ministro e o Presidente da República se empenhem politicamente.

Por outro lado, há o contrabando de armas e o tráfico de drogas. As fronteiras do Brasil estão livres para o crime, e o reflexo disso é perverso para o cidadão, que sofre a violência nos Estados e nos municípios porque o Governo Federal deixa de tomar essas providências. Não estou querendo jogar pedra no Governo Lula, mesmo porque o apoiei desde o primeiro momento; aliás, fui o primeiro Deputado do meu partido a declarar apoio a Lula, em quem votei nas quatro vezes em que disputou a Presidência. Mas precisamos desse empenho de todos. Essas medidas de âmbito federal devem ser executadas, mas não podemos nos esquecer das responsabilidades do Estado e dos municípios. O Prefeito Fernando Pimentel está criando a Guarda Municipal, mas, infelizmente, está delegando-a a uma pessoa que não faz jus ao cargo: o Cel. Jairo Mário Borges, que massacrrou os Cadetes da Polícia Militar e saiu da Academia da Polícia Militar, que, aliás, tratava como sua fazenda, ditando suas regras. Mas essa é outra discussão, e V. Exa. conhece o assunto tanto quanto eu.

Bem, tenho feito um apelo constante da tribuna para que realizemos uma audiência com o Ministro Tomás Bastos, para tentar sensibilizá-lo a liberar o mais rapidamente possível os R\$35.000.000,00 do Governo Federal. Também precisamos cobrar do Governador Aécio Neves - e já apresentei requerimento nesse sentido - informações relativas às contribuições das taxas de segurança pública dos exercícios de 2001 e 2002, para nos balizarmos para o orçamento de setembro. Aqui, pedimos também o apoio de V. Exa. e de sua bancada para que coloquemos isso no orçamento do próximo ano, solicitando do Governo o seu empenho. Em caso negativo, podemos exigir do Governo esse cumprimento, porque o Estado não pode fugir às suas responsabilidades. Com a taxa que foi aprovada - que era de R\$33,00 e está hoje em R\$47,00, ao que me parece -, o cidadão deve ter pago cerca de R\$200.000.000,00 ao ano, apenas de taxa de segurança pública.

Quem sofre com o corte de despesas são as Polícias Militar e Civil, o setor prisional e o Corpo de Bombeiros. Felizmente, o Governador atendeu a esse apelo e fez novos investimentos. É uma questão muito complexa. O desdobramento do contrabando de armas e do tráfico de drogas nas fronteiras, que são de responsabilidade do Governo, é perverso para os cidadãos, resultando em morte de vários policiais nos Estados. Além da questão federal, temos essa cobrança no plano estadual.

A Câmara aprovou e o Prefeito Fernando Pimentel sancionou o Código de Posturas. Há situações em que a fiscalização municipal poderia contribuir para a segurança pública no fechamento de bares que funcionam irregularmente na zona boêmia, de estabelecimentos propícios ao crescimento das agressões, das tentativas de homicídio e dos chamados pequenos delitos. O próprio Código de Posturas poderia fazer frente a isso. É o caso da rua bem iluminada, o lote vago capinado, etc., situações que envolvem o município.

Teremos uma audiência na Comissão de Segurança Pública, solicitada pelo Deputado Alencar da Silveira Jr. para discutir a violência contra os motoristas de táxi, coletivos e cobradores, que estão à mercê dos marginais. Precisamos de firmeza por parte do Poder Executivo. Não podemos admitir que o Estado se transforme na baderna, na bagunça e no crime, como aconteceu ao Estado do Rio de Janeiro. Contamos com o apoio de V. Exa., porque juntos teremos mais força para encaminhar as questões da segurança pública em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo* - Deputado Sargento Rodrigues, agradeço o aparte de V. Exa. Em razão dessa ação conjunta, particularmente no hipercentro, que envolve questões de segurança e violações de direitos humanos, aprovamos na semana passada, na Comissão de Direitos Humanos, a realização de uma reunião conjunta das duas comissões para a próxima quinta-feira para discutirmos essa questão. O que nos interessa é a melhoria das condições de vida do povo, é a segurança. Se pudessem aprovar o requerimento hoje, poderíamos traçar uma ação. Temos até algumas idéias relativas ao hipercentro já discutidas com o Prefeito Fernando Pimentel. Ele quer instituir o programa tolerância zero no hipercentro. Acho que as duas comissões da Assembléia e o Ministério Público podem contribuir muito para isso. Mas vou deixar essa questão para discutirmos, em conjunto, na reunião de quinta-feira. Discutiremos também uma mudança na Lei Orgânica da Polícia Civil. Acho que hoje não poderia haver casos de policiais com oito processos com algumas condenações e ainda continuar atuando na polícia. Isso é um absurdo. Por exemplo, o Kennedy está com dois júris marcados por assassinato; o Ganso, que foi expulso da Polícia Militar, hoje é policial civil, apesar de haver três denúncias e três inquéritos sobre assassinatos de prostitutas, continua usando o distintivo de polícia. Acho que essa reunião conjunta vai contribuir muito para essa questão.

O Presidente da Câmara Federal, João Paulo, instituiu esta semana como a Semana da Segurança, quando só serão votados projetos de segurança. Poderíamos discutir com o Presidente, Deputado Mauri Torres, para que fosse destinada uma semana nesta Assembléia para serem votados projetos da área de segurança.

Em relação à vontade política para a liberação de recursos do Governo Federal, o Estado já está autorizado a fazer a licitação. Já foram levantados o número de veículos, equipamentos, e a licitação começa na próxima semana.

Assim que for concluída a licitação, o dinheiro entra. O Espírito Santo, por exemplo, já recebeu. É ato contínuo, a licitação fica pronta para fazer a compra, e os recursos vêm. Isso já é garantido. Parece-me que já houve o adiantamento de 3 ou 4 milhões para um programa emergencial e que já foram repassados.

Mas acho as duas comissões deveriam ir a Brasília discutir outras coisas como, por exemplo, a questão das leis que tratam de armamentos. As reuniões estão muito emperradas. O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, disse que hoje será votado o pacote da segurança, mas não o pacote de armas. Por quê? Porque o "lobby" está muito duro. É a chamada "bancada da arma". Não sei se vocês sabem, mas existe a "bancada da arma" no Congresso Nacional, financiada até por indústria de armamentos. Não vou citar nomes, mas nessa bancada estão Deputados de Rondônia e de Roraima que já estiveram envolvidos na CPI do Narcotráfico, mas não foram cassados. Então, dos 10 projetos em tramitação, o único é esse, por causa da pressão da "bancada da arma". Acho até que Minas poderia fazer um movimento para que esse projeto fosse votado.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Para concluir, gostaria de dizer que V. Exa. deu duas idéias que vamos acatar. Aproveito a presença do Presidente para falar que a primeira idéia é a criação da Semana da Segurança Pública. Temos vários projetos tramitando e poderíamos fazer um esforço concentrado para votá-los. Podemos seguir o exemplo da Câmara dos Deputados, e esta Casa, assim, faria um esforço em nome do cidadão e do respeito à vida. Sabemos perfeitamente que segurança pública significa respeito à vida.

Rapidamente, Deputado Durval Ângelo, gostaria de abordar mais dois pontos. O projeto do Deputado Anderson Adauto instituindo o Fundo de Segurança foi derrotado em 2º turno, na legislatura passada. Já o reapresentei, e poderíamos incluí-lo também. O projeto do Deputado Miguel Martini diz respeito ao celular pré-pago, e existem outros, como uma proposta de emenda à Constituição do Deputado Neider Moreira, que estabelece a destinação de verba para a segurança como prioridade para o Estado. Então, temos vários projetos relacionados com a segurança que poderiam ser votados aqui.

Por último, quero revelar a V. Exa. minha indignação com relação ao Prefeito Fernando Pimentel. A Comissão de Segurança Pública está disposta a dar essa contribuição. Mas o Prefeito precisa nos receber. Ele não recebe os Deputados. Existem reclamações até de Deputados do PT. Ou o Prefeito Fernando Pimentel irá receber Deputados somente quando se aproximarem as eleições de 2004? Faço esse desabafo com V. Exa. porque apoiei a candidaduta de Célio de Castro e Fernando Pimentel. Mas, infelizmente, a resposta que temos tido do Prefeito não está à altura. Ele não dá atenção nem recebe os Deputados como deveria. Há quase seis meses estamos tentando uma audiência com o Prefeito, mas ele se nega a nos receber. Fica aqui o nosso desabafo.

O Deputado Durval Ângelo* - Prefeito. Mas este Deputado não tem tido problemas para conversar com o Prefeito Fernando Pimentel. Ontem mesmo conversei com ele. Consegui marcar audiência para vários Deputados, e o Deputado Rêmolo Aloise foi recebido em uma semana, assim como o Deputado Arlen Santiago. Acho que os Deputados do PT também não têm do que reclamar, porque o Fernando até se colocou à disposição deles e já esteve aqui para se reunir com a bancada. Mas, se V. Exa. está tendo dificuldades, pode ser algum problema de agenda por parte de secretária, problema esse que não chega ao Prefeito. Vou levar sua reclamação porque acho que uma das características do Governo Fernando Pimentel é conversar com todo o mundo. Entendo até que ele tem uma agenda muito cheia, mas é uma pessoa sempre disponível. Prometo levar a reclamação de V. Exa. e acredito que essa audiência será marcada para a próxima semana. Concordo com V. Exa. É obrigação de todo homem público receber. Eu mesmo havia solicitado uma audiência com o Governo para falar sobre um problema ocorrido no Sul de Minas em janeiro, mas até hoje não fui recebido. No entanto, acho que o Prefeito tem que recebê-lo.

V. Exa. é de um partido que integra a base municipal de apoio e tem apoiado o Prefeito em todas as decisões, tem dado uma colaboração importante em alguns cargos da administração. Agora, mais uma autarquia importante está sendo presidida pelo Presidente estadual do PDT, Manoel Costa. Acho que é mais que justa essa reivindicação e essa cobrança.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, não temos quórum para continuar a reunião. Nos 20 minutos que me restam, na próxima reunião, iremos discutir esse projeto. Solicito o encerramento, de plano, da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 10ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/7/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 9h30min do dia 1º/7/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 411/2003, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 594 e 661/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 654/2003, do Deputado Neider Moreira; 688/2003, do Deputado Fábio Avelar; 702/2003, do Deputado Gil Pereira.

Requerimentos nºs 892/2003, do Deputado Chico Simões; 906/2003, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 19/7/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 907 e 917/2003, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: apreciar a matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 17h30min do dia 30/6/2003, destinada a homenagear o Sr. José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.

Palácio da Inconfidência, 27 de junho de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Chico Rafael, Dinis Pinheiro, Jô Moraes e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/6/2003, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei Complementar nºs 4/2003 e 24/2003, os Projetos de Lei nºs 126, 87 e 722/2003 e de se apreciarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2003.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Neider Moreira, Bonifácio Mourão, Adalclever Lopes e Chico Simões, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/6/2003, às 14 ou às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator, em 1º turno, e de se discutirem e votarem proposição da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2003.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 20/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Adalclever Lopes, Durval Ângelo e José Milton, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/6/2003, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o parecer sobre as Emendas nºs 1 a 5 apresentadas em Plenário.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Chico Simões, Gil Pereira, Irani Barbosa, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 30/6/2003, às 16 horas, e 1º/7/2003, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 26 e 28/2003, do Governador do Estado, e Projetos de Lei nºs 304/2003, da Deputada Ana Maria; 717 a 719 e 722/2003, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2003.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Membros das Comissões Permanentes (art. 204, § 1º) e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco, pela Comissão de Administração Pública, os Deputados Domingos Sávio e Dalmo Ribeiro Silva; pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, os Deputados João Bittar e Gilberto Abramo; pela Comissão de Constituição e Justiça, os Deputados Sebastião Navarro Vieira e Weliton Prado; pela Comissão de Defesa do Consumidor, as Deputadas Lúcia Pacífico e Vanessa Lucas; pela Comissão de Direitos Humanos, os Deputados Durval Ângelo e Roberto Ramos; pela Comissão de Educação, os Deputados Adalclever Lopes e Ana Maria; pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, os Deputados Maria José Haueisen e Doutor Ronaldo; pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, os Deputados Doutor Viana e Padre João; pela Comissão de Saúde, os Deputados Ricardo Duarte e Fahim Sawan; pela Comissão de Segurança Pública, os Deputados Sargento Rodrigues e Olinto Godinho; pela Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, os Deputados Célio Moreira e Marília Campos; pela Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, os Deputados Dimas Fabiano e Ivair Nogueira; pela Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, os Deputados Gustavo Valadares e Elmiro Nascimento, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes (art. 204, § 1º); e os Deputados Jayro Lessa, Chico Simões, Gil Pereira, Irani Barbosa, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões a serem realizadas em 1º/7/2003, terça-feira, às 10 horas e às 14h15min; 2/7/2003, quarta-feira, às 9h45min e às 14h30min; e 3/7/2003, quinta-feira, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para Turno Único dos Projetos de Lei nºs 715 e 723/2003, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2003.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer Sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 51/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Chico Rafael, Márcio Passos e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/7/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2003.

Sebastião Helvécio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Chico Simões, Gil Pereira, Irani Barbosa, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/7/2003, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 26 e 28/2003, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 304/2003, da Deputada Ana Maria; 717 a 720 e 722/2003, do Governador do Estado e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2003.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jô Moraes, Adalclever Lopes, Leonardo Moreira e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/7/2003, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputada Maria José Haueisen, o Projeto de Lei nº 67/2003 institui o Programa de Seguro Agrícola no Estado de Minas Gerais.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 22/2/2003, foi a proposição distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Cabe-nos examinar a matéria nos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Fundamentação

O projeto institui o Programa de Seguro Agrícola, destinado a desobrigar o produtor rural de liquidar operações de crédito quando ocorrerem fenômenos naturais que comprometam culturas agrícolas, e autoriza o Poder Executivo a constituir uma companhia de seguros, encarregada de implementar e administrar esse programa.

Trata-se, inegavelmente, de medida de amplo alcance social, ao procurar dar mais tranquilidade aos produtores rurais na contratação de empréstimos para o financiamento de atividades agrícolas e na cobertura de safra.

A Constituição Estadual, no inciso IV do art. 247, prevê o seguro agrícola como um dos instrumentos da política agrícola. Não obstante isto, a competência do Estado para dispor sobre o assunto é bastante limitada, em face do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, o qual insere entre as atribuições privativas da União legislar sobre seguros. Dessa forma, a atuação do Estado deve ser entendida como de natureza administrativa, vale dizer, de implementação das regras estabelecidas no plano federal.

O Decreto Estadual nº 40.640, de 14/10/99, determinou a transferência de todos os seguros realizados por órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e sociedades anônimas para a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP. Segundo o Executivo, tal providência era necessária em razão dos preços praticados pela COESP e por ser a única seguradora que atuava no ramo do seguro agrícola no País. (Grifo nosso.)

Em nossa avaliação, o disciplinamento do seguro agrícola no plano estadual não deve nem pode se resumir ao que consta no mencionado decreto. Quando o constituinte de 1989 inseriu o seguro agrícola na Constituição do Estado, ele conhecia bem a dimensão do território mineiro e a sua vocação agrícola. Portanto, o poder público deveria criar mecanismos que amparassem essa atividade produtiva em caso de sinistro. Para isso, seria necessário ou criar entidade ou autorizar as existentes a operar nessa modalidade de seguro.

Pela Constituição do Estado, a iniciativa para inaugurar o processo legislativo para a criação de órgãos e entidades na esfera do Executivo cabe ao Governador do Estado. Porém, as proposições relativas especificamente ao seguro agrícola estão afetas à política rural, a qual, nos termos do § 1º do art. 247, é disciplinada em lei, cuja iniciativa não está reservada ao Executivo.

No Substitutivo nº 1, apresentado na conclusão deste parecer, reafirmamos a obrigação do Estado de operar no ramo do seguro agrícola, e não de apenas contratar com terceiros o seguro agrícola. Com essa proposta, resgatamos a essência do dispositivo constitucional.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 67/2003 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre o seguro agrícola.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É obrigação do Estado, diretamente, operar o seguro agrícola, destinado a cobrir safra e a desobrigar o produtor rural de liquidar operações de crédito realizadas com órgãos e entidades do poder público estadual, quando ocorrerem fenômenos naturais que comprometam as culturas agrícolas financiadas.

Parágrafo único - A instituição do seguro de que trata o "caput" deste artigo será feita gradualmente pelo Estado, no prazo de até dois anos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Paulo Piau, relator - Ermano Batista - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares.

* - Fica sem efeito a publicação do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 67/2003, publicado na edição de 26/6/2003, na pág. 25, col. 4.

Relatório

O Projeto de Lei nº 633/2003, do Deputado Paulo Piau, "acrescenta dispositivo à Lei nº 12.237, de 5 de julho de 1996, que alterou a Lei nº 10.628, de 16 de janeiro de 1992, que estabelece a organização e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instituído no art. 231 da Constituição do Estado".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 17/4/2003, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Turismo, Indústria e Comércio.

Compete a esta Comissão, nos termos dos arts. 102, III, "a", e 188 do Regimento Interno, examinar a juridicidade, a constitucionalidade e a legalidade da proposição.

Fundamentação

A proposta do Deputado Paulo Piau objetiva, em síntese, incluir, na composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, dois representantes da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - OCEMG - e dois do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais - SEBRAE-MG.

Previsto no art. 231 da Constituição mineira, o Conselho, órgão subordinado ao Governador do Estado, tem como objetivos centrais propor o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e coordenar a política de desenvolvimento socioeconômico do Estado. De acordo com o §1º do dispositivo, ele deve ser integrado, necessariamente, por representantes da sociedade civil.

A Lei Estadual nº 12.237, de 1996, dá ao Conselho uma composição bastante plural, com representantes de setores da sociedade civil e dos poderes públicos. A inclusão da OCEMG e do SEBRAE-MG no Conselho, sem dúvida robustecerá a sua composição, já que tais entidades possuem reconhecida expressão político-social, sendo capazes de colaborar, significativamente, no estabelecimento da política mineira de desenvolvimento econômico e social.

O projeto em análise cuida tão-somente de incluir representantes no mencionado órgão colegiado, não incorrendo em vício jurídico de natureza formal, uma vez que não incide sobre a organização do Poder Executivo ou a estruturação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Não há, na hipótese sob comento, invasão, pelo Legislativo, da esfera de competência do Executivo.

Ademais, a medida proposta encontra-se em harmonia com o princípio democrático, alicerce de nossa Constituição republicana. A inserção, no citado Conselho, de representantes da OCEMG e do SEBRAE-MG democratiza sua composição, pois assegura a participação de entidades integradas por produtores de pequeno porte.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 633/2003.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Ermano Batista, relator - Gustavo Valadares - Gilberto Abramo.

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 723/2003

Dispõe sobre as despesas do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG - com os prestadores de serviços de assistência à saúde e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial em favor do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG -, até o limite de R\$ 36.532.084,00 (trinta e seis milhões quinhentos e trinta e dois mil e oitenta e quatro reais), para pagamento de despesas realizadas por aquela entidade em exercícios orçamentários anteriores e não previstas no exercício de origem.

Art. 2º - A despesa de que trata o art. 1º será apropriada em atividade específica de acordo com o objeto do gasto desde que observados:

I - revisão das contas pelo sistema de controle do IPSEMG;

II - reconhecimento e atestado da realização da despesa pelas unidades administrativas competentes;

III - convalidação das despesas pelo Conselho Deliberativo do IPSEMG, até o limite do crédito autorizado no art. 1º desta lei.

Art. 3º - Efetuado o procedimento previsto no art. 2º, caberá à Secretaria de Estado da Fazenda proceder, em conjunto com o IPSEMG, ao processo de organização do pagamento dos débitos.

Art. 4º - Os recursos para atender ao disposto no art. 1º serão decorrentes da anulação da dotação orçamentária referente aos encargos devidos pelo Tesouro do Estado, a que se refere o parágrafo único do art. 80 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002.

Parágrafo único - A anulação da dotação a que se refere o "caput" deste artigo não implicará aumento do estoque da dívida do Tesouro do Estado para com o IPSEMG.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, de de 2003.

Bloco PT-PCdoB

Justificação: A Constituição da República dispõe, no inciso II e no "caput" do art. 167, que são vedadas a realização de despesa e a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais. No mesmo sentido, dispõe a Carta Estadual, em seu art. 161, II.

Conforme definição dada pela Lei nº 4.320, de 17/3/64, são créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária anual. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Ainda, de acordo com o estabelecido na mencionada norma, os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo, sendo vedada a sua abertura sem a indicação dos recursos correspondentes. A sua abertura depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa, sendo considerados recursos disponíveis, desde que não comprometido o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, os provenientes de excesso de arrecadação, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei, e o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

O projeto, ao tratar da apropriação de despesa realizada em exercícios anteriores, sem a devida cobertura orçamentária, propõe a alteração do orçamento de 2003 e a necessária inclusão de nova despesa, não prevista anteriormente, entre as despesas listadas para o exercício atual. O art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964, estabelece que a Lei Orçamentária conterá a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade. O princípio da anualidade traz na sua essência a determinação de que o orçamento deve ser elaborado por um período definido de tempo, podendo este coincidir ou não com o ano civil. No Brasil, o período abrangido pelo orçamento anual é coincidente com o ano civil, nos termos do art. 34 da mencionada norma. Ainda, de acordo com a lei, em seu art. 35, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

De acordo com a mensagem encaminhada a esta Casa "o projeto de lei visa a acobertar as despesas de exercícios anteriores, realizadas sem a devida cobertura orçamentária". Dessa afirmação, infere-se que as referidas despesas não foram empenhadas nos exercícios anteriores, já que não existiam as dotações orçamentárias necessárias à sua cobertura. É que o "caput" do art. 59 da Lei nº 4.320, de 1964, estabelece que o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos. Ressalte-se que o art. 60 da norma veda a realização de despesa sem o prévio empenho.

A inclusão de despesas realizadas em exercícios anteriores é admitida em duas hipóteses. Na primeira hipótese, enquadram-se as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. São os denominados "Restos a Pagar". Tal medida visa a possibilitar o pagamento da despesa para a qual o orçamento do exercício em que foi originada consignava crédito próprio, estando prevista no art. 36 da Lei nº 4.320, de 1964.

Na segunda hipótese, prevista no art. 37 da citada Lei nº 4.320, as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica. Em ambos os casos, fica evidenciada a necessária cobertura orçamentária para as despesas.

Dessa maneira, evidencia-se também que a realização de despesa sem a devida cobertura orçamentária, conforme se infere da proposição, é ato eivado de vício de ilegalidade, porque atenta contra a norma orçamentária.

A Lei nº 14.184, de 31/1/2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual, estabelece procedimentos para a anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos. Reza o seu art. 64 que "a administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos".

Ensina o ilustre professor Celso Antônio Bandeira de Mello que "a convalidação é o suprimento da invalidade de um ato, com efeitos retroativos. Esse suprimento pode derivar de um ato da Administração ou de um ato do particular afetado pelo provimento viciado" ("Curso de Direito Administrativo", 10ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 1998, p. 297.). De acordo com o autor, só podem ser convalidados os atos que possam ser produzidos validamente no presente, sendo que só são convalidáveis os atos que possam ser legitimamente produzidos.

O professor Weida Zancaner, ao discorrer sobre a obrigação de a administração pública invalidar ou convalidar os atos administrativos, afirma que sempre que o ato é sanável e não foi impugnado pelo interessado a administração deve convalidá-lo. Da mesma maneira, "sempre que esteja perante ato insuscetível de convalidação, terá a obrigação de invalidá-lo, a menos, evidentemente, que a situação gerada pelo ato viciado já esteja estabilizada pelo Direito" ("Op. cit.", p. 300.).

De acordo com a mensagem, as faturas e os valores relativos às despesas mencionadas correspondem efetivamente à prestação de serviços de assistência à saúde ao usuário do IPSEMG, tendo sido objeto de conferência detalhada e minuciosa e reconhecidos como devidos pelo Instituto. O pagamento desses valores, com a inclusão das despesas de exercícios anteriores no orçamento vigente, visa possibilitar que o IPSEMG honre seus compromissos com a rede conveniada, "não comprometendo o cumprimento de sua função precípua, qual seja prestar serviços de assistência à saúde ao servidor público do Estado de Minas, com eficiência".

Para Bandeira de Mello, "um dos interesses fundamentais do Direito é a estabilidade das relações constituídas. É a pacificação dos vínculos estabelecidos, a fim de se preservar a ordem. Esse princípio importa muitos mais no Direito Administrativo do que no Direito Privado. É que os atos administrativos têm repercussão mais ampla, alcançando inúmeros sujeitos, uns direta e outros indiretamente (...) Interferem com a ordem e a estabilidade das relações sociais em escala muito maior" ("Op. cit.", p. 297.). Nesse caso, a convalidação não atenta contra o princípio da legalidade, pois é solução que objetiva a pacificação das relações, mesmo tendo sido os atos invalidamente produzidos. "Portanto, não é repugnante ao Direito Administrativo a hipótese de convalidação dos atos inválidos" ("Op. cit.", p. 298.).

Ressalte-se que a convalidação dos atos inválidos não exige de responsabilização os agentes, se apuradas as irregularidades.

A autorização de apropriação, no exercício de 2003, de despesas realizadas pelo IPSEMG junto a prestadores de serviços de assistência à saúde

em exercícios orçamentários anteriores, conforme consta no art. 1º da proposição, é medida necessária para que os serviços públicos prestados pela autarquia não sejam interrompidos. No entanto, o artigo merece ser aprimorado, assim como outros dispositivos da proposição.

O art. 2º do projeto trata de estabelecer condições para a apropriação das despesas em atividade específica no orçamento vigente, estando, entre as mencionadas condições, a sua convalidação pelo Conselho Deliberativo do IPSEMG. Convalidadas as despesas, estas devem ser pagas, e o pagamento só será possível mediante a inclusão de previsão específica no orçamento vigente, conforme estabelecido no art. 1º do projeto.

O art. 5º da proposição, que indica a fonte de recursos para a abertura do crédito especial necessário ao pagamento das despesas convalidadas, também necessita de aprimoramento.

Ao tratar o referido projeto como medida necessária e única para que o IPSEMG possa saldar os seus compromissos junto à rede conveniada, não comprometendo a sua função precípua de prestar serviços de assistência à saúde ao servidor público estadual, evitando a sua interrupção, esta relatoria considera importante ressaltar que a autarquia vem sofrendo, continuamente, com a ausência dos repasses previstos legalmente, a serem efetuados pelo Tesouro Estadual.

Com base na Lei nº 12.992, de 30/9/98, foi feito o acerto de contas entre o Tesouro do Estado e o IPSEMG, em dezembro desse ano, relativo às contribuições de custeio do benefício de pensão e de assistência à saúde dos servidores e das entidades patronais, que não haviam sido repassadas à autarquia. Com o advento da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, a dívida do Tesouro para com o Instituto foi reconhecida, sendo que a sua forma de pagamento foi definida no art. 80, que estabelece:

"Art. 80 - Sessenta por cento da dívida do Tesouro do Estado para com o IPSEMG, decorrente do atraso no recolhimento das contribuições previdenciárias e das consignações facultativas, serão compensados mensalmente, no valor equivalente à diferença entre a receita das contribuições estabelecidas até a data de publicação desta lei complementar, destinadas ao custeio dos benefícios a que se refere o inciso II do art. 6º, cobradas dos segurados que ingressaram no Estado até 31 de dezembro de 2001, e o pagamento dos benefícios previstos nesse inciso, para esses mesmos segurados.

Parágrafo único - Os 40% (quarenta por cento) restantes da dívida a que se refere o "caput" deste artigo serão pagos em até trezentas e sessenta vezes, na forma do regulamento".

Ocorre que, conforme se depreende das informações por nós obtidas junto aos servidores do Instituto, o pagamento da dívida não vem sendo feito, e as parcelas relativas ao estabelecido no parágrafo único do dispositivo mencionado não vêm sendo quitadas.

Além disso, é necessário lembrar que em passado recente, com o advento do regime jurídico único, um contingente de 60 mil servidores celetistas, abrigando aproximadamente 200 mil novos dependentes, foi absorvido sem constituição de reserva técnica e atuarial nem ao menos a compensação prevista na Constituição Federal entre o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - e os regimes próprios. Também, com a liquidação da MinasCaixa, um universo de aproximadamente 10 mil servidores e seus dependentes foi absorvido nas mesmas condições, sem a transferência do patrimônio imobiliário necessário à cobertura das novas despesas.

De acordo com as informações colhidas, no exercício de 1998, conforme balanços do Instituto, ficou constatado um déficit de caixa de R\$138.335.164,31.

A partir de 1999, o fluxo de caixa foi regularizado, e, com a sanção da Lei nº 13.455, de 12/1/2000, que altera a Lei nº 9.380, de 18/12/86, que dispõe sobre o IPSEMG e dá outras providências, o problema do custeio foi equacionado. Assim, garantiu-se a integralidade das pensões, estancou-se o crescimento do passivo previdenciário, já onerado pelos precatórios judiciais decorrentes do desequilíbrio, e o IPSEMG alcançou um superávit de R\$57.786.226,50.

O ano de 2001 apresentou um incremento de 108,5% da receita em relação a 1998, contra um aumento de 46,5% das despesas, o que gerou um superávit de R\$24.600.000,00, com a receita arrecadada de saúde, compensando o déficit da área previdenciária.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 64, de 2002, o IPSEMG foi estruturado para gerir a seguridade social do servidor público, por meio das áreas de assistência social, incluída a saúde e o FUNPEMG.

Em 2002, a Comissão de Transição procedeu ao corte de R\$140.000.000,00 no orçamento proposto para 2003, sendo que, neste ano, foram cortados mais R\$136.000.000,00.

Há que se ressaltar que o não-cumprimento da legislação vigente pelo Tesouro Estadual, adicionado à não-aprovação de pedido de suplementação no orçamento do Instituto, após a constituição da Comissão de Transição do novo Governo, vem comprometendo a receita da autarquia e, conseqüentemente, o seu funcionamento, o que demonstra a implantação de políticas que implicam na redução das responsabilidades sociais do Estado.

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 723/2003

Acrescente-se ao art. 3º o seguinte parágrafo único:

"Art. 3º -

Parágrafo único - O pagamento aos prestadores de serviço da saúde será efetuado obedecendo-se à ordem cronológica dos serviços prestados ao IPSEMG.".

Sala das Reuniões, 24 de junho de 2003.

Carlos Pimenta

Justificação: A emenda ora apresentada tem por objetivo assegurar aos prestadores de serviço do IPSEMG o recebimento dos valores que lhes são devidos segundo a ordem cronológica de serviços autorizados pelo IPSEMG e efetivamente prestados.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/6/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalcleber Lopes

exonerando, a partir de 30/6/03, Éder de Oliveira Martins Júnior do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Éder de Oliveira Martins Júnior para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Farid Salim para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Vânia Lúcia Silva Trindade Barros para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fahim Sawan

exonerando, a partir de 30/6/03, Belma Rosa Borges Salomão Braga do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/6/03, Juliana Bernardes Rosignoli do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/6/03, Lindomar Marques Babilonia do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/6/03, Luciene Cardoso Caldeira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/6/03, Marconi Rodrigues Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/6/03, Rita de Cássia Peixoto Silva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/6/03, Rosângela Maria Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

nomeando Juliana Bernardes Rosignoli para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Lindomar Marques Babilonia para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Luciene Cardoso Caldeira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Rita de Cássia Peixoto Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Rosângela Maria Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando, a partir de 30/6/03, José Honorato da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Juliana Gentil Braga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ricardo Duarte

exonerando, a partir de 30/6/03, Adão Francisco Leal do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/6/03, Arlene da Penha Marcelino do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/6/03, José Maria da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/6/03, Luiz Felipe Pereira Miranda do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Arlene da Penha Marcelino para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Blanca Eugênia de Las Cuevas Escartin Mujalli para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Ernane de Meira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando José Maria da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, observado o § 2º do artigo 3º dessa Emenda e as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 17/12/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 28/5/2003, o servidor Antônio Geraldo dos Santos, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Marco Antônio de Vasconcelos Lima. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: Inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros. Objeto: seguro total de veículos. Objeto do aditamento: inclusão de 1 veículo. Vigência: A partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 33903900.